

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO PAULO DE VALÉRIA, PARINTINS/AM:
TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

NAIA MARIA GUERREIRO DIAS

PARINTINS
2016

NAIA MARIA GUERREIRO DIAS

**SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO PAULO DE VALÉRIA, PARINTINS/AM:
TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: Redes, Processos e Forma de Conhecimento, sob a orientação do professor Doutor Renan Albuquerque Rodrigues.

**PARINTINS
2016**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

D541s Dias, Naia Maria Guerreiro
Sítio Arqueológico São Paulo, Valéria/AM : turismo e patrimônio cultural / Naia Maria Guerreiro Dias. 2016
136 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Renan Albuquerque Rodrigues
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Sítio arqueológico. 2. Patrimônio Cultural. 3. turismo de Base Comunitária. 4. Representações Sociais. I. Rodrigues, Renan Albuquerque II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

NAIA MARIA GUERREIRO DIAS

**SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO PAULO DE VALÉRIA, PARINTINS/AM:
TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: Redes, Processos e Forma de Conhecimento, sob a orientação do professor doutor Renan Albuquerque Rodrigues.

Aprovada em:// 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Renan Albuquerque Rodrigues – Presidente

Prof. Dr. Francisco Jorge – Membro da Banca

Profª. Dra. Hellen Cristina Picanço Simas – Membro da Banca

Prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto – Membro Suplente

Prof. Dr. Odeni Ribeiro – Membro Suplente

**PARINTINS
2016**

A meu filho Diego Dias Fonseca, a meus pais Naide e Severiano, a minhas irmãs, a minha avó Ana Seixas (*in memória*) e aos moradores de São Paulo da Valéria/AM, pelo apoio e colaboração para realização desse trabalho e sobretudo, pela concretização de meu sonho, com vocês compartilho a minha felicidade e alegria nesse momento.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela dádiva da vida, por me conceder fortaleza, discernimento, sabedoria e alegria. Por me acompanhar e me carregar em seus braços nos diferentes momentos de minha experiência terrena. Por tantas graças recebidas! Creio que tudo posso em Cristo que me fortalece!

De modo muito especial agradeço a meu orientador professor Doutor Renan Albuquerque Rodrigues, pela disponibilidade em me orientar, por ajudar-me a ser disciplinada e focada em meus estudos e na pesquisa. Pela ajuda na elaboração desta dissertação, pelo companheirismo, confiança e compreensão durante o nosso percurso de trabalho científico. Ao senhor meus sinceros agradecimentos!

A meu filho Diego Dias Fonseca, pela compreensão em relação a minhas ausências, pelo amor, estímulo e cumplicidade em todos os momentos de nossas vidas. Te amo meu filho!

A meus pais Severiano Reis Dias e Naide Guerreiro Dias, pela benção de ser sua filha. Que honra é para mim chamá-los de meus pais! Pessoas tão sábias, mesmo sem instrução em escolas formais. Mas, a escola de suas vidas os fizeram acreditar que a educação possibilitaria uma vida melhor para todos nós, seus filhos. Como sou grata a vocês por essa sábia e maravilhosa decisão enquanto jovens pais! Agradeço também pela compreensão, carinho, oração, amor e incentivo em seguir em meus estudos, apoiando-me sempre, e muitas vezes suprimiram os seus sonhos, para eu realizasse os meus. Agradeço por tudo que fizeram, fazem e continuarão fazendo por mim. Eu os amo muito!

Aos meus irmãos Naira, Naiara, Floriana, Ana Izabel, Dagoberto e Daniel, pela amizade, amor, incentivo e apoio a seguir em busca de meus ideais. Sei que dou muito trabalho a todos! Mas confesso que eu não conseguiria nada em minha vida sem a ajuda de vocês. De modo muito especial, agradeço a minha irmã Naiara, por cuidar de mim e sobretudo do meu filho durante a minha caminhada de estudos, assumindo inúmeras vezes o meu papel de mãe, para que eu pudesse concretizar meus objetivos de vida. A você minha irmã “marida” meu amor e minha eterna gratidão! E a minha irmã Bebel, como carinhosamente a chamamos, por me abrigar e cuidar de mim em sua casa durante o período de trabalho e estudos. A você mana meu amor e eterna gratidão!

Aos moradores da Comunidade São Paulo de Valéria/AM, pela acolhida, amizade construída, moradia e colaboração em minha pesquisa. Vocês que me permitiram conhecer um pouco do maravilhoso lugar onde residem, que me proporcionaram a experiência maravilhosa de vivenciar o seu cotidiano, seus desafios, suas alegrias. De modo muito especial agradeço a Dona Ilza Mendes, que foi minha colaboradora inicial e que a partir dela cheguei até aos demais colaboradores, como o presidente da comunidade, o senhor José, a dona Vanilza, Valdecira, Vilma, Ronilce, Roberto, Rosa, seu Álvaro, Thainara, enfim a todos os moradores locais que me ajudaram de forma direta ou indireta para que meu trabalho se tornasse possível. Obrigada por tudo!

Ao professor Deilson Trindade, pelo incentivo, apoio, carinho e orientação desde o momento em que passei pela triste decepção de ser eliminada na quarta fase (currículo lattes) da seleção para o PPGSCA em 2013. Recordo-me do nosso diálogo sentados no corredor da escola onde eu atuava como professora de História de seu filho Felipe, Nesse dia, o senhor professor Deilson, se tornou em minha vida, um exemplo a ser seguido, não só pela

orientação ou pelo livro “*As Benzedoras de Parintins*”, que ganhei como forma de incentivo para encontrar os meios para melhorar meu currículo lattes, mas pelas palavras de incentivo proferidas na hora certa, por indicar-me os caminhos mais viáveis para adentrar à pesquisa, sendo professora pesquisadora do PCE- Programa Ciência na Escola, pelo seu exemplo de luta e persistência em busca de seus sonhos. Foi naquele instante que renovei minhas esperanças e persistência em busca de meus ideais. E graças a Deus em 2014, eu consegui! Obrigada por ajudar-me nas diferentes etapas do processo de seleção de mestrado, disponibilizando um pouco de seu tempo para ajudar-me a ir em busca de meu sonho. Registro aqui, minha eterna gratidão ao senhor. Já falei pessoalmente isso muitas vezes para o senhor, mas falarei sempre, Obrigada professor!

Ao Diretor do Instituto de Ciências Educação e Zootecnia-ICSEZ/UFAM, professor José Luiz, pelo incentivo e apoio durante os dias de estudo das disciplinas. Aos colegas professores e acadêmicos dos cursos de Jornalismo, Pedagogia, Administração, Serviço Social do ICSEZ, pela compreensão e apoio enquanto atuei como professora substituta dessa instituição de ensino superior. De modo muito especial, agradeço a professora Dra. Sandra Helena, pela amizade, conversas saudáveis e pelas diversas viagens para a Valéria em parceria com o projeto Incubadora Amazônia Indígena Criativa- AMIC.

A Universidade Federal do Amazonas, UFAM, por proporcionar a realização do Curso de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia em Parintins, sendo este muito significativo para nós, moradores do interior do Estado do Amazonas. Aos professores do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia- PPGSCA, pela contribuição com aprendizados, orientações para a dissertação e incentivo a persistirmos em busca de novos horizontes. De modo muito especial, agradeço à professora Doutora Iraíldes Caldas pela amizade construída, pelos conselhos e estímulo na busca constante pelo conhecimento. Sua simplicidade conquista a todos! A professora Rita Puga, pelo carinho, atenção, orientação para vislumbrarmos novos horizontes, por revigorar o nosso espírito científico e nos proporcionar momentos de muitos desafios e alegrias. Obrigada!

Aos professores do Colegiado de História da Universidade do Estado do Amazonas- UEA, Júlio Cláudio, Clarice, Diego Omar, João Marinho, Mary Tania e Arcângelo pelo incentivo, apoio, confiança, orientação e amizade construída ao longo de nossos estudos na Especialização de Metodologia do Ensino de História .

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM pelo apoio e incentivo em formar pesquisadores qualificados a atuarem em diferentes campos do conhecimento. Pela contribuição em minha formação de professora pesquisadora no Programa Ciência na escola e agora no Mestrado. Sem essa contribuição, seria inviável a realização das inúmeras viagens realizadas até o local da pesquisa, o sítio arqueológico São Paulo da Valéria e a concretização da dissertação. Obrigada!

EPÍGRAFE

Só uma coisa é certa: é preciso buscar.
Buscar é saber olhar pela janela.
Buscar é descortinar horizontes.
Buscar é saber ler as fontes.
Buscar é narrar, registrar.
É assim que se faz a História!

(Sonia Maria Leite Nikitiuk)

RESUMO

A presente dissertação tem o intuito de evidenciar a relação que os moradores de São Paulo da Valéria/AM mantêm com o sítio arqueológico em que residem, a partir do estudo sobre patrimônio cultural e turismo em áreas arqueológicas. São Paulo é uma comunidade tradicional que está assentada no sítio que recebe o mesmo nome, e que foi identificado nas pesquisas arqueológicas de Hilbert e Hilbert (1980) como AM-PT-02. É uma das cinco comunidades que fazem parte do contexto territorial da Valéria/AM, zona rural do município de Parintins. Por suas belezas naturais e socioculturais vêm constituindo-se a quatro décadas como um destino turístico para cruzeiros internacionais e para alguns turistas nacionais e regionais. Para a construção dessa dissertação, recorreu-se a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Tendo uma abordagem de cunho qualitativo e procedimento etnográfico. Os sujeitos foram 10 moradores locais, elencados de acordo com critérios previamente definidos. Para a coleta de dados utilizou-se entrevista semiestruturada, observação participante e diário de campo, com o propósito de identificar as percepções e práticas cotidianas dos moradores em relação ao sítio arqueológico e o turismo local, registrando como eles se organizam para a atividade turística na comunidade amazônica. O estudo revelou que com a inserção do turismo como uma das atividades econômica, a relação dos moradores com o ambiente em que residem tendeu a se modificar, atendendo a situação exterior a sua realidade, vindo a vivenciar diversos conflitos. Pontua-se a representação social que os moradores construíram sobre o turismo e o sítio arqueológico, bem como os desafios enfrentados pelos moradores locais, em se organizar para realizar a atividade. É um trabalho que visou preencher algumas lacunas sobre os processos socioculturais desse contexto amazônico e ao mesmo tempo suscita diversos outros olhares para a complexidade da efetivação do turismo em áreas arqueológicas. Como contribuição à comunidade, sugere-se a efetivação do Turismo de Base comunitária, tendo em vista os dados revelarem que o lugar é propício para essa modalidade do turismo, sendo este um dos desafios dos moradores da Boca.

Palavras-chave: Sítio arqueológico, Patrimônio, Turismo de Base Comunitária, Representações Sociais.

ABSTRACT

To present dissertation he/she has the intention of evidencing the relationship that the residents from São Paulo of Valéria/AM maintain with the archeological ranch in that you/they live, starting from the study about cultural heritage and tourism in archeological areas. São Paulo is a traditional community that it is seated at the ranch that receives the same name, and that it was identified in the archeological researches of Hilbert and Hilbert (1980) as AM-PT-02. It is one of the five communities that are part of the territory context of Valéria/AM, rural area of the municipal district of Parintins. For their natural and sociocultural beauties they are being constituted to four decades as a tourist destiny for international cruises and for some national and regional tourists. For the construction of that dissertation, it was gone through the research bibliographical, documental and field research. Tends an approach of qualitative stamp and procedure ethnographic. The subjects were 10 local residents, identified in agreement with criteria previously defined. For the date collection it was used interviews structured participant observation and field diary, with the purpose of identifying the perceptions and the residents' daily practices in relation to the archeological ranch and the local tourism, registering like them is organized for the tourist activity in the Amazonian community. The study revealed that with the insert of the tourism as one of the economic activities, the residents' relationship with the atmosphere in that you/they live tended modifying, assisting the external situation his/her reality, coming to live several conflicts. The social representation is punctuated that the residents built on the tourism and the archeological ranch, as well as the challenges faced by the local residents, in organizing to accomplish the activity. It is a work that sought to fill out some gaps on the sociocultural processes of that Amazonian context and at the same time it raises several other glances for the complexity of the execution of the tourism in archeological areas. The contribution to the community, suggests her the execution of the Tourism of community Base, tends in view the data reveal that the place is propitiate for that modality of the tourism, being this one of the residents' of the Mouth challenges.

Key-words -: Archeological ranch, Patrimony, Tourism of Community Base, Social Representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da Região da Valéria	34
Figura 2. Comunidade São Paulo/AM	35
Figura 3. Estrada de acesso a comunidade de Santa Rita de Cássia	37
Figura 4. Comunidade Santa Rita de Cássia.	37
Figura 5. Escola Local – Marcelino Henrique	38
Figura 6. Comunidade Bete Semes	39
Figura 7. Comunidade de Betel	40
Figura 8. Boca da Valéria	57
Figura 9. Artefatos arqueológicos Santa Rita da Valéria	63
Figura 10. Artefatos arqueológicos Santa Rita da Valéria	63
Figura 11. Artefatos arqueológicos Santa Rita da Valéria	63
Figura 12. Artefatos arqueológicos São Paulo da Valéria	65
Figura 13. Antigo Minimuseu do Sítio AM-PT-02	66
Figura 14. Artesanatos de Valéria/AM expostos durante a presença dos turistas internacionais.	74
Figura 15. Serra da Valéria	80
Figura 16. Recepção dos turistas na cheia	86
Figura 17. Recepção dos turistas na seca	86
Figura 18. Artesanatos da Valéria exposto no período da presença de turistas vindos nos transatlânticos.	87
Figura 19. Artesanatos da Valéria exposto no período da presença de turistas vindos nos transatlânticos .	87
Figura 20. Artesanatos da Valéria exposto no período da presença de turistas vindos nos transatlânticos .	87
Figura 21. Moradores Locais levando os turistas para o passeio no lago da Valéria/AM	88
Figura 22 Animais expostos durante a presença dos transatlânticos na região da Valéria/AM.	93
Figura 23. Animais expostos durante a presença dos transatlântico na região da Valéria.	93

Figura 24. Animais expostos durante a presença dos transatlântico na região da Valéria.	93
Figura 25. Animais expostos durante a presença dos transatlântico na região da Valéria.	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I- Pesquisas arqueológicas e turismo na Amazônia	20
1.1 Panorama sobre pesquisas arqueológicas na Amazônia	20
1.2 Projeto Amazônia Central e Projeto Baixo Amazonas	23
1.3 Turismo: prática e planejamento	25
1.4 Turismo em ambientes amazônicos	27
1.5 O turismo e a relação com sítios arqueológicos	30
1.6 O contexto estudado	32
1.6.1 Valéria/AM: caracterização e cotidiano	32
1.6.2 Comunidade São Paulo	35
1.6.3 Comunidade Santa Rita	36
1.6.4 Comunidade Bete Semes.....	39
1.6.5 Comunidade Betel	39
1.6.6 Comunidade Samaria	40
CAPÍTULO II- Construções conceituais sobre o turismo, representações sociais e patrimônio	42
2.1 Turismo de Base Comunitária	42
2.2 Representações Sociais	45
2.3 Patrimônio Cultural	47
CAPÍTULO III – Metodologia percurso do trabalho de pesquisa	51
3.1 Local	51
3.2 Abordagem	51
3.3 Universo	51
3.4 Amostra.....	52
3.5 Instrumentos e Técnicas	53
3.6 Procedimentos de coleta	53
3.7 Procedimentos de análise	54
3.8 Análise crítica dos riscos e benefícios:	55
3.8.1 Riscos	55
3.8.2 Benefícios	55
CAPÍTULO IV- Sociabilidades na serra de Valéria: percepções de moradores locais acerca de seu patrimônio cultural	56
4.1 Escopo do debate	56
4.2 A Boca da Valéria	57
4.3 Valéria e os sítios arqueológicos	59
4.3.1 Sítios arqueológicos: características e tipologias	59
4.3.2- Sítio arqueológico Santa Rita/Valéria- AM-PT-01	62
4.3.3 Sítio arqueológico São Paulo/Valéria- AM-PT-02	64
4.4 Representações Sociais: a construção simbólica da realidade social da Valéria/AM	67
4.5- São Paulo: uma comunidade tradicional não indígena no interior de um sítio arqueológico	71
4.5.1 Breve histórico da Comunidade de São Paulo, Valéria/AM	71

4.5.2 <i>Modus vivendis</i> no sítio arqueológico São Paulo da Valéria	75
CAPÍTULO V- Desafios dos moradores de São Paulo da Valéria: entre a economia e o pertencimento	80
5.1 Patrimônio Cultural e Representações Sociais do turismo em São Paulo, Valéria/AM	80
5.2 Modus operandi da Comunidade para atender uma “situação de turismo”: organização e realização da atividade turística no sítio arqueológico.	84
5.3 Turismo de Base Comunitária (TBC) e o sítio arqueológico São Paulo da Valéria: diálogos possíveis?	93
Considerações Finais.....	98
Referências	102
APÊNDICES	112
ANEXOS	122

INTRODUÇÃO

A presente dissertação versa sobre a relação que moradores da Comunidade São Paulo de Valéria, Parintins/AM mantêm com o sítio arqueológico onde residem, a partir do estudo sobre patrimônio cultural e turismo em áreas arqueológicas. Atualmente, na Amazônia, embora haja pesquisa para a verificação de sítios arqueológicos, ainda são pouco volumosos os dados obtidos, devido à complexidade da região. Mas há que se destacar os esforços realizados pelo Projeto Amazônia Central e Baixo Amazonas, que estão atuando de forma significativa e árdua em busca da construção de uma arqueologia da Amazônia, salientando que a fauna que existe nos sítios arqueológicos representam uma história natural e também cultural (NEVES, 2006).

Os sítios arqueológicos, testemunhas da relação das pessoas entre si e com a natureza ao longo da ocupação da Amazônia, estão em todas as partes da região, e isso levou Neves (2013) a argumentar que diferentes sítios são indicadores para a construção de uma História Antiga da Amazônia. Mas, para além de estudos científicos os sítios arqueológicos da região amazônica, vêm também se constituindo com um atrativo turístico, o que demanda reflexões sobre a forma como estão sendo conduzidas essas atividades nesses locais.

O debate sobre essa questão vem crescendo, pois o turismo pode vir a ser um instrumento de salvaguarda dos patrimônios ou destruição dos mesmos. Sendo crucial a realização de pesquisas que possam vir a colaborar com a discussão sobre essa temática (PARDI, 2007). Dois dos diversos sítios da Amazônia onde vem ocorrendo o turismo são os sítios arqueológicos de Santa Rita - AM-PT-01 e São Paulo - AM-PT-02 (HILBERT, 1975; SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1978), localizados na região da Valéria, zona rural da cidade de Parintins, fronteira do Estado do Amazonas com o Pará. Além dos sítios constituírem-se como atrativos turísticos locais, destacam-se ainda na serra da Valéria a fauna, a flora e o rio Amazonas, além da sociodiversidade. São itens que podem ser contemplados dos altos da serra, nos lagos, igarapés, a partir dos modos de vida e das diversas manifestações socioculturais.

O interesse pelo objeto da pesquisa surgiu durante o curso Licenciatura Plena em História na Universidade do Estado do Amazonas, através das diversas práticas de campo e projetos de extensão desenvolvidos pelo professor Deilson Trindade, nos quais participei efetivamente tendo contato direto com diferentes sítios arqueológicos do Baixo Amazonas e de modo mais intensivo com os sítios São Paulo e Santa Rita da Valéria/AM.

Participei ainda de ação conjunta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Projeto Baixo Amazonas (PBA), em parceria com alunos da graduação de História e Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), em 2007, coordenada pela arqueóloga Helena Lima, referente a pesquisas arqueológicas no município de Parintins/AM e na região da Valéria. Durante o período em que estava em atividade de prática de campo, observei que alguns moradores de Santa Rita e São Paulo da Valéria apresentavam um cuidado com o ambiente em que vivem.

Eles guardavam em sua casa artefatos encontrados no referido sítio, demonstrando sentimento de pertença a esse lugar; outros porém, doavam a visitantes ou os utilizavam para atividade comercial, durante principalmente a presença de visitantes em transatlânticos na localidade. Essa relação contraditória dos moradores com o patrimônio cultural onde residem causou inquietação e se traduziu na realização da pesquisa.

Apesar do turismo envolver comunidades que estão assentadas na região da Valéria, o local de recepção é a “Boca”, modo como os moradores do sítio e comunidade tradicional não indígena São Paulo se identificam, por estar localizada na confluência entre o Rio Amazonas e o igarapé da Valéria. Essa comunidade foi assentada na base da serra da Valéria. Delimitou-se o estudo norteando-se por pressupostos teóricos multidisciplinares, bem como pela complexidade do objeto de estudo, como pelo tempo de duração da pesquisa e pelas atividades turísticas que se desenvolvem de forma mais contínua, especificamente nessa localidade. Foi realizada a caracterização da região da Valéria e das respectivas comunidades tradicionais que fazem parte desse contexto amazônico.

Para a efetivação da pesquisa de campo no sítio arqueológico São Paulo da Valéria, Parintins/AM, foram realizadas diversas viagens de Parintins até a localidade, desde o março de 2015 a julho de 2016, sendo elas de barco de linha que fazem o trajeto Valéria-Parintins, voadeira, de lancha, balsa e mesmo em parceria com instituições como a Incubadora Amazônia Indígena Criativa da Universidade Federal do Amazonas, Marinha do Brasil, Secretaria Municipal de Educação. A experiência foi significativa para descrever tanto o percurso como as experiências adquiridas ao longo da pesquisa.

Foram muitos os desafios enfrentados nas águas, ora calmas, ora agitadas do grande Rio Amazonas, mas o espírito científico e a determinação para finalizar o estudo sempre me motivaram a superá-los. A cada comunidade por onde passávamos até chegar à Valéria/AM foram sendo construídas amizades e muito aprendizado sobre a realidade do homem rural.

Ao chegar à comunidade e sítio arqueológico São Paulo, fui recepcionada pelos moradores, os quais sempre atenciosos com todos os visitantes me acolheram e conduziram-

me até o barracão da comunidade onde encontravam-se os demais moradores locais, para que pudesse me apresentar e expor a todos, os objetivos de minha presença e da realização do trabalho. Após a apresentação dos objetivos da pesquisa, as lideranças e moradores de maneira unânime se dispuseram a colaborar e partir desse momento construímos um cronograma de viagens, as quais ocorreram a cada dois meses e também a cada vez que os navios de cruzeiros se faziam presentes.

Para o primeiro contato, foi fundamental a colaboração de uma moradora local a senhora Ilza Mendes que inúmeras vezes se colocou a disposição para contribuir com a efetivação da pesquisa, ajudando-me a chegar até as pessoas que participaram do estudo, abrigando-me em sua residência, proporcionando-me a experiência de escalar a serra, conhecer a extensão territorial do sítio arqueológico, enfim, de saber mais um pouco acerca de processos e dinâmicas socioculturais inerentes do lugar.

A cada viagem para coleta de dados foram sendo construídas relações de parceria, o que destaco como algo fundamental para que fosse possível concretizar a presente dissertação. Destaco a colaboração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam), pois todos os fretes e passagens foram pagas com ajuda da bolsa RH Interiorização. As fotos foram registradas tanto por câmera fotográfica como câmera de aparelho celular. Além disso, o diário de campo se constituiu como um excelente instrumento para a descrição etnográfica, conforme registro de atividades cotidianas e em momentos da presença dos navios de cruzeiros internacionais.

O campo oportunizou a troca de experiências, a identificação das percepções que os moradores têm acerca do local, tanto daquelas orientadas por modos coletivos como as individuais, além dos sinais de pertencimento, das práticas habituais que perpassam gerações, os desafios enfrentados e contornados por mecanismos criados pelos sujeitos locais, descritos em suas narrativas.

As condições de estadia no sítio arqueológico tiveram de ser enfrentadas com estratégia, tendo em vista que a comunidade ainda se apresenta com infraestrutura precária e há dificuldades de instalação de visitantes. Mas os moradores procuram oferecer um lugar confortável de sua casa para os que pernoitam ou tendem a residir um período na localidade, sintam-se acomodados. Realmente o tratamento humano das pessoas da Valéria é encantador, estão sempre dispostos a ajudar, colaborar e a realizar entrevistas. O carisma, a atenção e a receptividade são características peculiares do morador do lugar.

De modo que, apesar de terem sido muitos os desafios vivenciados ao longo da realização do trabalho de campo, mas com o apoio de colaboradores, orientador, família e

moradores de São Paulo, foi possível cumprir as metas estabelecidas no projeto e obter dados fidedignos e significativos para compreender a relação que os moradores de São Paulo tem com sítio em que residem.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, trata-se das pesquisas arqueológicas e do turismo na Amazônia. Neste capítulo, destaca-se uma abordagem sobre as pesquisas arqueológicas na Amazônia, retratadas pela visão dos cientistas naturalistas, as quais tiveram início em meados do século XIX, prosseguindo até a primeira metade do século XX. Promoveu-se reflexão sobre o turismo em áreas arqueológicas, apresentando descrição etnográfica do contexto e os processos socioculturais da região da Valéria/AM.

Primeiramente, buscou-se apresentar um breve panorama sobre as pesquisas arqueológicas na Amazônia, refletindo sobre os trabalhos de Meggers e Evans (1961), Lathrap (1970), Heckenberger (2006), Roosevelt (1991), Neves (2006), Lima (2013) e outros estudiosos da área. Pondera-se sobre a efetivação dos projetos Amazônia Central e Projeto Baixo Amazonas, evidenciando suas contribuições na identificação, georeferenciamento e cadastramento de sítios e coleções arqueológicas amazônicas, bem como sua atuação frente à promoção de atividades visando o envolvimento das comunidades locais para atuarem como multiplicadores de atitudes de salvaguarda de seus patrimônios culturais.

Sobre o turismo faz-se uma reflexão epistemológica em razão do planejamento, as problemáticas enfrentadas por sua ação meramente mercadológica e como essa atividade pode vir a ser um instrumento de proteção às áreas patrimoniais. Destacando como essa atividade tem sido estimulada na região amazônica, as possibilidades de inserção do turismo de Base comunitária e a relação do turismo com os sítios arqueológicos, refletindo sobre como integrar o patrimônio à rotina das comunidades no sentido de auxiliá-las em sua renda e inclusão social, obtendo resultados positivos a todos os que residem nessas localidades. Como forma de apresentar a realidade investigada são descritos os aspectos sócios históricos, econômicos, políticos culturais das comunidades que integram a região da Valéria.

No segundo capítulo, buscou-se fazer uma revisão de literatura dos aportes teóricos que embasam a análise dos dados obtidos na pesquisa, sendo eles: Patrimônio Cultural, Turismo de Base Comunitária e Representações Sociais, os quais dialogam com o objeto de pesquisa. Compreende-se que o patrimônio são caracterizações construídas historicamente e conjugadas segundo sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupo, sentimento esse que acaba por assegurar uma identidade cultural (BARRETTO, 2000, PELEGRINI, 2007).

A concepção de patrimônio cultural é bastante ampla, na qual se inclui tanto os bens tangíveis quanto os intangíveis, as manifestações artísticas, os sítios arqueológicos, monumentos, os diferentes saberes e fazeres que perpassam gerações. Por isso que promover atividades turísticas em áreas patrimoniais requer da comunidade todo um engajamento próprio, um planejamento e uma organização do espaço de visitação, para que o lugar não venha a ser teatralizado e mesmo utilizado somente a favor do mercado, em detrimento do estímulo à valorização cultural.

O Turismo de Base Comunitária apresenta-se como uma modalidade segmentada que tende a envolver as demais modalidades existentes de práticas turísticas, mas de forma sustentável, pensando na coletividade, na valorização cultural e respeito aos modos de vida das pessoas que residem nas áreas de atrativos turísticos. Quanto às representações sociais, esta possibilitou pensar o objeto em uma forma de simbólica de abordagem, dando-lhe significado estrutural e cognitivo (JODELET, 1993, 1995; MOSCOVICI, 2003; BAUER, 1995). Entendendo que as representações são construídas pelas interações sociais, pela relação entre indivíduos e meio, fez-se importante a compreensão desse aporte teórico para a análise dos dados obtidos.

O terceiro capítulo trata da metodologia adotada na pesquisa, indicando os percursos realizados para a efetivação do trabalho, cujo local foi o sítio arqueológico São Paulo-AM-PT-02. A pesquisa teve abordagem qualitativa, norteada pela descrição etnográfica e pelos pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria das Representações Sociais (TRS), os quais, enquanto formas de conhecimento, são ancorados na esfera cognitiva e, sendo o conhecimento um produto social, não tendem a ser desvinculados do contexto social no qual emergem, circulam e são modificados (ABRIC, 1994).

Os sujeitos foram dez moradores locais que trabalham com artesanato, turismo e tem relação direta com o sítio arqueológico em que residem. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, pesquisa participante, registros fotográficos e o diário de campo. Os dados obtidos foram catalogados e analisados pelo viés da análise de conteúdo manual (VALA, 1996).

No quarto capítulo Sociabilidades na Serra de Valéria: percepções de moradores locais acerca de seu patrimônio cultural, discute-se questões relacionadas às práticas cotidianas e representações sociais dos moradores do sítio arqueológico, fazendo uma breve abordagem dos sítios arqueológicos onde estão assentadas as Comunidades Tradicionais São Paulo e Santa Rita da Valéria e, de modo mais efetivo, descreve-se o contexto histórico de São Paulo,

o *modus vivendis* dos moradores locais e sua relação com o patrimônio cultural em que residem.

Evidencia-se que em São Paulo/Valéria questões referentes a simbolismos espirituais e de cunho mítico, também começaram a se fazer presentes, segundo a investigação, ambos entrecruzados. Nesse mesmo contexto, discute-se as representações que as “caretinhas” passaram a ter para uma parte dos moradores da Valéria, sendo que antes serviam, a princípio, de brinquedo para crianças, e hoje tomaram outro significado, a partir do turismo como atividade econômica e dos conhecimentos que passaram os moradores a ter sobre o lugar onde vivem. Além disso, dá-se ênfase aos aspectos socioeconômicos, políticos, históricos e culturais da localidade, abordando as práticas cotidianas e as percepções dos moradores locais em relação aos patrimônios culturais locais.

No quinto capítulo, Desafios dos moradores de São Paulo, Valéria: entre o econômico e o pertencimento, buscou-se inferir a partir dos depoimentos dos moradores como se dá a relação deles com o socioambiente a partir do turismo em áreas patrimoniais. São apontadas as representações que eles têm do turismo local, *o modo operandis* que eles encontraram de promover essa atividade no lugar e apresenta-se como proposta para ser inserido na comunidade o Turismo de Base Comunitária-TBC, o qual possibilita a participação efetiva de todos os habitantes das áreas em que o turismo ocorre, promovendo uma economia com o mercado e não para o mercado (BARTHOLO, 2014).

Discute-se que o turismo em áreas patrimoniais pode vir a ser entendido como uma atitude descompromissada, banal, e não uma experiência significativa. Sendo fundamental que os organizadores dessa atividade possam fazer escolhas que venham contribuir para o contato entre alteridades e o empoderamento dos habitantes locais, contemplando a participação e o engajamento de todos. Enfim, tomou-se a contento que foi a partir de um diálogo com outras áreas do conhecimento e com os saberes locais dos moradores de Valéria que foi sendo tecida a presente dissertação, tendo em vista contribuir com as discussões acerca do pensamento social da Amazônia e ao mesmo tempo problematizar as permanências e rupturas de processos sociohistóricos e culturais dos diferentes sujeitos da região amazônica.

CAPÍTULO I

PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E TURISMO NA AMAZÔNIA

A Amazônia é um território excelente
para o desenvolvimento de
diferentes pesquisas científicas
(BATISTA, 2007)

1.1 Panorama sobre pesquisas arqueológicas na Amazônia

Na região amazônica pode-se encontrar diversos sítios arqueológicos por toda a sua extensão territorial. Isso demonstra que a Amazônia teve um número significativo de habitantes, os quais ao seu modo e de acordo com a conjuntura da época relacionaram-se com o socioambiente de modo dinâmico e complexo (NEVES, 2006). Contrariando a teoria de Meggers (1974) a qual em seus estudos afirmou que as condições ambientais da várzea amazônica seria um indicativo para que não ocorresse o desenvolvimento local de sociedades complexas.

Anna Roosevelt (1991), ao realizar sua pesquisa na ilha de Marajó/Pará, concluiu que a Amazônia é uma área arqueológica constituída de culturas complexas e que em diferentes partes da região Amazônica, já havia ocupação por populações especializadas na pesca, coleta e caça de animais de pequeno porte, por volta de 7.000 a.C. Esses povos da Amazônia estavam concentrados próximos aos rios e no litoral, por isso além de se alimentarem de frutos tropicais e peixes, comiam também moluscos, os quais descartavam as conchas na terra, o que veio a formar os sambaquis, e que na perspectiva da referida arqueóloga configura-se como sendo o estágio cerâmico inicial.

Cabe pontuar que as primeiras atividades de pesquisas arqueológicas na Amazônia foram realizadas pelos cientistas naturalistas em meados do século XIX estendendo-se até a primeira metade do século XX, cujo objetivo consistiu em mapear os sítios e levantar as características dos artefatos encontrados na região tendo um caráter meramente exploratória.

No fim do século XIX, os governos brasileiros, especialmente Dom Pedro II, mostrou particular interesse pelos estudos Lund, incentivando a pesquisa arqueológica no Brasil através do Museu Nacional e de promoções de expedições brasileiras, dentre elas, as expedições de Ferreira Penna que documentaram pela primeira vez sítios da cultura marajoara; as escavações como as de Rath nos sambaquis paulistas em 1876 e as de Carlos Wiener e Roquete Pinto nos sambaquis do sul brasileiro em 1876 (PEREIRA, 2014, p. 143).

Nesse sentido, destaca-se que foi com o naturalista brasileiro Domingos Soares Ferreira Pena que iniciou os primeiros trabalhos de pesquisas arqueológicas na Amazônia, o qual se fez presente em 1890 na foz do rio Amazonas.

Em uma abordagem mais cronológica, Bentes e Rolin (2005) apresentam que a arqueologia na Amazônia teve dois momentos significativos para a compreensão dos processos sociohistóricos e culturais locais. Apontam que *i*) o primeiro momento se estende da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX; *ii*) o segundo tem seu início após a segunda Guerra Mundial até a contemporaneidade. O Baixo Amazonas foi a localidade amazônica estudada na década de 1920 por Curt Nimuendaju. Já as ilhas de Marajó e O atual estado do Amapá, foi pesquisada por Betty Meggers e Clifford Evans no final da década de 1940 (ID., *op. cit.*).

Pereira (2003) destaca que, com o intuito de formar pessoas para estarem aptas a conduzirem ações de pesquisas arqueológicas desenvolvidos por Meggers e Clifford Evans (ID., *op. cit.*), foram criados dois projetos de alcance nacional, frutos da realização dos debates ocorridos no Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, em 1964. O primeiro foi denominado de Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), entre 1965-1970, e segundo intitulado Programa de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (Pronapaba). Um programa específico para a região amazônica, idealizado por Simões, na mesma época de implementação do Pronapa, mas que só se efetivou na década de 1970, tendo a contribuição significativa das equipes de Ondemar Dias, Eurico Miller e Celso Perota (NETO, 2014)

Ambos os programas seguiram com o mesmo procedimento teórico metodológico, abordagem de campo extensiva e o método (NETO, 2014). O Pronapa voltava-se para a padronização das etapas de campo e análises das cerâmicas pré-históricas, através da abordagem em termos de prospecções de superfície e subsuperfície. Já o Pronapaba almejou verificar o maior número de assentamentos humanos por toda a extensão dos rios, no sentido de encontrar evidências dispersas de povos na Amazônia, no período pré-colonial, e

identificar vestígios e culturas materiais, tendo como ponto de referência os sítios de cerâmicas.

Outra pesquisa importante realizada na Amazônia foi a de Lathrap (1970), na qual foi defendida a premissa de que alguns ecossistemas amazônicos concorreram para que no período pré-colonial tivessem sido ocupados por sociedades complexas. Tal afirmativa teve o estudo realizado nos ecossistemas de várzea, onde se podem ser encontrados, além de um solo fértil, variedades de animais e vegetais importantes para a alimentação das população pretéritas. Havia uma constante mobilização humana pelas sociedade pré-coloniais, as quais utilizaram como meio de transporte a canoa, sobre a qual mantinham relação inter-tribais ou intercomunitárias na região. Devido às áreas de várzea vivenciarem anualmente o fenômeno da enchente e vazante, acredita-se que os deslocamentos ocorriam devido a esses fatores naturais, o que conduziu ao crescimento demográfico (HECKENBERGER, 2006).

A arqueóloga Anna Roosevelt na última década do século XX, ao realizar escavações na Caverna da Pedra Pintada/PA, identificou que artefatos encontrados são evidências de que houve grande e complexa ocupação humana na Amazônia, cujos povos nativos produziam artefatos líticos e cerâmicas em momentos distintos. Para a descoberta, a autora caracterizou múltiplos estágios, afirmando que esses estágios representam de modo significativo o processo de assentamento das terras amazônicas, sobretudo nas áreas de várzea. Além disso, ela ponderou que em algumas partes da região pode ter ocorrido em níveis de cacicados, vindo a confirmar o que Lathrap já havia indicado (ROOSEVELT, 1991).

Em seus estudos sobre a arqueologia amazônica, Neves (1999) afirma que a caverna da Pedra Pintada/PA configura-se no sítio da Amazônia com maior propriedade científica, em termos de datação, totalizando mais de 50, as quais foram realizadas por diferentes métodos e pesquisadores. Ele e outros estudiosos obtiveram em seus estudos de campo dados de ocupação humana em terras de distantes das várzeas amazônicas, o que os levou a apontarem um recuo cronológico de ocupação desse território para o início do Holoceno. Tal fato pode ser confirmado no grande número de sítios de terra preta de índio presentes atualmente por toda a extensão da Amazônia. “É atualmente consenso entre arqueólogos atuando na Amazônia que terras pretas são solos antrópicos que se formaram no contexto de ocupações sedentárias de relativa densidade ou longa duração” (NEVES, 2003, p. 89). Por meio dos estudos arqueológicos, foi possível também identificar que processos sociohistóricos e culturais dos povos da Amazônia pré-colonial ocorreram de modo complexo e que, apesar das pesquisas já realizadas, ainda há muito a ser investigado.

1.2 Projeto Amazônia Central e Projeto Baixo Amazonas

A Amazônia abarca um grande e precioso patrimônio arqueológico, que requer de estudo e atenção imediata no sentido de salvaguardar tais bens culturais. A pesquisa em arqueologia na Amazônia Central ocorreu a partir das décadas dos anos 50 aos 70 com Peter Hilbert e Mário Simões, os quais são considerados por Neves (2005) como pioneiros no trabalho de campo sistemáticos na região. Posterior a esses pesquisadores, destacam-se Lathrap, Brochado e Oliver que se propuseram a fazer a revisão dos trabalhos de campo efetivados por Hilbert e Simões, suas obras foram publicadas nos anos 70 a 80.

Na década de 90 as pesquisas arqueológicas na região tiveram continuidade. Houve a realização de diversas atividades de campo para obtenção de dados que indicassem os processos socioculturais dos antigos habitantes da Amazônia. Nessa conjuntura foi implementado em 1995 o Projeto Amazônia Central (PAC), o qual possibilitou um aumento considerável de pesquisa na região, sendo coordenado pelo arqueólogo Eduardo Góes Neves, tendo a colaboração de outros pesquisadores como Michael J. Heckenberger, James B. Petersen, Robert N. Bartone, e com o passar dos anos outros pesquisadores e alunos passaram a integrar o projeto (NEVES, 1998).

O objetivo do Projeto Amazônia Central consistiu em averiguar as hipóteses levantadas por Lathrap (1970), Brochado (1984), Neves (1996) e outros acerca de que:

... a Amazônia Central foi no passado, um local de grande “dispersão cultural da Amazônia pré-colombiana, cujos povos seriam supostamente de ancestralidade dos atuais índios falantes dos troncos linguísticos Tupi e Arawak. Essa dispersão remonta a 6.000 anos, e consigo conduziam o *design* da cerâmica da Subtradição Guarita da Tradição policroma da Amazônia (HECKENBERGER, NEVES & PETERSEN 1998; HILBERT 1968).

A outra hipótese que norteou o desenvolvimento das atividades dos pesquisadores do projeto foi de que a Amazônia abarcava um grande número de sítios arqueológicos por toda sua extensão territorial, (HILBERT 1968; ROOSEVELT, 1991; SILVA, 2010, NEVES, 2005, LIMA, et all 2013), o que no decorrer das pesquisas foi sendo confirmado e analisado minuciosamente pela equipe do PCA, através da utilização de procedimentos metodológicos confiáveis e da produção de uma série de datações radiocarbônicas, as quais demonstraram que houve uma intensa modificação nas paisagens amazônicas sendo fruto da ação humana, por exemplo, as terras pretas (NEVES, 2006).

Note-se que o projeto trouxe muitas contribuições para ao entendimento e compreensão da formação do pensamento social da Amazônia em que o estudo arqueológico ainda tem muito a revelar e tende a vir a desmitificar visões estereotipadas sobre a região.

Neves (2006, p. 59) afirma que:

Um dos resultados mais interessantes das pesquisas tem sido a identificação de mudanças importantes na forma, densidade e contexto das ocupações na região num período de cerca 2.000 anos, de 500 AC a 1500 DC. A mudança mais importante foi o advento de terras pretas antrópicas, visíveis a partir do século V DC em sítios associados à fase Manacapuru. O avanço das pesquisas possibilitou também a observação e estudo de outras feições e estruturas que permitem diferenciar e compreender as relações entre as diferentes fases, além das tipologias cerâmicas baseadas no tipo de antiplástico. Tais feições e estruturas incluem montículos artificiais, silos enterrados, valas defensivas, sepultamentos diretos ou em urnas.

De acordo com o levantamento arqueológico do município de Manaus (2006), apesar de já ter um estudo acerca da arqueologia no Amazonas, ainda há muito a se investigar. Pois estudos científicos indicam que na própria capital do Amazonas e nas adjacências, ocorreu uma rica ocupação humana, anterior a fundação da fortaleza de São José do Rio Negro.

Os sítios arqueológicos, testemunhas dessa história, estão em toda a parte. Manaus, é a capital brasileira que tem o mais rico patrimônio de sítios arqueológicos pré-coloniais. No entanto, seu rápido crescimento urbano tem causado a destruição ou ameaça ao patrimônio arqueológico do município. Assim como Manaus, muitos outros municípios Nhamundá, Parintins, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Urucará, Urucurituba, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Silves, Itacoatiara e Manaus. Habitam em sítios arqueológicos, os quais foram identificados ao longo do desenvolvimento do Projeto Baixo Amazonas- PBA fruto da parceria entre o Projeto Amazônia Central- PCA (MAE-USP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN.

De acordo com Lima *et al.* (2013, p. 63), o PBA teve como “objetivo geral de empreender levantamentos arqueológicos com vistas à localização, georeferenciamento e cadastramento de sítios e coleções arqueológicas em doze municípios do médio e baixo Amazonas”. Com isso houve maior atenção das localidades no sentido de conhecerem um pouco mais a história do lugar onde vivem e conseqüentemente reconhecerem os sítios como seu patrimônio cultural.

As pesquisas realizadas pelo Projeto Baixo Amazonas em parceria com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no município de Parintins/AM, ocorreram, de modo intermitente, a partir de 2004. Primeiramente as metas consistiram em reverter uma possível prática da comercialização dos artefatos encontrados nos sítios arqueológicos São

Paulo e Santa Rita da Valéria/AM, além de fazer levantamento arqueológico da área do município de Parintins e subsidiar ações que despertassem interesse tanto da comunidade acadêmica quanto da população de um modo geral para questões arqueológicas locais (LIMA *et al.*, 2013).

Além das ações de identificação, catalogação de sítios arqueológicos e topografia, os projetos Amazônia Central e Baixo Amazonas, em parceria com outras instituições, desenvolveram pesquisa participante no sentido de envolver a comunidade a se interessar em cuidar de seu patrimônio cultural. Pode, nesse contexto, ser citada a experiência do trabalho realizado nos sítios arqueológicos Santa Rita e São Paulo da Valéria, zona rural de Parintins/AM, atendendo a denúncias que chegaram até o projeto, sobre o número expressivo de vendas dos artefatos a turistas internacionais e nacionais que visitam a serra da Valéria.

Nessa localidade, foi desenvolvida a metodologia da arqueologia participante, com enfoque no trabalho de educação patrimonial (LIMA *et al.*, 2013), entendendo que sem a participação significativa da comunidade que habita esses lugares de memória será inviável salvar artefatos neles encontrados e que estão diretamente ligados a nossa formação étnica. De um modo geral, os projetos Amazônia Central e Baixo Amazonas alcançaram até o momento significativos dados em relação à arqueologia Amazônica. Somam-se a isso esforços coletivos de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e instituições que fomentam e apoiam a pesquisa na região (NEVES, 2006; BATISTA, 2007).

1.3 Turismo: prática e planejamento

O turismo é uma prática que requer planejamento e elaboração de políticas públicas pautadas no compromisso em promover o desenvolvimento sem causar danos a indivíduos e comunidades que residem nas áreas turísticas.

No Brasil, o turismo passa a se inserir no palco de debates e discussões por parte do poder público a partir de 1930, quando o governo federal cria o Decreto-lei nº 406 de 4 de maio de 1938, instituindo a “autorização governamental para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias” (FERRAZ, 2000, p. 152).

Ao longo do século XX, foram sendo elaborados diversos Decretos-Lei que enfatizam a preocupação do governo federal com o incentivo à elaboração de políticas públicas e planejamento turístico, como: a Divisão de Turismo, em 1939, sendo considerado o primeiro órgão oficial de turismo de administração.

Posteriormente, destacam-se a criação da Combratur (1962), o Conselho Nacional de Turismo (CNTur), em 1967, e do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), em 1971. Em 1977,

pela Lei nº 6.513/77, ficaram determinadas as áreas de interesse do turismo, bem como as áreas de valor cultural e natural que estimulassem a prática da visitação.

Compreende-se que, nessa conjuntura, que o olhar do poder público se voltava para a implementação de políticas que assegurassem a efetivação de práticas profissionais de orientação a visitas em áreas de interesse diversificadas. Os locais de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; as áreas de estações ecológicas, naturais, para repouso ou práticas esportivas, dentre demais. Entretanto, o enfoque consistia nas áreas de interesse aos recursos naturais.

O governo federal cria, em decorrência da prática expressiva da atividade turística, políticas públicas para monitorar o turismo ecológico. Criou a Comissão Técnica Nacional, constituída por órgãos públicos como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Embratur (SEABRA, 2001). A partir da década de 1990, o Plano Nacional de Turismo passou a prever a criação de polos de turismo integrado novas áreas, criando-se então uma política nacional de ecoturismo.

Ao considerar patrimônio cultural e turismo deve-se levar em consideração como tem sido compreendida pelos elaboradores das políticas públicas para o patrimônio cultural, a concepção de patrimônio, o qual por muito tempo foi entendido como sinônimo de grandes monumentos, prédios, palácios. A ideia perdurou até a primeira metade do século XX.

Choay, (2001) pondera que a partir de muitas discussões e reflexões de patrimônio, passou-se a entender que as pessoas não produzem apenas arte pictórica enquanto materialidade em si mesma, mas fazem ciência cosmológica tradicional, desenvolvem técnicas diversificadas, saberes, costumes, culinária, etc., constituindo legado inerente.

Por essa razão, as políticas públicas também tendem a conceber premissas entendendo que, apesar de o turismo ser uma prática sociocultural, deve ser norteado por políticas públicas que contemplem especificidades de cada sociedade. O respeito ao modo de vida do outro, em que o exercício da alteridade tende a ser uma possibilidade para a boa relação entre turismo e patrimônio cultural, é uma atividade extremamente importante.

O turismo, como força de mercado, pode, por um lado, contribuir para a conservação ou preservação de determinados patrimônios e da cultura. E por outro também pode ser um eficiente instrumento de exclusão de nativos, de teatralização da cultura ou de supervalorização de patrimônios escolhidos com fins lucrativos. (MENESES, 2004).

Para que o turismo possa ser interpretado como prática satisfatória a todos é fundamental que políticas públicas alusivas a patrimônio cultural contemplem a conciliação da economia com a preservação patrimonial. Em tempos de massificação de informação e

consumo exacerbado, o turismo se regala na busca por lugares exóticos e pautas históricas em áreas naturais.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), apesar das críticas e de discussões acerca do desgaste produzido pela visitação excessiva em áreas de bens tombados como patrimônios culturais, o turismo não aparece como a causa dessa problemática, mas como ação contrária, que vem contribuindo com a conservação e na maioria das vezes aumentando o interesse e a valorização pelos mesmos.

A partir de atos estatais que promovam diálogo satisfatório entre o turismo e o conjunto de patrimônios culturais de sociedades, pode-se evitar que muitos bens históricos venham a ser destruídos ou aniquilados em função de visitas não coordenadas, fazendo com que essas áreas se revitalizem, se afirmem cultural e economicamente (BARRETTO, 2007).

Mas como promover atitudes orientadas à preservação? Murta e Albano (2002) afirmam que a participação, *in loco*, em áreas turísticas, gera experiências que tendem a modificar crenças e atitudes em face à preservação ou manutenção de espaços coletivos e ambientes comuns. A sensibilidade aos ambientes e às pessoas do lugar aumenta na medida em que experiências ao vivo fomentam mudanças de percepções sobre o outro.

O cerne central da questão refere-se à importância de políticas e ações planejadas no âmbito turístico em áreas de bens patrimoniais, que devem, sobretudo, ao serem elaboradas, contar com a participação efetiva de moradores locais, da comunidade nativa, compreendendo que o turismo e o patrimônio cultural são construções sociais e ampliações de realidades múltiplas.

1.4 Turismo em ambientes amazônicos

A Amazônia, desde o processo de colonização, tem sido considerada região de fascínio e encantamento (COSTA, 2001). Navegantes, naturalistas e expedicionários cientistas ou clérigos fizeram viagens no sentido de conhecer e relatar a diversidade da rica fauna, flora e o modo de vida das pessoas do lugar. Foram viagens que, guardadas as proporções, mesclaram turismo e aventura laboratorial e experimentação na região, então em processo de invasão e destrocamento sociocultural. Desde essa época até a atualidade, de modo geral, mudanças altamente significativas não ocorreram de maneira organizada, no que se refere ao turismo. Só na contemporaneidade, ajustes à problemática vêm se consolidando.

Hoje, ações estatais no sentido de orientar e quiçá ordenar o turismo na Amazônia vem sendo consolidadas a partir de 1990, com a criação do Plano de Turismo da Amazônia (PTA),

por parte do governo federal. Esse conjunto de diretrizes sugeriu projeções gerais à promoção do desenvolvimento turístico de forma sustentável, melhorando o aproveitamento dos recursos naturais para a recepção e o revigoramento da imagem do bioma como destino das correntes turísticas (DIAS, 2003).

Com a criação do Plano Nacional do Turismo em 2003, ficaram estabelecidos os seguintes objetivos: i) desenvolver o produto turístico com qualidade contemplando diversidades regionais, culturais e naturais; ii) estimular e facilitar o consumo do produto brasileiro nos mercados nacional e internacional (BRASIL, 2003). Dois tópicos essenciais para o setor.

Por ter características singulares e complexas, a Amazônia configura-se em nicho turístico para diversas segmentações do turismo. É uma relação ambígua, dado que ao Estado interessa o fomento de atrativos econômicos que tenham valor de mercado e ao mesmo tempo interessa também aos nativos essa valoração. Mas a forma como a prática tem sido implementada acaba por prejudicar, em certa medida, ambientes e modos de vida de comunidades locais.

Dentre os seguimentos do turismo desenvolvido na Amazônia, destacam-se turismo sustentável, ecoturismo, turismo cultural e turismo de natureza. São tipologias diferentes que, em variados aspectos, dialogam entre si por terem a temática ambiental como mediação do interesse turístico. As segmentações partem da perspectiva do poder público e, por vezes, em consonância a interesses privados, amenizam particularidades de lugares e pessoas.

Benchimol (2009) salienta que a implementação de políticas ambientalistas para a região amazônica poderia vir a proporcionar aos moradores locais diversas formas de desenvolvimento sustentável, como piscicultura, biotecnologia, ecoturismo, dentre outras ações pautadas na premissa do sistema produtivo sustentável da nossa vida. São perspectivas de viabilidade palpável e objetiva, sobretudo em relação ao turismo em meio a áreas naturais.

E justamente no plano desse modelo turismo na Amazônia, o turismo sustentável é destacado como prática econômica que pode ser efetivada contemplando-se o princípio da sustentabilidade, mas ainda assim não deixa de apresentar benefícios e malefícios para as localidades em que ele se estabelece. Por isso, é fundamental a efetivação de um planejamento que contemple especificidades locais e não somente interesses mercantis e não raro desorientados e desligados da realidade das comunidades amazônicas.

Nesse sentido, cabe pontuar que megaprojetos para a Amazônia elaborados desde o fim dos anos 1960, como os planos Polamazônia, Desenvolvimento Rural Integrado e Grande Carajás são exemplos de políticas públicas construídas sem considerar as especificidades do

ecossistema e do modo de vida das populações tradicionais do bioma, o que impulsionou uma série de problemáticas que persistem até a contemporaneidade (LOUREIRO, 2002; RODRIGUES e FEARNSSIDE, 2014). Problemas relacionados à falta de energia, retirada mineral, desmatamento, grilagem, invasão a espaços ancestrais, além de ampla destruição de patrimônios regionais em nível geral.

Nessa similar situação, o turismo tem sido incentivado a se desenvolver na Amazônia. E em complexos aspectos considera-se a atividade muito mais enquanto ação socioeconômica de geração de renda, emprego e lazer, que uma prática educacional e informativa de cunho universal. De todo modo, a perspectiva deveria ser justificada como negócio promissor para o socioambiente, instrumentalizando mecanismos de preservação e conservação aliados a temas educativos e de forte ancoragem na cidadania.

O que ocorreu nos anos 1990 com as grandes iniciativas federais, sobretudo o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (Proecutur), evidenciou a presença maciça do Estado no processo de incentivo e implementação do turismo de maneira controversa. Foram apresentadas diretrizes para o fomento do turismo, mas as ações não concorreram para torná-lo efetivo no contexto efetivo de moradores locais de áreas potencialmente turísticas (MOLINA, 2003; CRUZ, 2005; CRUZ *et al.*, 2014).

Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009) afirmam que o turismo de base comunitária (TBC), dentre os demais, ao contrário das megapolíticas de acozamento promovidas pelo Estado no bioma, pode possibilitar protagonismos de moradores locais e impulsionar a busca pela autonomia do território em função de simbologias e artes compartilhadas. O TBC contrapõe-se ao turismo de massa porque requer menos infraestrutura e serviço e, ao contrário daquele, busca prezar pela valorização da cultura e dos ambientes naturais.

No Plano de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia, o turismo sustentável é o seguimento apontado pelo governo como proposta para a manutenção de ambientes naturais e culturais em decorrência da atividade. Por isso, entende-se que o turismo de base comunitária pode dialogar com essa proposta e até mesmo melhorar os índices de desenvolvimento da região. Como destacado, os planos vem de cima para baixo e o turismo de base comunitária pensa o inverso. São os locais que o elaboram.

Nesse sentido, o turismo de base comunitária visa promover uma economia com o mercado e não para o mercado (BARTHOLO, 2014). Tendo a Central de Turismo

Comunitário da Amazônia (CTCA) como instrumento de referência e apoio para a atividade turística de TBC na região (BURSZTYN, 2014).

1.5 O turismo e a relação com sítios arqueológicos

Por ser atividade diversificada, o turismo pode ser desenvolvido em diferentes áreas e contextos. Nesse cenário, destaca-se a prática do turismo em regiões de grande concentração de vestígios arqueológicos, tendo em vista o enorme interesse de destinos turísticos a essas localidades.

A arqueologia da região Amazônica sempre chamou a atenção tanto de pesquisadores quanto de turistas – que se admiram das peças indígenas ancestrais encontradas expostas ao solo, abaixo dele ou até guardadas em casas de moradores locais –, os quais colecionam essas relíquias arqueológicas e as utilizam como um mecanismo de economia doméstica.

O olhar sobre o exotismo e a beleza contidos nos artefatos arqueológicos da Amazônia tem sido ação praticada desde o final do século XIX e na primeira metade do século XX. Já na segunda metade do século XX, foi havendo alteração paulatina nessa postura, com a consolidação da arqueologia como ciência e disciplina a serviço da população (FIGUEIREDO, 2007).

Mas a atividade do turismo nesses locais, que são patrimônios culturais, incorre potencialmente em duas situações extremas: i) pode vir a colaborar com a preservação e a memória social do lugar e ii) pode vir a gerar problemática relacionada ao turismo predatório. Sobre esses tópicos, Meneses (2007) propõe que antes de se efetivar o turismo em sítios arqueológicos faz-se imprescindível a reflexão acerca de outras três questões fundamentais.

A primeira consiste em analisar cautelosamente políticas públicas para o bem público e não só para o poder público; o segundo ponto é a própria ideia de passado arqueológico, que caracteriza a demanda habitual do turista e a resposta que lhe é retornada; e por fim se apresenta a condição majoritária do patrimônio arqueológico, uma vez que o interesse dos turistas não está no espaço enquanto ambiente patrimonial, mas nos artefatos presentes nesses ambientes.

O turismo efetivado apenas como força de mercado pode provocar a teatralização da cultura, a exclusão da comunidade e a seleção de patrimônios escolhidos por meros interesses econômicos, transformando os comunitários dos locais em atores cênicos, performáticos tal e qual seu ambiente e seus costumes. Porquanto, visitar sítios arqueológicos está mais próximo ao fato de se encontrar diante de lugares de ancestralidade, os quais remetem a formas de viver.

Com efeito, a discussão sobre como possibilitar o uso de sítios arqueológicos para o turismo e assegurar a preservação ainda se efetiva. Questão acerca do exposto são especificadas de tal modo: “como integrar o patrimônio à rotina das comunidades no sentido de auxiliá-las no desenvolvimento de renda e inclusão social?”.

Pardi (2007) afirma que essa questão é bastante complexa, sendo fundamental a compreensão da cultura no turismo em áreas patrimoniais, como é o caso dos sítios arqueológicos. Isso possibilita a boa interação entre turista e lugar visitado, vindo a mitigar impactos negativos do turismo nessa ambiência sociohistórica.

A ambiência vem a ser, de acordo com Brasil (2006), uma conceituação não apenas voltada para aspectos físicos de determinado lugar. Ela está diretamente ligada ao social, consolidada nas interações entre as pessoas, possibilitando um ambiente mais harmonioso a todos. Para isso, faz-se importante a compreensão de três eixos componentes da ambiência: o primeiro diz respeito à confortabilidade, em que se busca valorizar o meio onde os sujeitos interagem; o segundo versa sobre a subjetividade impregnada pela ação e reflexão que ocorre no espaço; e o terceiro vislumbra o espaço como elemento que facilita mudanças ocorridas em relações sociais.

Por ambiência, pode-se entender ainda tudo o que está a volta de um determinado indivíduo ou grupo social, mas devendo-se contextualizar o condicionamento de suas existências, em que apesar de haver uma compreensão singular, há de modo coletivo uma identificação ou uma representação simbólica, na qual as relações podem vir a ocorrer tanto nas escalas do local quanto do global (REGO, 2010).

Na Amazônia, há conjuntos variados de sítios arqueológicos que já vem sendo utilizados como parte do destino turístico para a região. Mas o uso turístico requer antes de tudo planejamento, análise do impacto sobre a área e estimativas de consolidação de políticas públicas em função da mudança do local e da comunidade de participantes que está ativamente na gestão operacional do sítio.

“Os princípios do turismo cultural envolvem o descobrimento do sentido, os símbolos e os significados da cultura para potencializar os atributos, o respeito a identidade e a memória dos grupos formadores da cultura e sua dinâmica própria” (PARDI, 2007, p. 326). Paralelo a isso, pode-se pensar também a viabilização econômica da manutenção desses bens.

A arqueologia, além de proporcionar o conhecimento da população que vive no sítio, proporciona que se conheçam as características dos povos e das culturas que ocuparam a região em diferentes contextos históricos e isso envolve a interface com diferentes áreas do conhecimento (BARRETTO, 2007).

A complexidade do turismo em áreas arqueológicas pressupõe a atuação significativa de comunitários, tendo em vista minimizar impactos negativos. Uma das preocupações com as atividades turísticas em sítios arqueológicos habitados é a comercialização de artefatos pertencentes a uma memória social que precisa ser preservada (FUNARI e PELEGRINI, 2006; MENESES, 2004; LIMA 2013).

Todavia, contrária a isso, a prática do turismo local de modo planejado pode vir a ajudar na manutenção e preservação de vestígios e artefatos. E esse planejamento tende a requerer a adaptação da visitação a especificidades locais, a partir, por exemplo, da construção de estruturas para acesso a ambientes patrimoniais, com placas sinalizadoras de áreas frágeis, controle de visitação e informações sobre a história do local. A musealização e turistificação de zonas próximas ao sítio ou no próprio sítio é fator primordial (FIGUEIREDO, 2007).

Para Duarte Cândido (2014, p. 19)

[...] o processo de musealização ocorre a partir de uma seleção e atribuição de sentidos feita dentro de um universo patrimonial amplo, resultado de um recorte formado por um conjunto de indicadores da memória ou referências patrimoniais tangíveis ou intangíveis, naturais ou artificiais indistintamente. Feita a seleção, estas referências ingressam em uma cadeia operatória que corresponde ao universo de aplicação da museologia – museografia. Preservação, portanto, é tomada como equivalente a processo de musealização, e é realizada pela aplicação de uma cadeia operatória formada por procedimentos técnico-científicos de salvaguarda e de comunicação patrimoniais, em equilíbrio.

A musealização refere-se não a instituições edificadas, mas a um conjunto de valores culturais e simbólicos de determinada comunidade, a qual participe de modo efetivo de atividades desenvolvidas em seu ambiente, demonstrando sentimento de pertencimento ao lugar. Daí que, ao “turistificar” o patrimônio, a comunidade pode tender a considerar reflexões propostas por Moraes (2012, p. 4), que pondera sobre “como turistificar esses espaços sem que eles percam suas funções de lugares, onde é possível dialogar com a alteridade e com a própria identidade sociocultural”.

Apesar da complexidade que envolve a relação entre o turismo e o patrimônio, é possível, a partir do planejamento de forma participativa e a inclusão da comunidade local no desenvolvimento do turismo, obter resultados positivos da atividade turística em áreas patrimoniais.

1.6 O contexto estudado:

1.6.1 Valéria/AM: caracterização e cotidiano.

A região da Valéria está situada na fronteira do Estado do Amazonas com o Pará. É uma área de terras altas, formadas por platôs dissecados de Alter do Chão/PA, com altitudes

de até 100m. Sendo que a Serra da Valéria possui 115m de altura (SAUNIER, 2003; AZEVEDO FILHO, 2013). Considerando como ponto de partida a Boca da Valéria/AM, seguindo em direção a cidade de Parintins/AM, a duração da viagem realizada a barco de recreio movido a diesel, totaliza 4h30min e de lancha/voadeira 1h40min.

Os moradores locais utilizam como meio de transporte para se dirigir até a sede do município de Parintins, além dos barcos de recreio, os rabetas, garités, voadeiras, etc. E alguns dirigem-se pela estrada do assentamento que liga a Valéria a Vila Amazônia através de moto, ônibus ou bicicleta. E de lá adentram na lancha que realiza trajetos cotidianos da Vila Amazônia até Parintins. Tal rotina ocorre durante o ano todo.

A região é fortemente marcada pela presença de locais de vestígios arqueológicos, onde parte dos artefatos estão expostos a céu aberto e parte encontra-se sob o solo. Integram o complexo territorial as comunidades de São Paulo, Santa Rita de Cássia, Betel, Bete Semes e Samaria, as quais possuem relações entre si e com o ambiente sociohistórico onde residem pela proximidade espacial e por desígnios de afetividade. Em razão do paisagismo natural e cultural, a região tornou-se um dos atrativos turísticos do Baixo Amazonas seja para roteiros nacionais ou internacionais desde a década de 1970, de acordo com relatos de moradores mais antigos da comunidade.



Figura 1. Mapa da Valéria organizado por Thiago Godinho – Gráfica e Editora João XXIII, a partir de imagens do *google maps* e pesquisa de campo de Naia Dias, janeiro de 2016.

O interesse acerca da região da Valéria parte tanto de turistas nacionais como internacionais. Anualmente, diversos transatlânticos têm em seu roteiro turístico a região da Valéria como referência para a visita, a compra de artesanatos, o passeio na serra, no sítio, enfim, para diversas atividades realizadas por eles ainda que de modo rudimentar.

O turismo tornou-se prática local e para isso os moradores locais criaram espaços de recepção a turistas, principalmente para os que aportam em transatlânticos. Eles construíram um trapiche, a fim de que os barcos que conduzem os turistas possam atracar e fazer o embarque e desembarque dos mesmos na localidade. Um dos moradores, o senhor Raimundo, veste-se de marinheiro e faz a recepção dos turistas oriundos de cruzeiros internacionais.

Na época da cheia, o processo de desembarque é realizado às margens do rio Amazonas, no período da vazante, ocorre nas margens do igarapé da Valéria. É um momento de muita interação social, movimentação econômica e mudança no cotidiano local, notam-se mudanças funcionais na dinâmica de contato entre os locais e os turistas.

1.6.2 Comunidade São Paulo



Figura 2. Comunidade e sítio arqueológico São Paulo/AM- Foto: Naia Dias/Pesquisa de campo. Junho 2015.

São Paulo fica localizada na área denominada pelos moradores nativos de “Boca da Valéria”, na confluência entre o Rio Amazonas e o igarapé da Valéria. A comunidade fica assentada na base da serra da Valéria, onde moradores locais desenvolvem diversas atividades em seu cotidiano. É registrada como sítio arqueológico, identificada por AM-PT-02 (HILBERT, 1975; SIMÕES e ARAÚJO, 1978).

A comunidade de São Paulo é o lugar onde as demais comunidades do entorno se reúnem para a recepção de turistas. Eles recebem através da Secretaria Municipal de Turismo e das agências turísticas locais o cronograma de chegada dos transatlânticos e a partir dessa informação fazem reuniões para dialogarem e deliberarem ações para a organização do evento.

Por conviverem com o período de seca e vazante, os moradores construíram suas casas de assoalho alto, tipo palafitas. Entretanto, a igreja e a escola foram construídas em alvenaria e ficam localizadas na área mais alta da comunidade. São pontos de encontro e deliberação acerca da atividade turística. Suas atividades referentes à pecuária e agricultura são desenvolvidas nos altos da Serra, onde a terra preta é bastante fértil. Paralelo a essa atividade econômica, moradores também utilizam a pesca como fonte de renda e esporadicamente o turismo.

Possuem apenas um estabelecimento de ensino, a Escola São Francisco, que tem como órgão mantenedor a Secretaria Municipal de Educação de Parintins e atende a alunos de 1º ao

5º ano do Ensino Fundamental, na modalidade multisseriada. Todos os alunos estudam no mesmo horário com uma professora que ministra aula para todas as turmas. Há também o Programa Mais Educação, do governo federal, o qual é desenvolvido no contra-turno através de atividades lúdicas.

São oferecidas aos alunos oficinas de Matemática, Letramento e Alfabetização; além de oficinas de Meio Ambiente, Estudos Culturais, Música e Dança. Sendo que os monitores são moradores da própria comunidade, que passam por diferentes capacitações a fim de proporcionarem oficinas pedagógicas que possam ser significativas ao aprendizado dos alunos.

É uma comunidade católica, tendo como padroeiro São Paulo. O modo de vida é baseado na pesca, na caça, na agricultura, pecuária e na produção de artesanato. Em práticas cotidianas, comunitários de São Paulo realizam diversas atividades peculiares aos modos de vida locais e que perpassam gerações.

[...] a gente faz no nosso dia a dia aqui na comunidade nossos artesanatos, como barquinho, bonecos, remédios caseiros e outras coisas, juntamos algumas caretinhas para apresentar aos visitantes e turistas, a gente trabalha também com pesca e agricultura e algumas vezes levamos essa produção para a cidade de Parintins, ou então esperamos o momento do turismo chegar (COMUNITÁRIO, ARTESÃO, MORADORES DE SÃO PAULO DA VALÉRIA. PESQUISA DE CAMPO, MAIO DE 2015).

Os moradores são muito receptivos e têm muito orgulho de viverem em uma área onde podem associar o trabalho tradicional às atividades cotidianas, como pesca, caça, agricultura etc., e ainda correlacionar todas essas atividades ao turismo.

1.6.3 Comunidade Santa Rita

Santa Rita de Cássia é a maior das comunidades assentadas na região da Valéria. Residem aproximadamente 78 famílias (FONSECA, 2010) nela, sendo que as casas são construídas em madeiras e alvenaria. Pode-se chegar até a comunidade tanto pela via fluvial quanto terrestre, através da estrada que liga a Vila Amazônia a diversas comunidades rurais. É banhada pelo lago da Valéria e está localizada sobre o sítio arqueológico o qual foi inicialmente identificado por Hilbert (1975) com o nome de AM-PT-01.

Via fluvial, indo de lancha de Parintins até Santa Rita da Valéria, a viagem tem a duração de 1h50; de barco, leva em torno de 4h 30min. E por terra, saindo de Vila Amazônia,

o percurso chega a ser de 59 km de distância. Passando por diferentes comunidades, que estão distribuídas por todo o assentamento de Vila Amazônia e Valéria.



Figura 3. Estrada de acesso a comunidade de Santa Rita de Cássia. Foto: Naia Dias/Pesquisa de campo, novembro de 2015.

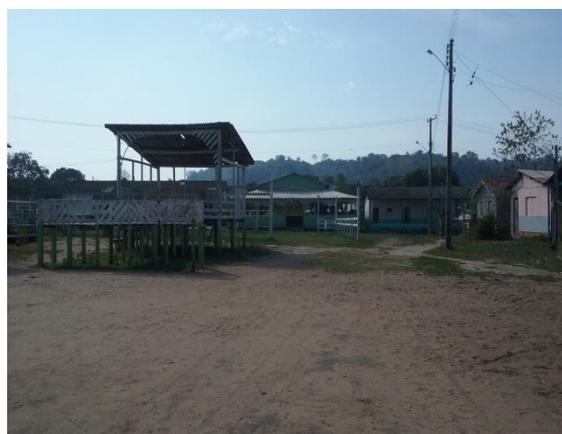


Figura 4. Comunidade Santa Rita de Cássia. Foto: Naia Dias/Pesquisa de campo, novembro de 2015.

A localidade se constitui como espaço sociocultural relevante para estudos científicos de patrimônio cultural e artefatos arqueológicos. Nos anos de 2007 e 2008, foram realizadas pesquisas arqueológicas na região a partir de ação conjunta do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Projeto Amazônia Central (PAC-MAE/USP) e o Projeto Baixo Amazonas (PBA), visando efetivação da etapa de delimitação e escavação (LIMA, MORAES e PARENTE, 2013).

Depois da atividade do Iphan, sobre a importância da educação patrimonial realizada no sítio, os moradores passaram a guardar artefatos arqueológicos em uma das salas da Escola Municipal Marcelino Henrique, como forma de preservá-los e também serem apresentados, esses artefatos, a turistas e mesmo a visitantes que sempre estão de passagem pela comunidade.

No cotidiano da comunidade, há a prática do curandeirismo alicerçada pela medicina tradicional, pela produção artesanal e com materiais próprios da localidade. Silva *et al.* (2009) afirmam que, no local, além de cerâmicas com decoração em motivos antropomorfos e zoomorfos, também se encontram patrimônios culturais materiais e imateriais que precisam ser considerados como materialidades representativas de crenças espirituais.

A comunidade tem uma escola municipal que atende todas as etapas da Educação Básica, recebendo a partir do 6º ano alunos moradores das demais comunidades e que fazem

parte da região da Valéria. O Ensino Médio é ministrado através da mediação por tecnologia, tendo a Secretaria de Estado da Educação do Amazonas (SEDUC) como mantenedora.



Figura 5. Escola Local. Foto: Naia Dias/Pesquisa de campo, novembro de 2015.

A economia local é pautada na prática da agricultura, pesca e caça, tendo um pequeno comércio onde se trabalha também a produção artesanal. Assim como as demais comunidades, Santa Rita se organiza para a atividade do turismo, sobretudo o internacional, em que artesãos locais se reúnem na comunidade de São Paulo para vender seus produtos, fazer passeios de canoas, rabetas e barcos ou levarem turistas para a realização da pesca esportiva. Do seu modo, moradores da Valéria fazem de períodos turísticos momentos para melhorar a renda local.

1.6.4 Comunidade Bete Semes



Figura 6: Comunidade Bete Semes/ Fonte: Pesquisa de campo Naia Dias, nov. 2015.

Foto: Naia Dias

Bete Semes localiza-se às margens do lago da Valéria e significa a arca que contém a presença de Deus. É uma comunidade evangélica do seguimento cristão da Assembleia de Deus. Foi fundada no dia 27 de abril de 1987. Possui cerca de 35 famílias (FONSECA, 2010). Há uma escola que funciona para os primeiros anos da Educação Básica. A economia local está baseada na pesca, na agricultura, na caça, na produção de artesanato e também no turismo temporário.

No período em que os transatlânticos vêm até a região da Valéria – outubro a abril – os artesãos de Bete Semes organizam barracas na Comunidade de São Paulo/AM para fazerem a exposição e venda de produtos locais. É uma prática que ocorre anualmente. Apesar da pouca estrutura para essa atividade, os moradores de Bete Semes empenham-se em apresentar um bom serviço aos turistas.

1.6.5 Comunidade Betel

Betel é uma comunidade evangélica, construída a partir de pertencimentos da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil. Fica localizada ao lado direito do lago da Valéria em frente à comunidade de Bete Semes. Possui 23 famílias e tem uma escola de base, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

A agricultura, a pesca e a produção artesanal configuram-se como práticas cotidianas de economia local. Comunitários participam ativamente do turismo desenvolvido na região,

tanto com a produção de artesanato como com passeios de canoas pelo igarapé e o lago da Valéria, que constituem a paisagem do lugar. É considerada uma “comunidade menor” dentro da conjuntura de importância das localidades que sobrevivem do turismo em áreas da Valéria.



Figura 7. Comunidade de Betel.

Foto: Naia Dias, pesquisa de campo, 2015.

1.6.6 Comunidade Samaria

Samaria é a comunidade mais central, sendo denominada pelos moradores locais de colônia. Pode-se chegar a Samaria somente via terrestre, indo por Betel ou Santa Rita da Valéria, percorrendo a estrada da Samaria pela qual são escoadas as produções agrícolas desenvolvidas pelos moradores locais. Seus produtos são vendidos para Parintins e também para Juruti, no Estado do Pará.

Devido a falta de infraestrutura da estrada, os moradores enfrentam sérias dificuldades no transporte de seus produtos. Alguns optam em seguir para a comunidade de Betel em seus próprios meios de transporte como: moto, carroça, bicicleta, onde colocam seus produtos nos barcos que fazem linha até Parintins. Outros transportam em caminhões ou no ônibus pela estrada que liga Santa Rita a Vila Amazônia, e depois adentram na balsa que faz o trajeto Vila Amazônia/Parintins.

É uma comunidade católica tendo como padroeiro São Pedro. Nela residem aproximadamente 93 habitantes. O local conta com uma escola de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental na modalidade multisseriada, sendo mantida pela prefeitura Municipal de Parintins. Os alunos prosseguem seus estudos na Escola da Comunidade de Santa Rita.

O modo de vida é baseado na agricultura de subsistência, na caça, na pesca e na produção de artesanatos construídos a partir dos recursos naturais próprios do lugar. Os

moradores de Samaria também participam ativamente das atividades turísticas no período em que os cruzeiros internacionais se fazem presentes na região.

Nesse sentido, apesar de suas peculiaridades os moradores das comunidades assentadas na região da Valéria mantêm relações entre si e com o sócio ambiente em que residem ao longo de seu processo histórico de ocupação, apropriando-se de práticas e saberes que ultrapassam gerações e ressignificando seu modo de vida local.

CAPÍTULO II

CONSTRUÇÕES CONCEITUAIS SOBRE O TURISMO, PATRIMÔNIO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Referenciais abordados

A perspectiva de estudar a relação dos moradores de Valéria/AM com o sítio arqueológico em que residem orientou reflexões acerca de conceitos referentes i) turismo de base comunitária, ii) representações sociais e iii) patrimônio cultural. São temáticas que dialogam com o problema delimitado.

2.1 Turismo de Base Comunitária

O turismo é uma das atividades que mais crescem economicamente na atualidade. Dentre os seus diversos produtos de mercado estão o patrimônio cultural e natural, os quais podem vir a ser parceiros significativos para a preservação de ambientes se houver planejamento e participação da comunidade, e não só de agências turísticas.

É nesse cenário que se insere o turismo de base comunitária, o qual tem sua origem a partir das diferentes modalidades do turismo, englobando os conceitos de turismo cultural, etnoturismo, ecoturismo, turismo comunitário etc. Além disso, valoriza a dimensão social e territorial da atividade turística.

No Brasil, o Turismo de Base Comunitária (TBC) surgiu primeiramente a partir dos diversos debates científicos, em razão do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local, ocorrido em São Paulo, em 1997. Em 2003, durante a realização do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, ocorrido em Fortaleza, o Turismo de Base Comunitária volta a ser palco de discussão, mas agora o debate científico conta com a participação dos movimentos sociais de modo efetivo.

Com a abertura de edital direcionado do Ministério do Turismo, em 2008, o TBC passa a vivenciar um momento de grande proporção no Brasil. O MTur priorizou selecionar

projetos de fomento a iniciativas de turismo de base comunitária e que promovessem a inserção destas na economia de mercado, com base nos princípios de economia solidária (BRASIL, 2008). Nesse contexto, nota-se que o TBC passava a ser objeto de atenção dos diversos Estados do Brasil e que o mesmo se apresentava no cenário nacional como um órgão que teria a possibilidade de promover a participação cidadã e a geração de renda em diversos lugares que apresentam potencial turístico.

No entanto, faz-se importante compreender o que vem ser o TBC. Para Irving (2009, p. 111), “o TBC tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que promove qualidade de vida, inclusão, valorização da cultura local e sentimento de pertencimento”. Contrapondo-se ao turismo massificado, que requer grandes infraestruturas e serviços, o turismo de base comunitária prima pela comunicação social, a partir da qual os próprios moradores atuam como protagonistas em todas as atividades proporcionadas aos turistas.

A esse respeito, Maldonado (2009, p. 12) enfatiza que a “característica distinta do turismo de base comunitária é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica”. O autor propõe que o visitante se coloque no lugar do outro, que exercite a alteridade, e com isso poderá compreender e aprender o *modus vivendis* de sujeitos dos diferentes locais e de modo específico de lugares amazônicos.

O TBC é norteado pela premissa da valorização da participação e da organização comunitária, do associativismo vislumbrando o desenvolvimento local e a preservação da cultura. Com isso, acredita-se que a Associação dos Moradores de São Paulo da Valéria (Artsampa) configura-se como uma iniciativa dos moradores para atuarem como protagonistas da atividade turística desenvolvida na localidade.

De acordo com o Ministério do Turismo do Brasil,

[...] o Turismo de Base Comunitária é uma maneira diferente de se fazer o turismo, sendo esta atividade um modelo de desenvolvimento local, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (BRASIL, 2008, p. 11).

Mas, para que possa ocorrer um turismo de base comunitária, não basta apenas ter uma associação. Faz-se necessário compreender que o TBC está para além de uma atividade produtiva, ressalta-se a questão da ética e da cooperação nas relações sociais. O TBC promove a valorização dos recursos próprios do território e aponta para uma relação dialética entre a comunidade receptora e os diferentes turistas (ARAÚJO GELBCKE, 2008).

Dialogando com essa perspectiva, Coriolano (2009) destaca que no TBC as comunidades, de maneira associativa, promovem arranjos produtivos locais, tendo o total controle tanto do espaço físico quanto das atividades econômicas. A organização do TBC, por parte dos moradores locais, configura-se como alternativa para a criação de trabalho e renda a todos os habitantes do lugar.

Bartholo (2014) enfatiza que nas experiências de turismo de base comunitária, os moradores locais são quem devem ser os protagonistas da ação, devendo estes terem suas narrativas observadas e seus modos de vida respeitados, e não que agentes externos à localidade passem a gerir suas atividades turísticas, pois assim como o turismo pode promover benefícios a um lugar ele também pode vir a ser um elemento corrosivo, por exemplo, a sítios simbólicos.

O autor afirma que, no TBC, a economia não tem que ser de mercado, mas economia com o mercado.

[...] uma economia com mercado é uma economia onde o turismo de base comunitária pode encontrar e afirmar seu lugar. Uma economia com mercado pode ser um lugar de morada do *homo situs* enraizado em um sítio simbólico de pertencimento, num enraizamento que não é meramente físico e material, mas nos valores identitários, na cultura e na estética (BARTHOLO, 2014, p. 44).

Esse seguimento do turismo, apesar de estar em fase de crescimento, já tem apresentado alguns benefícios para os lugares onde se tem vivenciado a experiência do TBC, como por exemplo no Amazonas, especificamente na cidade de Silves, em uma Pousada Comunitária na Aldeia dos Lagos, onde se desenvolve o ecoturismo de Base Comunitária. A experiência vem se destacando tanto nacional como internacionalmente, servindo de retrato para futuras reconformações dessa ação em diferentes lugares (CRUZ, *et al.*, 2014).

Isso evidencia que o TBC otimiza o bem estar primeiramente dos que habitam nas comunidades e depois dos turistas. Faz com que os diversos seguimentos locais possam dialogar e pensar em um melhor desenvolvimento econômico local, que beneficie a todos os envolvidos na atividade, fazendo com que o turista participe de seu modo de vida e vivencie uma experiência ímpar em sua vida.

Na perspectiva de Coriolano (2003, p. 41), o TBC “desenvolve a gestão participativa, na qual a maioria dos atores social de uma comunidade se envolve de forma direta e/ou indireta com as atividades desenvolvidas neste lugar, tendo em vista a melhoria da comunidade e de cada um dos participantes”.

2.2 Representações Sociais

A teoria das representações sociais (TRS) oportuniza possibilidade de se pensar a relação dos moradores de Valéria/AM com o sítio arqueológico onde residem. Entendendo que as RS centram seu olhar entre o sujeito e o objeto, ponderando a respeito da percepção conceitual de algo ou alguma coisa, fato ou fenômeno, nota-se que “[...] ao fazer isso, ela recupera um sujeito que através de sua atividade e relação com o objeto-mundo constrói tanto o mundo como a si próprio” (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 2002, p. 19).

A TRS é originária da Europa e foi desenvolvida por Moscovici (1979) à luz de estudos da psicologia social, tendo como referência abordagens sociológicas de Durkheim (1978) sobre as representações coletivas. Entretanto, Moscovici (ID., *op. cit.*) julgou mais adequado no contexto contemporâneo estudar as representações enquanto ato sociocultural abrangente ante a ideia durkheimiana de coletividade e percepto social.

Isso ocorreu porque, na perspectiva de Durkheim (1978, p. 79), “as representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com o objeto que o afeta. Para compreender como a sociedade representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza e não o indivíduo”. Daí que, entendendo que a representação coletiva de Durkheim estava mais pautada a sociedades menos complexas, o francês julgou que para estudar a sociedade atual era mais viável assumir a dinâmica das RS, pois se tratavam de sociedades que se caracterizavam pelo seu pluralismo e complexidade, além de conter em si mesmas dinâmicas relacionadas a mudanças econômicas, políticas e sociais.

A partir de estudos de Moscovici sobre RS na França, o debate sobre essa teoria tem tomado grandes proporções tanto no âmbito da psicologia social quanto de outras áreas das ciências sociais. O próprio Moscovici afirma que a TRS não deve ser entendida ou apropriada para pesquisas só da psicanálise ou de outro segmento *per se*, mas deve haver um diálogo com outras ciências sejam elas psicológicas ou sociais, tendo em vista a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento.

Minayo (2002) afirma que representações sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais, as RS são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na justificando-a ou questionando-a. Busca-se, nesse estudo, compreender as relações que os moradores de Valéria/AM tem com o ambiente sócio-histórico em que residem – o sítio arqueológico – pelo viés das RS, uma vez que elas

possibilitam a análise de três tipos de conhecimentos: a informação, a imagem e a atitude (MOSCOVICI, 1976).

A informação relaciona-se com a organização dos conhecimentos sobre um objeto social. A imagem remete aos aspectos desse objeto. A atitude destaca o posicionamento grupal em relação ao objeto (RODRIGUES, 2012). Tais dimensões evidenciam a complexidade das representações e possibilidade do olhar interdisciplinar acerca de sua abordagem.

Entende-se, a partir do exposto, que “as representações constituem-se em uma preparação para a ação, não apenas porque guiam o comportamento, mas porque constroem e remodelam o ambiente em que este comportamento irá ocorrer” (LACERDA, PEREIRA, CAMINO, 2002, p. 168).

Bauer (1995) destaca que as RS são representações de alguma coisa, sustentadas por alguém. Sendo essencial identificar o grupo que as veicula, situar seu conteúdo simbólico no espaço e no tempo, e relacioná-lo funcionalmente, a um contexto intergrupal específico.

Estudar as representações sociais dos moradores de São Paulo/Valéria com o sítio arqueológico em que residem e nele mantem diferentes relações, implica em um íntimo diálogo entre o discurso científico e o discurso comunitário, tendo como meta leituras e interpretações do fenômeno arqueológico circunscrito na ambiência histórica e cotidiana dessas populações dessa localidade em tempos de globalização.

Para Pinto (2012, p. 223) “um dado que não podemos deixar de considerar é o da relação entre esses processos culturais e históricos que produzem e condicionam a diferenciação e o que passou a ser aceito como base para a construção das identidades”. Impregnados no cotidiano contemporâneo pela maravilhosa comunicação e pela perigosa massificação referente à globalização que toma nosso planeta, impondo aos mais “frágeis” a cultura dos mais “fortes” é de fundamental importância refletir sobre os as mudanças que vem ocorrendo no *modus vivendis* do homem amazônico.

Berger e Luckeman (1973) e Moscovici (2003), ponderam que as representações sociais ocorrem a partir de processos de interação, de relações sociais construídas em decorrência do meio em que as pessoas vivem. As RS apontam que a relação entre o pessoa e ambiente, quando ocorrida de modo positivo, resulta na melhor qualidade de vida e fortalecimento de sua vivência social.

Dentro da análise das RS, há ainda os processos de ancoragem e objetivação (MOSCOVICI, 2003; JODELET, 1989; FARR, 1994). Sendo que ancorar é trazer para

categorias e imagens conhecidas o que ainda não está classificado e rotulado; e a objetivação diz respeito a transformação de elementos abstratos em elementos concretos.

Moscovici (2003, p. 78) explica que:

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro; está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido.

Jovchelovitch (2002) salienta que os processos que engendram RS estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais compartilhadas e mediadas pelo coletivo: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, cultura. E essa abordagem corrobora para o estudo acerca da relação dos moradores de São Paulo da Valéria com o sítio arqueológico, o que representa para eles esse patrimônio cultural e o turismo. “O ato de representar, não é um processo simples. Além da figura, ele carrega sempre um sentido simbólico (MOSCOVICI, 1978, p. 65).

2.3 Patrimônio Cultural

A definição de patrimônio é relativa, partindo de diferentes perspectivas: legais, afetivas, econômicas, territoriais ou socioculturais (VIANNA, 2008). Na Constituição de 1988, a definição de patrimônio integra a noção de patrimônio cultural. No documento, patrimônios culturais brasileiros são descritos como bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, ação, memória e conformação de grupos da sociedade brasileira (PAIM, 2010).

No contexto acadêmico, textos de Ciências Sociais e Humanas abordam ao longo do processo histórico diferentes conceituações sobre patrimônio cultural em decorrência de mudanças em concepções sobre o ambiente na sociedade (MACHADO, 2004). De modo que patrimônio, hoje, é compreendido como ente, coisa ou lugar de memória. A caracterização conceitual encerra-se onde a dimensão inter-relacional das pessoas com o território e a mutualidade concorre para a atribuição de significados (NORA, 1997).

Podem ser considerados patrimônios uma fotografia, uma casa, um sítio arqueológico, uma dança, uma música etc. Registros na Amazônia, especificamente, podem ser identificados ao ponto em que se concebem práticas e representações de pessoas, lugares e coisas, destacando-se aspectos referentes a permanências e transformações ocorridas em determinados contextos socioculturais

O significado de patrimônio tende a recair atualmente tanto sobre aspectos ideais e valorativos da forma de vida de povos quanto sobre a questão material. Conceituar patrimônio, desta feita, é essencialmente um ato de estabelecimento de conexão significativa com mosaicos que conferem singularidade a diversas e complexas sociedades.

No passado, a noção de patrimônio foi ancorada no antagonismo natureza e cultura, sendo construída como o resultado de expressões metafísicas ocasionadas pela ação humana (GONÇALVES, 2002). Mas impasses causados pela dualidade fomentaram a superação do dilema e foram feitas restituições do conceito de patrimônio e, por conseguinte, do planejamento das respectivas políticas públicas.

Patrimônio passou a ser entendido não apenas como obra produzida por ação humana. Incluíram-se contextos naturais que passaram a abarcar cenários de memórias e identidades sociais. Com a atuação significativa do Iphan, alargou-se o leque de preocupações com manifestações culturais e fazeres. Estes passam a ser considerados bens de culturais de natureza imaterial.

Quando nos referimos ao conceito de patrimônio, apreendido como expressão mais profunda da “alma dos povos” e como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, admitimos que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentido de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos (PELEGRINI, 2007, p. 14)

Patrimônio na perspectiva de Gonçalves (2002) é uma categoria de pensamento extremamente relevante para a vida social e mental da coletividade de qualquer sociedade. “Ainda que possamos usar a categoria patrimônio em contextos muito diversos, é necessário adotar certas precauções. É preciso contrastar cuidadosamente as concepções do observador e as concepções nativas” (GONÇALVES, 2002, p. 24).

Por isso é importante ressaltar que a noção de patrimônio para um grupo, está associada aos elementos construídos pela coletividade, como por exemplo, a história, a memória, a identidade ou seja, aos fatores que lhes conferem referenciais de pertencimento a uma determinada comunidade.

A esse respeito Leite (2011, p.58) propõe :

Ampliar a discussão sobre patrimônio, englobando as manifestações, o fazer e o saber fazer, torna-se um item essencial na agenda do novo século, permeando todas as discussões, sejam elas políticas, econômicas ou sociais. A noção de patrimônio passou a incluir os testemunhos, grandes ou pequenos, dos valores humanos e a responsabilidade atual está diretamente ligada às gerações futuras, ao que será definido como história-memória pelos diversos atores sociais.

Patrimônio está estritamente ligado às experiências construídas, aos mitos, as histórias, as narrativas locais, ao modo de vida, a uma série de coisas consagradas e que tem valor para uma pessoa ou para a comunidade. Sendo que esse sentimento de valorização é transmitido de geração a geração e que tende a fortalecer ainda mais o sentimento pertencimento em meio a rupturas e continuidades. “O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo *semióforos*... (HARTOG, 2006, p. 272).

Convém ponderar ainda acerca da noção de patrimônio proposta por Caiado(2001, p. 59) o qual afirma que: “é fundamental que haja reconhecimento da diversidade cultural, a partir das peculiaridades de cada local, pois assim será fortalecida a identidade entre o indivíduo e seu grupo entre este, o meio ambiente e a sociedade.”

Entretanto, não basta apenas compreender a concepção de patrimônio ou suas diferentes compreensões epistemológicas, torna-se fundamental discutir sobre os mecanismos de preservação dos diferentes bens patrimoniais sejam eles materiais ou imateriais.

Remontam as duas primeiras décadas do século XX, a preocupação com o patrimônio, entretanto naquela conjuntura, a concepção do seria preservado estava mais direcionado aos grandes empreendimentos arquitetônicos e voltados para os valores da elite. A partir de um grande debate sobre a importância de preservar o patrimônio foi criado o serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN em 1937 (PAIM, 2010).

Com esse tipo de tombamento – os dos prédios da elite- foi negado o direito a preservação da memória para a maioria dos brasileiros, em que a maioria da população não se reconhecia no patrimônio preservado, pois os mesmos não tinham vínculo com suas vidas.

Em 1970, o SPHAN, passou a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico artístico e Nacional (Iphan), no qual já passa a ser discutido a questão do turismo cultural, o enfoque agora consiste em revitalizar o patrimônio para a questão econômica, a preservação consistia em atrair turistas para a visitação e conseqüentemente fomentar a geração de renda local.

Posteriormente no final da década de 70, em 1979, o IPHAN passou por reformulações administrativas e começou a alargar o leque de preocupações com diferentes manifestações culturais, saberes e fazeres do povo brasileiro, a comunidade foi chamada a participar do processo de definição do que seria patrimônio. Tais abordagens foram consolidadas na Constituição de 1988.

No entanto, a mudança mais significava no âmbito da discussões do IPHAN, ocorreu em 04 de agosto de 2000, com a publicação do Decreto nº 3551, o qual instituiu também o

registro de bens culturais de natureza imaterial. Sendo que passaram a ser reconhecidos como patrimônio as ações, os saberes e fazeres que não podem ser expressos de forma material.

Nesse sentido destaca-se que no Brasil atualmente há diversas instituições preocupadas em preservar o patrimônio. Em âmbito nacional tem o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ligado ao Ministério da Cultura (MEC);

Abordando um pouco sobre os órgãos de proteção do Estado do Amazonas, tem a Secretaria de Estado da Cultura (SEC). E na esfera municipal, Parintins/AM tem a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e o Instituto Memorial de Parintins (Impin). Ambos possuem missão de salvaguardar patrimônios da região enquanto bens potencializadores de autoimagem e qualidade de vida, via aquisição de conhecimentos para práticas de cidadania. Dentre eles, destaca-se o sítio arqueológico da Serra de Valéria, onde comunidades estão assentadas e realizam interações diversificadas com seu espaço.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

PERCURSO DO TRABALHO DE PESQUISA

3.1 Local

A pesquisa intitulada “Sítio arqueológico São Paulo, Valéria/AM: Turismo e patrimônio cultural” foi realizada na comunidade rural e sítio arqueológico São Paulo/Valéria zona rural de Parintins/AM, extremo leste do Estado do Amazonas, na divisa com o Estado do Pará.

3.2 Abordagem

A pesquisa teve abordagem qualitativa, pois partiu-se do fundamento de que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, que o objeto não é um dado inerente e neutro, estando possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações” (CHIZZOTTI, 2001, p. 79). Foi realizada observação participante para se projetar investigação acerca da relação que os moradores de São Paulo da Valéria tem com o sítio arqueológico onde habitam e, com base em teóricos que discutem a temática, foi realizada interpretação sobre o objeto estudado. Para a efetivação da observação participante (CHIZZOTTI, 2009), foi realizada primeiramente a apresentação dos objetivos do estudo aos sujeitos pesquisados, a fim de que eles pudessem ter ciência da intenção e relevância da pesquisa. Com isso, se pode contribuir de modo satisfatório para a obtenção de dados, pois as pessoas contatadas souberam o que de fato se pretendeu executar.

3.3 Universo

O *locus* de investigação foi o sítio arqueológico São Paulo, região da Valéria/AM. Identificado como AM-PT-02 (HILBERT, 1975; SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1978), fica localizado as margens do rio Amazonas tendo confluência com o igarapé e lago da Valéria, sendo chamado pelos moradores locais de “Boca da Valéria”.

Foram abordadas 10 pessoas, dentro de uma sistemática de entrevista semi-estruturada (ALBERTI, 2005), partindo-se do princípio da observação participante – em que o entrevistador participa de vivências sociais junto à realidade dos moradores locais. As perguntas se direcionaram à integração social dos comunitários, ou seja, foram estipuladas visando-se percepções acerca de como moradores locais compreendem seus processos de trato ante o patrimônio cultural-arqueológico com o qual lidam.

Como critério de inclusão entre a população entrevistada, foi proposta inserir como participantes as pessoas adultas, moradores nativos do local, que trabalham com práticas artesanais de atividade econômica e um professor que atua na comunidade. Estes foram convidados a participar da pesquisa, a qual não ofereceu qualquer risco à saúde física ou mental delas, tendo em vista não se trataram de práticas invasivas de abordagem e não houve perguntas direcionadas a questões de cunho privado.

Quanto ao critério de exclusão, levou-se em conta o fator “faixa etária”. Menores de 18 anos não foram inseridos entre o grupo pesquisado. Além disso, o tempo de residência no lugar também foi pré-requisito. Moradores que construíram residência a menos de 5 anos na Serra de Valéria não puderam ser incluídos entre o grupo pesquisado. O envolvimento nas atividades desenvolvidas na comunidade foi proposto também como item excludente. Ou seja, o entrevistado teve inserção dentro do contexto controverso de Valéria, tendo em vista a realidade patrimonial (patrimônio cultural) onde se inseriu.

3.4 Amostra

A pesquisa partiu da perspectiva de que no sítio arqueológico existem diferentes práticas dos moradores em relação ao patrimônio em meio ao qual residem. O critério da amostragem por acessibilidade aos dados e conveniência foi considerado, levando-se em conta tempo e recursos para o estudo.

N DA PESQUISA = Existem cerca de 38 famílias no campo de pesquisa, cada uma com cerca de 4 pessoas. Por conta disso, até 10 chefes de família (homem ou mulher) que trabalham com artesanato, com o turismo e tem estreita ligação com a questão do patrimônio cultural do lugar foram abordados nas entrevistas semi-estruturadas. Os grupos foram assim delimitados: i) moradores mais antigos da comunidade faixa etária de 60 a 80 anos; ii) moradores artesãos – faixa etária de 20 a 50 anos de idade, iii) professores da escola do local (professores efetivos). Destaca-se que todos os sujeitos elencados para participar da pesquisa têm envolvimento direto e participação ativa nas práticas desenvolvidas no sítio arqueológico São Paulo, Valéria/AM.

3.5 Instrumentos e Técnicas

Quanto aos instrumentos e técnicas para a coleta de dados utilizou-se i) entrevistas semiestruturadas, ii) observação participante, iii) registros fotográficos, iv) gravações de depoimentos e v) diário de campo.

A entrevista semi-estruturada é uma técnica que parte de questionamentos simples e básicos, os quais são referendados em teorias reconhecidas e norteiam as inquisições feitas. A partir daí, de perguntas primordiais a pesquisadora passou a fazer questionamentos que buscaram ampliar o nível interativo em relação aos entrevistados. A meta foi estimular o informante a seguir seu pensamento dentro do foco principal colocado (VALA, 1986).

O roteiro da entrevista constou de duas partes distintas. Na primeira, a meta foi caracterizar a amostra, procurando-se verificar: idade, estado civil, escolaridade, profissão, tempo de residência na comunidade, renda familiar e nível de participação junto a entidades de classe da comunidade. A segunda parte constou de questões norteadoras e direcionadas para o tema em pauta contidas (Roteiro de Entrevista com Moradores e Professores). O diário de campo serviu como instrumento de registros das observações participantes em campo, sendo que os dados registrados foram complementados com fichas de leitura. O diário de campo, segundo Alberti (2005), vem a auxiliar na posterior reflexão sobre documentos conjuntos de pesquisa, constituindo-se em instrumento de crítica e reflexão.

3.6 Procedimentos de coleta

A investigação foi formatada a partir de pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria das Representações Sociais (TRS), os quais, enquanto formas de conhecimento, são ancorados na esfera cognitiva e, sendo o conhecimento um produto social, não tendem a ser desvinculados do contexto social no qual emergem, circulam e são modificados (ABRIC, 1994).

Jodelet (2001), por exemplo, quando adota a perspectiva de que a representação é decorrente do saber comum, prático, remete-se à ligação entre pessoa e objeto, donde importa saber “quem sabe e de onde sabe?” (condições de produção e circulação da RS); “O que e como sabe?” (processos e estados das RS); e “Sobre o que sabe e com que efeito” (estatuto epistemológico das RS). O embasamento teve como suporte três dimensões. A primeira referente às condições sociais, históricas e culturais que favorecem a emergência das representações; a segunda contextualizada mediante as descrições dos conteúdos das representações; e a terceira relacionada à discussão da natureza epistemológica das RS em confronto com o saber erudito (SÁ, 1998).

O procedimento de coleta versou em função dos seguintes passos: (1) a pesquisadora se apresentou e explicou à pessoa o objetivo da pesquisa; (2) houve breve conversação sobre assuntos próprios da região (*rapport*) e concernente à comercialização de réplicas de vestígios arqueológicos; (3) a pesquisadora verificou se o participante podia ser enquadrado na amostra delineada e, em caso positivo, perguntou se ele aceitava ser entrevistado. Foi entregue aos participantes da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com o intuito de que todos tomassem conhecimento sobre os objetivos da pesquisa, evitando posterior constrangimento para o colaborador/sujeito da pesquisa bem como para o pesquisador.

A pesquisa teve um enfoque de contexto social, pois tal procedimento possibilita que o pesquisador fique mais próximo da realidade observada e dos sujeitos pesquisados. No *locus* da pesquisa, o sítio arqueológico São Paulo da Valéria/AM, foi efetivada a observação participante, com a utilização do diário de campo, entrevista semiestruturada, com o intuito de elucidar as práticas cotidianas dos moradores relacionadas ao sítio arqueológico, registrando as ações educativas concernentes à proteção desse patrimônio cultural do Baixo Amazonas.

A análise da entrevista semi-estruturada foi realizada a partir da separação das unidades temáticas das falas gravadas dos participantes (Unidades de Contexto Elementar - UCEs). No caso da observação participante e exploração de campo, com composição de diários, foram usadas técnicas descritivas na tentativa de contextualizar a fala dos(as) participantes. A sustentação foi por meio da proposta do modelo de análise de contexto qualitativa.

3.7 Procedimentos de análise

Essa etapa consistiu na transcrição das entrevistas e depoimentos orais, que se destinaram à mudança de gravação oral para o código escrito, facilitando o manuseio do depoimento. Posteriormente, foram analisadas as entrevistas realizadas com os diferentes sujeitos da pesquisa, no sentido de ponderar falas concernentes à relação dos mesmos com o sítio onde residem, considerando observações registradas no diário de campo e aportes teóricos que embasam o estudo.

Levando em consideração a necessidade de coesão no que concerne à metodologia qualitativa e a maneira mais indicada de avaliar e descrever as informações que foram obtidas por meio da coleta dos dados, a opção escolhida foi a técnica de análise de conteúdo. A meta foi compreender e inferir novos conhecimentos a partir dos relatos dos sujeitos. Foi referência para o plano de avaliação do estudo em questão a análise de conteúdo manual (VALA, 1996).

A análise de conteúdo almeja a compreensão crítica do sentido das comunicações observadas e capturadas, seu conteúdo manifesto ou latente, bem como as significações explícitas ou ocultas. A técnica objetiva diminuir ao máximo a enorme quantidade de informações, em dados brutos, contidas em uma comunicação a categorias conceituais ou classes contextuais, que permitam passar dos elementos descritivos à interpretação do sentido do conteúdo (ID., op. cit.).

Para a melhor discussão e análise dos dados, foram construídas categorias a partir de narrativa dos participantes, as quais foram discutidas e interpretadas à luz do referencial teórico adotado para o estudo. A meta foi projetar pontos relevantes acerca da problemática estudada, suscitando reflexões sobre o pensamento social da Amazônia.

3.8 Análise crítica dos riscos e benefícios:

3.8.1 Riscos

Tomou-se a contento que possíveis riscos decorrentes da participação dos sujeitos na pesquisa podiam surgir, mas seriam mínimos e altamente subjetivos de serem considerados. Mesmo assim, houve comprometimento ante a questão para que não ocorressem problemáticas psicofísicas aos participantes.

Por exemplo, ao se explorar opiniões pessoais (percepções/representação sociais), tais atividades poderiam trazer à memória experiências ou situações vividas que depreendessem instabilidades emocionais. Mas, como a perspectiva foi confrontar marcos teóricos estabelecidos em razão de um contexto social amazônico vivido e compartilhado, no caso a região da Valéria a pesquisadora se comprometeu em minimizar tais riscos caso surgissem e se for o caso propor atendimentos psicossociais sem ônus aos participantes. Além disso, a pesquisadora fez leitura e entrega do TCLE para conhecimento dos participantes e respeitou o posicionamento dos entrevistados.

3.8.2 Benefícios

A participação dos entrevistados pode trazer benefícios significativos à comunidade, pois estes estiveram contribuindo para o melhor conhecimento do patrimônio cultural com o qual mantêm ligação sociocultural e dele retiram o seu sustento, podendo evidenciar como moradores locais tem se relacionado com esse ambiente histórico ao longo de sua ocupação e ainda estiveram colaborando para a tomada de atividades de proteção ao sítio arqueológico São Paulo da Valéria, tendo o turismo como aliado a esse processo.

CAPÍTULO IV

SOCIABILIDADES NA SERRA DE VALÉRIA: PERCEPÇÕES DE MORADORES LOCAIS ACERCA DE SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

4.1 Escopo do debate

No capítulo que segue, foi meta descrever partes significativas de depoimentos coletados em campo, em função de conceitos trabalhados no Capítulo II. A partir desses depoimentos, almejou-se sublinhar um possível conjunto de inferências a respeito de sentidos construídos por moradores da região da Valéria, no tocante a percepções relacionadas a patrimônio, turismo e sua relação com o meio ambiente.

Discute-se questões relacionadas as práticas cotidianas, representações sociais dos moradores do sítio arqueológico, fazendo uma breve abordagem dos sítios arqueológicos em que estão assentadas as Comunidades Tradicionais São Paulo e Santa Rita da Valéria e de modo mais denso, escreve-se o contexto histórico de São Paulo, o *modus vivendis* dos moradores locais e sua relação com o patrimônio cultural em que residem.

Concernente à Teoria das Representações Sociais (TRS), utilizou-se tal pressuposto teórico em razão de se identificar caminhos para se compreender a fusão entre o social e o pessoal, deliberando a respeito da correlação da dualidade do indivíduo com sua coletividade.

Para operacionalizar análises em torno desse objetivo, a TRS enfatizada assentou-se sobre três pilares: a informação pessoal ou grupal sobre um fato ou fenômeno, a imagem formada a partir da informação gerada acerca do fato/fenômeno e as atitudes tomadas frente ao que a realidade apresenta.

4.2 A “Boca” da Valéria



Figura 8. “Boca” da Valéria. Fonte - Naia Dias, dezembro de 2015.

A pesquisa sobre a questão do turismo e patrimônio cultural tem como foco um local denominado pelos comunitários de “Boca”. Essa simples palavra possui um significado amplo para os moradores da região da Valéria, os quais trabalham e vivem, em parte, em função do turismo que acontece de modo sazonal na região no período de outubro a abril. Eles, por exemplo, apontam que a “Boca” configura-se como um espaço de domínio, ou seja, um território afetivo (HAESBAERT e LIMONAD 2007; ALMEIDA, 2012), crivado de concepções que animam as comunidades da Valéria.

Os moradores da comunidade e sobremaneira do sítio arqueológico São Paulo costumam identificar-se como os moradores da “Boca”. Nas comunidades tradicionais, há o costume de identificar pequenos braços de rio como “Boca”, porque estes dão acesso a lugares maiores, como lagos ou rios (ALMEIDA, 2007). No caso da Valéria os moradores locais denominam de “Boca” porque referem-se ao igarapé que liga o Rio Amazonas com o lago da Valéria – conforme figura a cima.

Justamente a base dessa comunidade amazônica, o lugar onde se fomentam as práticas de valoração patrimonial, está contido na ideia de “boca”. É o início, o zênite, a configuração primeira, onde se mostra de modo primordial o todo territorial no contexto do espaço da serra da Valéria. Nas comunidades amazônicas (WAGLEY, 1988, p. 44) afirma que “existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas todos os dias as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura”, o que remete à premissa de que culturalmente moradores locais vão aprendendo a se identificarem como moradores da boca. A Boca exerce fundamental importância no cotidiano dos moradores, pois para eles é nesse espaço territorial e afetivo que

se desenvolvem diversas práticas cotidianas referentes ao seu modo de vida, como pode ser percebido nas narrativas de um morador,

A Boca é a entrada para a Valéria, é pelo igarapé que chega para o lago da Valéria, aqui na entrada da boca antigamente era um aningal, não tinha muita circulação de pessoas como hoje, ali tinha um apuizeiro, que a gente ficava lá sentado embaixo dele perto da Boca. Quando a gente veio morar pra cá fomos limpando mais. Meu pai, o nome dele é Raimundo Neves, morava bem logo perto da Boca, mais adiante, daqui da nossa casa. Hoje aqui Boca, muito movimento acontece, a gente pra ir pra Parintins, para outro lado do rio Amazonas, lá para o Itaboraí, ou pra outras comunidades a gente tem que passar pela boca, (risos) então a boca é o nosso local de encontro, de entrada e saída, e quando alguém me pergunta onde moro eu digo que moro na Boca, que depois recebeu o nome de São Paulo... (A. S. Morador da Valéria, 71 anos, entrevista realizada em maio de 2016).

Na narrativa do morador podem-se identificar três conhecimentos apontados pela Teoria das Representações Sociais: a informação, a imagem e a atitude (MOSCOVICI, 2003). A informação está expressa no fato de que o lugar não tinha tanto acesso ou que havia pouca movimentação de pessoas, já que ele afirma que a Boca era um aningal, que mais tarde passou a ser limpo pelos moradores que foram ocupar a localidade, possibilitando o tráfego de embarcações, que a princípio eram os cascos e as canoas, e posteriormente foram sendo introduzidos outros meios de transporte; a imagem está contida na forma como esses moradores representam a Boca, sendo esta a entrada para outros lugares, o lugar de referência cultural; e a atitude pode ser entendida na forma como, ao longo do processo histórico de ocupação humana, diferentes sujeitos sociais tem se relacionado com o socioambiente onde residem, buscando tirar dele o seu sustento e de sua família, mas também proteger para que as gerações futuras possam usufruir dos mesmos benefícios.

A Boca da Valéria constitui-se, portanto, como patrimônio natural e cultural importante para os habitantes, pois além de possibilitar o acesso a diversas comunidades tradicionais assentadas na região da Valéria e ao rio Amazonas, ela também passa a ser entendida como uma referência para a identidade cultural local ou mesmo como um local de grande potencial turístico. Como afirma um artesão e morador de São Paulo Valéria/AM.

Aqui na Boca é o local de nossa entrada e saída da Valéria através do rio Amazonas, já que também usamos a estrada da Vila Amazônia. A Boca, senhora, é também o local onde recebemos os turistas, aqueles que vêm nos grandes navios. É aqui que eles desembarcam para ir até as outras comunidades, como Santa Rita e Betel e as outras. Tudo começa aqui na Boca. É aqui também que fazemos nossa venda tanto de artesanatos, comida, produtos diversos como remédios caseiros feitos de cascas de pau e que servem para curar muitas doenças. Então aqui na Boca é o movimento de toda a atividade do turismo. Aí a gente passou a fazer produtos pra vender aqui. É claro que antes não era assim, mas quando os turistas passaram a chegar e encostar pra conhecer a serra, a floresta, as plantas, os lagos, as coisas daqui da nossa floresta a Boca foi tendo muito movimento e presença também de outras pessoas de outros

lugares do nosso Brasil. Os turistas da Europa, dos Estados Unidos, gostam muito de tirar fotos das plantas, dos animais, das crianças, dos lagos e da gente daqui da boca. É isso que eu também vejo que na Boca tem acontecido, quero dizer que aqui o movimento não para (risos). (J. S. A. Morador, artesão, 44 anos, pesquisa de campo junho de 2016).

Nota-se que na Boca há uma multiplicidade de atividades ocorrendo e, paralelo às atividades que tradicionalmente são presentes nas comunidades amazônicas (WAGLEY, 1988) como produção agrícola, pesca, caça, extrativismo etc. O turismo se insere como prática que foi se constituindo como atividade econômica local, demonstrando que a Boca passou por diferentes mudanças ao longo de sua historicidade. De um lugar que inicialmente servia apenas para a locomoção de moradores locais, passou a ser compreendido e vislumbrado como área da Amazônia Brasileira com grande potencial turístico, fato que se efetiva pelas constantes presenças anuais de turistas, sejam eles nacionais ou internacionais na comunidade, ganhando dimensão simbólica para quem nela reside, visto que quando os atores sociais empenham-se em compreender e representar o mundo eles também se utilizam de emoção e sentimento (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1995).

A imagem do turismo realizado na Boca está inserida numa crença coletiva de uma possibilidade de transformação do espaço natural e cultural em um lugar turístico. Para Fonseca (2010, p. 138) a modalidade de turismo desenvolvido no lugar “é o de natureza e não o ecoturismo como afirmam as agências turísticas e a Amazonastur”. Para os moradores da Boca, não há uma definição de qual modalidade turística realizam, eles apenas afirmam estarem realizando uma atividade de turismo que envolve as relações sociais e econômicas. A construção da imagem da Boca e das diversas atividades desenvolvidas pelos sujeitos sociais na localidade apontam em seu conteúdo que há uma relação subjetiva da pessoa amazônica construída com o socioambiente e difundidas por meio de crenças coletivas a outras gerações.

4.3 Valéria e os sítios arqueológicos

4.3.1 Sítios arqueológicos: características e tipologias

A Amazônia foi inicialmente ocupada por grupos de caçadores-coletores, não especializados, a 11 mil anos atrás (ROOSEVELT, 1996). “Mas é possível que [essa ocupação] seja ainda mais antiga” (NEVES, 2006, p. 22-23). Nos milênios seguintes, diferentes povos foram adentrando e ocupando gradativamente a região, bem como grupos humanos ameríndios em deslocamento da América Central, que de forma peculiar e usando a criatividade foram imprimindo marcas na paisagem natural ao construírem roçados,

modificarem pequenos cursos de rios, gerarem dispersão de caças e mesmo construindo suas moradias e desenvolveram seu modo econômico e organização social.

Pode--se encontrar marcas da presença desses diversos grupos humanos por toda a região amazônica, segundo registros em diferentes sítios arqueológicos existentes, dos quais muitos atualmente são habitados. Horta (1999) denomina de sítio arqueológico “um lugar onde se encontram vestígios da vida e da cultura material dos povos do passado. Estes vestígios podem estar sobre a superfície do solo ou de uma aldeia indígena abandonada, uma fortaleza, um sambaqui” (p. 18).

Há diferentes tipos de sítios os quais são identificados conforme as questões físicas e os tipos de vestígios encontrados, tais como os sítios de registros rupestres, sambaquis, sítios cemitérios ou cerimoniais, sítios de terra preta e outros (SHAAN, 2007).

Os sítios de registros rupestres são identificados pelas marcas deixadas por grupos humanos sobre pedras, paredões rochosos, grutas, abrigos, locais de trabalho etc. De modo geral, são locais de natureza exuberante, com forte potencial para visitas turísticas. Há sítios de arte rupestre por toda a Amazônia Legal.

Dados de pesquisas desenvolvidas para datação indicam terem sido registrados entre 11.000 e 3.000 sítios desse porte (PEREIRA, 2005; SCHAAN, 2007). Assim como os demais sítios, o rupestre também apresenta um fator de risco, tendo em vista ficar exposto livremente pode vir a sofrer atos de vandalismos, como pichações e até mesmo destruições por parte de pessoas que desconhecem sua importância sociohistórica.

Os sambaquis¹, são sítios formados por acúmulo de conchas e moluscos, que serviam de alimentação para a população que habitava localidades próximas de margens de rios, enseadas, lagos, igarapés, ilhas etc. São testemunhas das primeiras populações sedentárias que habitaram o território brasileiro. Datam provavelmente entre 2 e 8 mil anos (GASPAR e DEBLASIS, 1992; SCHAAN, 2007).

Em seus estudos sobre a pré história da Amazônia, Martin(2005) identificou diversos sambaquis no delta e na região do Baixo Amazonas, na fronteira do Estado do Amazonas com o Pará. Os sambaquis retratam a transição do modo de vida baseado na caça e na coleta de frutos para uma agricultura incipiente e também de um estágio pré-cerâmico para o cerâmico.

Nos sítios cemitérios ou cerimoniais existem vasos feitos de cerâmica e que serviram de caixão (receptáculo mortuário) para enterrar entes queridos. Há na decoração detalhes e

¹ “Sambaquis (palavra de origem Tupi que significa, literalmente, 'monte de conchas') são sítios arqueológicos monticulares distribuídos por toda a costa brasileira, ocupando principalmente zonas de tons ecológicos cambiantes, como regiões lagunares e áreas recortadas de baías e ilhas” (DEBLASIS *et al.*, 2007, p. 30).

ilustrações típicas de cada grupo étnico e que também enfatizam essas pinturas ou esculturas, segundo a importância social do morto.

Em geral, sítios cerimoniais fazem referência a práticas de rituais fúnebres, os quais muitas vezes eram realizados no interior da própria moradia. A cerimonialidade moldava-se na medida em que a junção entre material e imaterial era proposta, dentro de um contexto desvinculado da ideia de adoração, mas sim de devoção aos mortos.

Nesses tipos de sítios é possível compreender rituais, cotidiano, cultura, e ainda, a conjuntura de objetos que são portadores de significação, além disso possibilitam o encontro entre pessoas ou eventos em tempos distintos, o que torna muito relevante preservá-lo.

Por sua vez, os sítios de terra preta, estão situados ao longo de rios e margens de lagos e apresentam uma terra de cor escura, chamada terra preta, onde eram encontrados diversos artefatos de cerâmica e rocha resultantes da ocupação densa de diferentes grupos humanos ao longo do processo histórico.

Alguns desses sítios, de acordo com pesquisas realizadas no sudeste da Amazônia (MILLER, 1992), datam de aproximadamente 4.800 anos atrás. Para Neves (2006), em estudos recentes, em áreas próximas aos rios Solimões e Amazonas os sítios de terra preta datam aproximadamente 2.000 anos de idade.

Esse tipo de sítio é considerado como um dos melhores indicadores das modificações ocorridas nos socioambientes amazônicos pelas populações que neles interagiram antes da ocupação (NEVES, 2006). Para moradores de comunidades tradicionais da Amazônia, esse tipo de solo é muito procurado para plantio devido a grande fertilidade e mesmo porque não sofrem com a incidência de enchentes, podendo fazer plantios de longa duração.

Nos sítios de terra preta, é comum encontrar bordas de vasilhas expostas no solo, que por vezes são retiradas por habitantes e até utilizadas como utensílio doméstico ou se desfazem. Isso ocorre pelo desconhecimento dos moradores sobre a importância desses patrimônios culturais para sua vida contemporânea.

Muitos desses sítios arqueológicos são atualmente alvos de destinos turísticos, Schaan (ID., *op. cit.*, p. 114) destaca que “[...] por causa de sua estética exótica, os sítios cerimoniais são cobiçados por traficantes de antiguidades. Os mais procurados são os tesos da ilha de Marajó/PA, as cavernas do rio Maracá/AP, o sambaqui de Taperinha, localizado em Santarém, no Estado do Pará, pertencente à fase arcaica dentro da pré-história da Amazônia e os sítios de terra preta de várzea Amazônica” (ROOSEVELT, 1992).

Além disso, pode ser utilizado de modo exploratório por algumas agências de turismo que apenas primam pelo lucro ao ofertar a visita turística em áreas patrimoniais. Por isso, é

relevante que os comunitários atuem como protagonistas da atividade turística local, conheçam e se reconheçam como parte integrante do local em que residem e nele realizam diferentes relações.

4.3.2- Sítio arqueológico Santa Rita/Valéria- AM-PT-01

O sítio arqueológico Santa Rita da Valéria, foi estudado e registrado por Hilbert e Hilbert, 1975; Simões e Araújo (1978), como AM-PT-01 durante a realização de pesquisas no Baixo Amazonas,

... “AM – AT (Parintins) – Área na parte leste do estado, compreendida entre a divisa com o Estado do Pará e uma linha que, saindo desta ao sul, segue com rumo oeste separando as bacias dos rios Parauarí/Tapajós, a seguir, no rumo nordeste, as bacias dos rios Parauarí/Abacaxis e Maués Açú/Apoquitaua, até alcançar a margem direita do Paraná do Ramos, em frente à ilha de Tupinambaranas (exclusive) (SIMÕES E ARAÚJO, 1978, p. 26).

Mas os sítios da região da Valéria já se faziam presente nas descrições Curt Nimuendajú (1927, p.4) durante realização de sua excursão pela Amazônia “...Os antigos sítios do lago Curumucuri ainda revelavam a nítida influência da cerâmica de Tapajós, enquanto os da Serra de Parintins evidenciavam em contrapartida o estilo Konduri, conhecido da margem setentrional...”

De um modo mais específico (HILBERT e HILBERT, 1975), descrevem o sítio Santa Rita da Valéria como um sítio de terra preta de índio, resultante da alta densidade de material orgânico e outros elementos no lugar, que a torna bastante fértil, propícia para a produção agrícola, que é resultado da ação de grupos humanos que habitaram essa localidade amazônica.

Nele foram encontrados os artefatos de cerâmica pertencentes a três tradições: i) tradição Incisa e Ponteadado, conhecida como *Konduri*; ii) a tradição Borda Incisa da qual a fase Paredão faz parte (Séc. VII e XI d.C.); iii) Fase Açutuba (Iranduba) que se assemelham as cerâmicas antigas dos sítios Pocó e Boa Vista, dos rios Trombetas e Nhamundá, no Baixo Amazonas (HILBERT e HILBERT, 1980; LIMA et all, 2013 e CARVALHO 2009).

Na arqueologia *konduri*, há a forte presença de cerâmicas construídas com motivos antropomorfos (motivos humanos) e zoomorfos (motivos animais). “Um aspecto interessante da arqueologia *konduri* é a presença de pequenas estatuetas de pedra polida, que representam seres humanos e animais, com destaque onças e as sucuris” (NEVES, 2006, p. 69).



Figuras 9, 10 e 11. Artefatos arqueológicos Santa Rita da Valéria. Foto: Naia Dias, 2016.

Como pode ser percebido nas imagens a cima, no sítio AM-PT-01, os moradores convivem diariamente com diversos artefatos que encontram-se por toda a extensão territorial da Valéria. Alguns moradores tem coleções de cerâmicas retiradas do sítio e que ficam guardadas em suas casa. Outros artefatos encontrados encontram-se guardados na Escola Municipal Marcelino Henrique, fato que ocorreu após a presença da equipe da arqueóloga Helena Lima, em uma ação conjunta desenvolvida através do Projeto Amazônia Central e o Projeto Baixo Amazonas, os quais realizaram diversas oficinas e atividades de educação patrimonial.

Aqui em casa eu tenho várias “caretinhas” que eu encontrei aqui no terreiro de casa. Eu desde criança sempre gostei de pegar esses pedaços de vasilhas e caretinhas, porque para mim eram meus brinquedos. Nunca pensei que morava num sítio arqueológico tão importante. Fiquei sabendo quando as pessoas que vieram aqui pra fazer pesquisa, cavaram e foram mostrando pra nós que aqui onde a gente mora é um lugar de muito valor, por ser um sítio arqueológico. E até aquele momento, para mim e pra muitos dos meus amigos, compadres, eram só a nossa comunidade que a gente muito orgulho. Bom, aí eles começaram a falar pra gente deixar no local mesmo as peças pra que fosse feito um estudo ou mesmo zelado, e as outras peças que estavam em muitas casas foram doadas pra escola e na verdade esses estudiosos, pesquisadores, até emendaram os pedaços e montaram vasos, urnas, muitas coisas... que ficaram na escola; mas o que eu quero dizer é que a gente brincava e até mesmo dava pra alguém que chegava aqui porque não conhecia o que era, agora a gente até deixa ai mesmo....(P. S. Morador do sítio, 37 anos, pesquisa de campo, abril de 2016)

Sobre os artefatos encontrados, Lima e Moraes (2010, p. 5) dizem que “[...] as interpretações dadas pelas comunidades que convivem com os vestígios arqueológicos advém de situações, experiências e informações adquiridas”. As percepções que cada pessoa tem dos artefatos e mesmo do ambiente são inerentes a cada uma e ao modo como foi sendo ensinado. Por isso que, se não houver conhecimento da importância do patrimônio arqueológico, muito da história será perdido e conseqüentemente a compreensão do passado não será consolidada nos locais assentados sobre os sítios.

O sítio Santa Rita, evidencia que os povos pretéritos que ali habitavam eram numerosos, tinham um processo sociocultural dinâmico e complexo, e precisam ser conhecidos para fortalecer o sentimento de pertencimento por parte de quem reside atualmente no lugar. Neves (2006, p. 78) afirma que o desafio é “[...] conhecer a Amazônia a partir de seus próprios parâmetros culturais e ecológicos, para que esse patrimônio não se perca para sempre”. E ainda. Embora sítios estejam em constante alteração, tendo em vista o aumento de ocupações na comunidade, com as edificações construídas, por exemplo, o número de habitantes subindo, não tende a ser um problema, pois se entende que a sociedade é dinâmica. Entretanto, faz-se importante o conhecimento da história local, no sentido de conhecer a sociodiversidade cultural não só do passado, mas a que se faz presente na contemporaneidade.

4.3.3 Sítio arqueológico São Paulo/Valéria- AM-PT-02

Assim como o sítio Santa Rita, o sítio arqueológico São Paulo da Valéria/AM, foi pesquisado e identificado como AM-PT-02 através da pesquisa de Hilbert e Hilbert (1975), faz parte da tipologia de sítios denominada de terra preta de índio. Apesar de ser menor em extensão territorial em relação ao sítio de Santa Rita tem igual importância e significado para os moradores que nele habitam atualmente.

[...] para a gente daqui da Valéria essas vasilhas, vasos, baldes, cacos ou como a gente chama aqui de caretinhas, tem um valor meio que de nosso passado. Representa que aqui alguns índios que viveram aqui antes de nós. Não sei bem quem, mas minha avó contava que quem morava antigamente na Valéria, eram povos guerreiros, pode ser que seja os da tribo de índios Parintitin, parece. Essas caretinhas, alguns pedaços de vasos, panelas de barro a gente junta quando tamo fazendo o roçado lá mais em cima na terra preta, e guardamos em nossa casa. Tem muito dessas coisas lá minha roça (O. C. Entrevista de campo, dezembro de 2015).

Note que o entrevistado afirma a relevância do socioambiente para a sua vida, história, identidade e memória social local. Por estarem sempre em contato com artefatos ou caretinhas, como eles denominam, conhecimentos oriundos do saber tradicional foram sendo disseminados ao longo da história local e ficaram inseridos nas representações sociais das pessoas sobre seu patrimônio. Funari (2003, p. 33) afirma que “o artefato, por outro lado, não é apenas um indicador das relações sociais, mas, enquanto parte da cultura material, atua como direcionador e mediador das atividades humanas”.



Figuras 12. Artefatos arqueológicos São Paulo de Valéria.
Fonte: Pesquisa de campo, janeiro/2016

No sítio AM-PT-02, foram identificados as cerâmicas pertencentes as três tradições: Tradição Incisa e Ponteadada, prevalência da fase Kondurí e fragmentos da fase Pocó; Tradição Borda Incisa, representada pela fase Paredão; Tradição Açutuba (HILBERT e HILBERT, 1975; LIMA et al., 2013; CARVALHO, 2009).

A historiografia da Amazônia ressalta que diferentes etnias indígenas construíram seus aldeamentos às margens dos rios, mantendo diferentes interações com o ambiente, fato este que pode ser confirmado pela grande quantidade de sítios arqueológicos presentes na região. Tais sítios com terra preta podem ser vistos indicadores de mudança nas relações sociais e econômicas das sociedades que ocuparam a localidade amazônica. (NEVES, 2006). E, por todo o lugar do Sítio Arqueológico São Paulo/Valéria/AM, encontram-se diversas vasilhas e fragmentos cerâmicos – vasos, machado de pedra em pequena quantidade e muiraquitãs – os quais estão associados à arqueologia *konduri*.

Porém, a falta de documentos históricos sobre a ocupação da área da Valéria dificulta estipular com precisão quais foram os grupos indígenas que ocuparam a região em períodos diversos. Na literatura sobre a região da Valéria, não há confirmação eficiente sobre povos que legaram os vestígios, o que contribui para hipóteses relacionadas à presença de índios Aratu, Apoicuitara, Godui, Yara e Curiató – que posteriormente foram subjugados pelos Tupinambás (CERQUA, 2009, SILVA *et al.*, 2009).

Sabe-se até o momento que artefatos arqueológicos afloram por toda a área da Valéria, indicando que foi ocupada por um grande número de habitantes e que faz parte de sua cultura local. Isso sugere que a cada momento da ocupação territorial as pessoas tendem a apresentar determinada relação com o ambiente em função de seu modo de vida e seus aspectos socioculturais.

Para o morador Otávio Costa, “aqui nessas terras devem ter morado muitos índios porque o que a gente acha aqui é muita coisa, muito dessas vasilhas que os antigos moradores

faziam [se acha]. Agora, quem eram eles? Ainda não sei ao certo, mas deixaram seu legado pra gente, principalmente na arte” (ARTESÃO, MORADOR DE SÃO PAULO, ENTREVISTA, REALIZADA EM ABRIL 2016). O conteúdo expresso na fala do artesão sobre o legado, que no caso é a produção artesanal, indica que há uma relação de pertencimento com o sítio, apesar da lacuna sobre os primeiros habitantes da região. Isso leva a crer que estes elementos são formadores de uma identidade coletiva e socioterritorial da comunidade, sendo a partir dela que as relações vão se estabelecendo nesse espaço e os indivíduos vão atribuindo significados às coisas (HAESBAERT e LIMONAD 2007; ARRUDA, 2002). Outrossim, há que se destacar que até o ano de 2012 as peças de cerâmicas pertencentes ao sítio e que foram retiradas do solo ficavam salvaguardadas em um “minimuseu” – uma casa de palafita construída por moradores locais, tendo como responsável o presidente da comunidade.



Figura 13: Antigo Minimuseu do Sítio AM-PT-02-Foto: Naia Dias, pesquisa de campo 2016

Atualmente, devido não haver local para abrigar os professores que vêm ministrar aulas na localidade, o minimuseu, foi desativado, vindo a ser a casa dos professores. As peças que nele se encontravam foram conduzidas para a Escola Municipal São Francisco. Alguns artefatos de cerâmica ficam expostas em uma mesa da sala de aula; outras estão ensacoladas e só são expostas quando há visita na comunidade. Embora a atitude dos moradores tenha sido pouco correta – de trocar o espaço de armazenamento dos artefatos arqueológicos – ela se deu para atender a uma situação emergencial. Eles não se desfizeram dos artefatos, procuraram guardar seu patrimônio, o que indica, para Horta *et al.* (1999), Machado (2009) e Neves (2013), que a comunidade está atuando como protagonista da história local, vindo a ser a guardiã de seu patrimônio cultural.

4.4 Representações Sociais: a construção simbólica da realidade social da Valéria/AM

Na região da Valéria, fronteira entre o Estado do Amazonas e o Pará, moradores locais desenvolveram, ao longo do processo histórico de ocupação humana, diferentes práticas em relação ao socioambiente, que lhes confere a representação do lugar. Isso pode ser percebido em estudo realizado por Silva (2008), a qual salienta que, na Boca da Valéria, havia uma casa construída de madeira, quartos amplos, muito modesta. Na qual residiam Armando Prado e dona Janoquinha. O sr Armando Prado, funcionário da Diretoria de Economia e Finanças, atual SEFAZ, foi nomeado como administrador do Posto Fiscal da Serra da Valéria. Silva (ID, op cit) destaca ainda que próximo ao posto o sr Raimundo Pires construiu sua casa, sendo este o vizinho mais próximo.

O lugar tinha uma representação pautada na fiscalização de produtos que saiam e entravam na fronteira. Funcionou como posto fiscal para as embarcações que passavam pelo lugar desde a década de 1944. Sendo que a primeira sala da casa, servia para as atividades do posto fiscal e as demais dependências destinadas a moradia da família do administrador. Além disso, transações comerciais eram consolidadas de modo direto, cartorial e simples. A partir desse entreposto formou-se um ponto de atração de pessoas, sendo eles: regatões, proprietários de barcos pesqueiros, vendedores ambulantes em canoas ou batelões, caixeiros viajantes e andarilhos de diversas origens amazônicas.

Com esse movimento, aos poucos, a serra da Valéria foi ganhando outra representação por parte de quem residia ou quem chegava até o local. Passando a ser percebida não mais apenas como um posto fiscal, mas como um espaço de lazer e sociabilidade, pois sua beleza natural e cultural causava grande entusiasmo a todos que visitavam a região. É pela comunicação e pela interação da pessoa com o ambiente que as representações vão se construindo, podendo vir a resultar em melhor fortalecimento social quando a relação se dá de modo positivo (BERGER E LUCKEMAN 1973; MOSCOVICI, 2003).

Nessa localidade questões referentes a simbolismos espirituais e de cunho mítico, também começaram a se fazer presentes, ambos entrecruzados. Por exemplo, note-se o retratado em depoimentos de moradores locais, recém-colhidos, a partir dos quais é narrado que histórias de antepassados ali viventes indicam o aparecimento de seres mitológicos ou visagens; que também tinha muito ouro enterrado no topo da serra; e que sagrações ou judiarias de santos ou bichos da mata ajudariam ou impediriam, em casos específicos, a localização de riquezas.

Dizem também que aqui na Serra tem umas pedras, ouro, (risos) acho que é isso que também traz muita gente pra cá. Meu avô contava que ele teve um sonho com homem bem velhinho que lhe ofereceu um baú com pedras preciosas, ouro, cordão, pulseira, rapaz..., tudo de ouro mesmo! muita coisa brilhosa, só que ele tinha que ir de madrugada ou da meia noite pra ir tirar só ele o ouro, só que ele tinha que cortar o dedo, pra jogar sangue em troca. Se assim ele fizesse ficaria rico. Mas ele não teve coragem, amoleceu...como a gente diz aqui, o caboco era medroso. Aí até hoje essa luz brilhosa ainda aparece lá no topo da serra, mas a gente não vai lá porque vai que seja coisa fora do nosso mundo. (R.F. Morador de São Paulo de Valéria pesquisa realizada em outubro de 2015).

Nos relatos do morador, é perceptível o aspecto mítico que permeia o imaginário da pessoa amazônica, a partir do qual muitas pessoas residentes da localidade estudada projetam percepções sobre o entorno, sobre si mesmas e acerca de atitudes de respeito a normativas simbólicas. Bauer (1995) destaca que as RS são representações de alguma coisa, sustentadas por alguém. Sendo essencial identificar o grupo que as veicula, situar seu conteúdo simbólico no espaço e no tempo, e relacioná-lo funcionalmente, a um contexto intergrupar específico.

Outro fato importante de se analisar é que havia entre os povos do passado, que habitavam o lugar, o costume de se enterrar junto com os mortos seus bens mais valiosos, fossem do ponto de vista afetivo ou material, o que pode ter desencadeado parte dos relatos do morador em tela, que relaciona entendimento de que há indícios de grandes riquezas enterradas na serra, sendo isso um simbolismo do imaginário local.

Jovchelovitch (1995) salienta que os processos que engendram RS estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais compartilhadas e mediadas pelo coletivo: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, cultura. “O ato de representar, não é um processo simples. Além da figura, ele carrega sempre um sentido simbólico (MOSCOVICI, 1978, p. 65).

O sentido que as questões espirituais têm na vida dos moradores locais é bem visível e tem orientado suas práticas cotidianas ao longo do processo histórico do lugar. A partir do material coletado em depoimentos, acredita-se que as diversidades de atividades desenvolvidas na Valéria desencadearam processos socioculturais que conjugaram a construção de representações sociais sobre o lugar, as quais estão intimamente ligadas a modos de vida, a saberes tradicionais e a patrimonialidades, sejam elas materiais ou imateriais, assim como estão ligadas aos impactos da globalização em áreas rurais.

Doise (2001) compreende as representações sociais como princípios organizadores ou norteadores de processos simbólicos derivados de posicionamentos específicos de indivíduos nas relações sociais. Nessa perspectiva, apesar da percepção individual que cada morador da Valéria possui sobre o ambiente em que reside, há sempre uma relação coletiva que perpassa

gerações. Tomando-se o suposto ante o coletado em narrativa de campo, note-se a percepção de uma moradora local:

A Valéria é o melhor lugar pra se viver. Aqui da minha casa faz uma vista linda pro rio Amazonas, é uma beleza! Gosto muito daqui. Aqui tem muitas riquezas (risos) quero dizer essa floresta, a serra, o lago, a vista, o chão bom pra plantar, pra criar, os peixes, aqui é muito farto e tem também muito dessas peças, mas já houve um tempo que tinha mais. Contam os mais antigos que aqui foi um lugar que moraram muitos índios, por isso tem muito dessas caretinhas (Relatos da professora local, entrevista realizada em março de 2016).

Outro morador, por sua vez, destaca o seguinte:

[...] eu sou artesão e agricultor e na minha opinião o que vejo na Valéria é que nós somos abençoados pelo pai celestial, porque recebemos essa herança de nossos antepassados, quero dizer que a arte tá em nós, tá aqui no nosso chão. Dá pra ver que é daqui que temos essa facilidade de fazer nossa arte. Olhe, eu sei desenhar, sei esculpir em madeira, mas não fui pra escola pra aprender, eu aprendi aqui mesmo sozinho, olhando também os já faziam alguma coisa assim, como meu pai, meu avô, mas tá no nosso sangue, a Valéria é um lugar de gente criativa e isso a gente mostra para quem vier aqui, tanto os estrangeiros como de outros lugares desse nosso Brasil (R. F. Artesão de Valéria, pesquisa de campo, janeiro de 2016).

A percepção dos moradores leva à compreensão de que eles possuem identificação com o sítio onde vivem, demonstram sentimento de pertencimento ao lugar e se sentem indivíduos participantes da realidade social em que estão inseridos e transmitem isso pela sua profissão de artesão, que tem se tornado um marco para economia local. Tomando a perspectiva de Jodelet (2005) para analisar os relatos dos moradores, pode-se dizer que a construção das representações sociais estão presentes na vida dos indivíduos e que os efeitos simbólicos do cotidiano, no qual se manifestam os seus saberes e as práticas, expressa não apenas um saber sobre a realidade, mas também sobre as identidades, as tradições e as culturas que dão forma a um modo de viver.

Cabe sugerir ainda sobre o depoimento que o modo como os moradores percebem seu ambiente tende a estar ligado à questão da linguagem seja verbal ou não verbal, que pela Teoria das Representações Sociais é compreendida com um subsídio para a exploração das atitudes, valores e crenças (FARR, 1991). O que leva a inferir para esse direcionamento de análise é que, por meio da tradição oral, moradores locais foram construindo suas imagens sobre o lugar, ou mesmo produzindo informações, e depois desenvolvendo atitudes e crenças que têm se repetido ao longo dos anos.

A esse respeito, Moscocivi (1976) afirma que as RS são uma forma de ligação entre o conhecimento do senso comum e sobre o meio, sendo esta assimilada via símbolos que dão sentido às interpretações tanto individuais quanto coletivas dos seres. Logo, o contexto

sociohistórico de Valéria tem concorrido para a construção de diversos significados sobre o sítio arqueológico onde residem.

Esses significados são relacionados às percepções dos moradores, os quais, por exemplo, têm, sobre a boca da Valéria, opinião de que a região “é um lugar de lazer, recreação, turismo, caça, pesca e de encontro de diferentes culturas...” (Relatos da moradora V. S., fevereiro de 2015). Para esses moradores, os conhecimentos sobre medicina tradicional, artesanato, modos de vida, terra, pesca, caça, fauna, flora, e ainda sobre as caretinhas ou demais artefatos arqueológicos presentes no sítio, tem concorrido para que a comunidade passe a ser representada como um espaço para o turismo.

Moscovici (2003) pondera que a representação construída a partir de um determinado grupo de pessoas implica diretamente no seu comportamento, moderando atitudes e modos de agir dos indivíduos, uma vez que a concretização desses novos conhecimentos passa a informar e orientar a maneira como as pessoas atuarão no tempo e espaço.

Os significados apreendidos em processos de interação pessoa-ambiente são indicativos do pressuposto da objetivação dentro das TRS, em que objetivar configura-se como dinâmica agilizada quando uma imagem abstrata passa a ser concreta. Devido a sua vivência, conteúdos assumem caráter de uma realidade externa (MOSCOVICI, 2003).

As sociedades vão se adaptando às mudanças ocorridas no processo histórico e deixam marcas da subjetividade que foi sendo tecida nas relações sociais, demonstrando como os indivíduos se representam e representam o mundo no qual estão inseridos. As RS “não apenas surgem através das mediações sociais, mas tornam-se elas próprias mediações sociais, que expressam por excelência o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade” (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 81).

E o sítio arqueológico São Paulo da Valéria não foge dessa compreensão, pois os moradores locais vêm interpretando e construindo seu modo de vida a partir de suas intersubjetividades e das interações que tem com o lugar e com os sujeitos que nele residem, como podem ser percebidos nos relatos dos moradores. Nesse sentido, por meio da interação social, das narrativas orais passadas sobre histórias do lugar, crenças espirituais que permeiam o imaginário local, como é o caso do Juma, que representa um ser mítico protetor da floresta é que são tecidas as relações dos moradores da Valéria/AM com o socioambiente e entre si. É nesse mesmo contexto que as caretinhas que antes serviam de brinquedo para crianças, hoje tomaram outro significado, a partir do conhecimento que passaram a ter sobre o lugar onde vivem, vindo a reconhecendo o sítio arqueológico como representação de sua identidade cultural.

4.5- São Paulo: uma comunidade tradicional não indígena no interior de um sítio arqueológico

4.5.1 Breve histórico da Comunidade de São Paulo, Valéria/AM

São Paulo é a comunidade que encontra-se na área chamada pelos moradores nativos de “*Boca*”- confluência entre o Rio Amazonas e o igarapé da Valéria. A via de acesso pode ser fluvial ou terrestre. Como já mencionado, a comunidade está assentada no sítio arqueológico AM-PT-02 (HILBERT E HILBERT, 1975, LIMA et all, 2006). De acordo com o livro de Ata n. 001, folha nº 02, a comunidade foi fundada em 1972, composta por 18 famílias, que se reuniram para legitimar o lugar que estavam vivendo a alguns anos, chamado por eles de núcleo. O morador Álvaro Souza, relata que:

Naquele ano de 1972 eu era presidente da Santa Rita da Valéria, pertencente a congregação Mariana, mas apesar disso minha casa ficava aqui na Boca, ai em conversa com meus compadres e alguns amigos sobre a gente fundar uma comunidade. Fizemos então um barracão pra ser a escola, e nesse mesmo barracão no início serviu de igreja pra gente rezar aqui na Boca mesmo, a gente percebia que havia necessidade de termos nossa própria comunidade, já que o número de moradores no núcleo já era bem grande. E todos nós moradores tinha desejo de formar uma comunidade. Depois de muitas reuniões com os moradores do núcleo foi feito um documento que eu procurei o padre Emílio Butelle para pedir que ele falasse com o bispo para que criassem a comunidade. Eu era mariano, sabe dona, andava muito por toas as comunidades próximas, e por isso o padre recebeu o nosso pedido e foi que através da união foi possível ter a comunidade. Mas até nesse momento nós já tinha formado o nosso núcleo, pra escolha do Santo foi feito um sorteio com nome de vários santos de nossa devoção católica e aquele que saísse seria o padroeiro, foi assim que ficou São Paulo sendo o nosso santo padroeiro... depois disso fomos nos ajudando para conseguir os recursos pra melhorar a nossa vida...foi uma luta muito grande, mas que chegou, quero dizer, foi realizado o nosso sonho e até hoje permanece a comunidade (Entrevista realizada na pesquisa de campo, junho, 2016).

Mesmo tendo uma comunidade próxima, no caso a Santa Rita, os moradores demonstraram que gostariam de ter a própria organização social, educacional, religiosa e política, fato que foi sendo consolidado pela união desses sujeitos sociais. Tais processos de criação da comunidade abarcam diversos elementos que Wagley (1988) descreve sobre comunidades amazônicas, ou seja, a forma de institucionalização, as relações de trabalho, organizações sociais, que geralmente ocorre por um grupo pequeno de pessoas que passam a residir em um determinado lugar, e ali constroem suas casas, famílias e local de trabalho. E a medida que suas demandas sociais aumentam, eles se juntam e passam a traçar os caminhos para consolidar a formação de sua comunidade, como relatou o entrevistado.

As primeiras famílias foram Raimundo Pires da Costa, Francisco Pires da Costa, Raimundo Farias de Souza, Álvaro Soares de Souza, Sebastião Marques, José Floriano de Siqueira, Raimundo Gomes, Otávio Sá, Augusta Pantoja, Azamor Pires da Costa, Raimunda

Barbosa, Brasiliano Barbosa, João Vordeiro Barbosa, Domingo Cruz, Heitor Barbosa, Heraldo Barbosa, Mateus e família. Os dados são do registro do caderno de reunião da moradora Ilza Mendes, de 1972. Essas foram as famílias que iniciaram o processo de organização do núcleo em comunidade.

De acordo com narrativas coletadas via entrevistas com moradores locais, o processo de organização da comunidade perpassou por diferentes etapas, como i) a busca pelo reconhecimento, ii) o sentimento de pertencimento e iii) a formação identitária. Além disso, o papel social dos indivíduos envolvidos em grupos religiosos como a catequese, a congregação mariana, os ministérios e outros atrelados ao anseio coletivo impulsionaram a consolidação da comunidade.

Sobre a motivação para a organização de comunidades rurais, Cérqua (2009, p. 154) pondera que:

Um grande número dessas comunidades, particularmente nos primeiros anos, nasceu como Congregações marianas de homens, com capelas para culto e reuniões formativas. Em redor de cada capela não demoraram para surgir escola, campo de jogo, cantina comunitária, etc. tudo em terreno doado ou vendido à Prelazia; e aos marianos foram se acompanhando outros movimentos e irmandades, como as senhoras do apostolado da oração, a cruzada eucarística infantil, Clubes de jovens, etc; e foram se organizando as várias atividades comunitárias coordenadas por pessoas responsáveis qualificadas em cursos administrativos pela Prelazia no Centro de Treinamento ou no próprio interior.

Partindo-se dessas características descritas, nota-se que elas são similares ao modo como São Paulo também foi sendo estruturada. Após o processo de solicitação para a efetivação da comunidade, os moradores fizeram uma assembleia com o objetivo de formalizar a eleição para a escolha da presidência local, sendo o início do processo de organização institucional da comunidade. A primeira presidente foi a senhora Valdecira da Silveira, a qual foi conduzindo as atividades sociais, administrativas e religiosas.

No início, encontros dominicais eram realizados no barracão onde funcionava também a escola multisseriada. Com a ajuda de recursos oriundos da presença de turistas estrangeiros na localidade, mais os eventos desenvolvidos para angariar os recursos, foi construída igreja em alvenaria, mantendo-se o mesmo padroeiro, São Paulo, cujas atividades festivas realizam-se anualmente no mês de fevereiro. Paulatinamente a comunidade foi se estruturando: fizeram o barracão comunitário, a casa do motor de luz e, com o apoio da Prefeitura Municipal de Parintins, foi construída uma escola com duas salas de aula e uma cozinha.

Como retratado na narrativa dos colaboradores, o processo de institucionalização da comunidade foi gradativo. Mas o fator preponderante foi a ação coletiva das famílias que ali se fixaram e passaram a ter com o socioambiente diferentes relações, vindo a construir

representações sociais que, segundo Moscovici (2003), passam a expressar a relação que o sujeito tem com o mundo que ele conhece e ao mesmo tempo elas o situam nesse mundo, expressando o seu valor simbólico.

Atualmente, residem na comunidade 38 famílias, moradoras de casas construídas de madeira e assoalho de alvenaria devido ao fenômeno da enchente e vazante – já que a comunidade foi assentada na base da serra, onde a terra é de várzea. Permanecem o prédio da igreja católica, uma escola construída em alvenaria, que ficam na área mais alta e o barracão, que serve também para fazer reuniões comunitárias e recepcionar visitantes no local. Há também uma Associação de Artesãos (ARTSAMPA), a qual foi fundada em 2003 por um grupo de mulheres que se organizaram no barracão, mantendo-se coesas para desenvolverem atividades artesanais.

A maior parte dos moradores nasceram na própria comunidade e outras são oriundas de comunidades próximas como: Santa Rita, Laginho, Mato Grosso, Paraná de Parintins e do município de Parintins. Essa interação comunitária é comum nas comunidades rurais. Há em São Paulo, uma movimentação intensa, seja por pessoas de comunidades próximas, pesquisadores de diferentes nacionalidades, estudantes de universidades estaduais, federais e privadas, turistas, etc. Esse movimento ocorre anualmente, mas no período de abril a outubro se intensifica, e o cotidiano local se modifica.

De uma comunidade pouco habitada passa a receber centenas de pessoas de comunidades e cidades próximas, como também os turistas norte americanos e europeus que geralmente amanhecem na localidade e o dia todo realizam diversas atividades. Tal situação modifica significativamente a vida social e econômica local. Mas cabe pontuar que em linhas gerais que o aspecto socioeconômico e cultural dessa comunidade amazônica (WAGLEY, 1988) perfila aspectos comuns a outras que encontram-se distribuídas pela região, ou seja, a família constitui a base de sua organização social, as quais trabalham com atividades de pesca, agricultura, criação de gado, trabalho assalariado/aposentadoria, e produção artesanal.

Sua economia local é permeada pela combinação de diferentes recursos, como: aposentadoria, bolsa família, trabalho assalariado, saberes e fazeres que lhes conferem sua identificação econômica e social, o que torna a economia flexível, mesmo com pouco acúmulo de capital e estes sujeitos sociais acabam driblando algumas de suas dificuldades econômicas pela criatividade que possuem com a arte. Eles também fizeram dos artesanatos uma de suas fontes de renda.

A gente pega a madeira aqui mesmo na mata. Ou a gente compra de alguns parceiros aí do Zé Açu, do lago do Waicurapá, mas é tudo natural mesmo. Usamos a ucuúba,

que tem a de cor avermelhada e também a branca que depois vou fazendo os tons que ficarem melhor no artesanato. Também a gente usa o molongó, e às vezes uso até mais o molongó, porque é mais macio e dá pra criar muitas coisas, como remo, quadro, barcos e eu faço sempre uma paisagem dos animais que tem aqui na Valéria. Veja só esse aqui, tem a garça, o tucano, o macaco e outros animais que os turistas gostam de ver e comprar sempre que vem aqui na comunidade (R. F. Artesão de Valéria, entrevista de campo, janeiro de 2016).

O molongó² que o entrevistado se refere é um dos recursos naturais que os artesãos locais utilizam para produzir itens diversificados e de ótima qualidade. Por sua vez, a ucuúba³ é também outra espécie de árvore da qual eles extraem a madeira e nela expressam todo o potencial artístico da Valéria. Apesar de haver muitos artesãos, estes tem técnicas diferenciadas, e alguns se dedicam a produção de remos, quadros, barcos porta retratos, porta canetas, pintura, desenhos, etc.

A maior parte dos artesãos que trabalham com entalho em madeira são homens. As mulheres fazem outros artesanatos, como bolsas, tapetes, colares, brincos, tupé, tipiti, peneira, vasilhas de ceramistas e outros, utilizando recursos naturais oriundos da localidade, como sementes, cipó, palhas, barro, cauixi etc. Enfim, além das atividades agrícolas e agropastoris, há também o artesanato, o que demonstra a heterogeneidade da economia local, e mesmo a inserção de uma nova atividade econômica na localidade.



Figura 14 – Artesanatos de Valéria/AM expostos durante a presença dos turistas internacionais, pesquisa de campo, nov, 2015- Foto: Naia Dias

² Molongó é uma árvore comum nas várzeas e igapós da Amazônia, tem porte médio, e o crescimento é rápido, com duração de um ano para que possa ser extraído a madeira. Pertence a família *Malouetia duckei*. Pode atingir até 15m de altura e sua madeira é branca, macia e leve (FONSECA, 2010)

³ Ucuúba: é o nome popular de *Virola surinamensis* é uma árvore típica de lugares alagados, geralmente perto de igapós. Nativa da várzea de toda a região amazônica. Na língua indígena UCU significa (graxa) e YBA (árvore), atingindo uma altura de 25 a 35 m. pertence a família das oleaginosas. Produz semente, ricas em gorduras (60 – 70%) e o rendimento em óleo ou sebo pode chegar até 50% por quilo de semente seca. A madeira dessa árvore é de excelente qualidade para compensados e laminados (PESCE, 1941; MOTA e FRANÇA, 2009).

A atividade turística na comunidade tem concorrido para que moradores desenvolvam diversas peças artesanais, que são aceitas e vendidas a turistas, sejam nacionais ou internacionais. Isso indica que uma das características mais marcantes da espécie humana é a grande diversidade de configurações socioculturais possíveis no tempo e no espaço (SILVA, 2008). Cada sociedade possui um sistema cultural, no qual, entretanto, vários sistemas simbólicos são incorporados e compartilhados como seu patrimônio.

[...] é nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, tem suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal qual o são na realidade (WAGLEY, 1988, p. 44).

Na comunidade de São Paulo da Valéria são pujantes superstições em torno de seres mitológicos que permeiam o imaginários dos nativos. Dizem que aparece o Juma, o Pé-Grande, a Sereia, e outros encantados. E como Wagley (1988) afirma, tais superstições ou crenças perpassam gerações. Os moradores mais antigos vão transmitindo aos mais novos a cultura e com isso a memória coletiva do lugar vai tendo continuidades.

Souza (2009, p. 15-16): pondera a esse respeito que: “... se uma geração inteira perde o contato com a História, perde qualquer atitude crítica em relação ao seu presente, uma vez que é por meio da História que torna possível traçar linhas que formam o passado de um povo, ressaltando suas diversidades e mostrando suas fronteiras. Porque cada momento da História é uma perfeita fusão do plural e do singular.

4.5.2 *Modus vivendis* no sítio arqueológico São Paulo da Valéria

A compreensão acerca da maneira como moradores se organizam nos aspectos político, religioso, econômico, cultural e educacional permitiu a visualização de mecanismos utilizados cotidianamente. A comunidade segue princípios ou regras que possibilitam a vida em coletividade e sendo São Paulo uma comunidade católica seus habitantes seguem normas sociais expressas e definidas pela Prelazia em um Estatuto, no qual segundo Cerqua (2009, p. 154), está definido que “[...] a comunidade é orientada pela paróquia e é dirigida por uma diretoria, composta de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, cujo pleito tem a duração de dois anos”. Isso demonstra que o modo de vida local segue parâmetros em comum acordo com a coletividade religiosa, tendo representação que responde a interesses não apenas de comunitários.

A questão administrativa da comunidade é tratada nesse âmbito e o presidente atua em todas as esferas, religiosas, econômicas, sociais, educacionais etc. O engajamento tem sido fundamental para a obtenção de melhorias para o local, e os sintomas disso se dão no cotidiano dos moradores de São Paulo/AM, onde são realizadas atividades diversificadas. Eles praticam pesca, caça, agricultura, pecuária, artesanato e turismo sazonal em função de uma base espiritual definida. A atividade de pesca, a saber por exemplo, é realizada tanto por homens quanto por mulheres, adultos e crianças. Só que há uma organização e distribuição do que cada grupo irá pescar. As mulheres em sua maioria ficam responsáveis de pescar o camarão, juntamente com algumas crianças que as acompanham para já começarem a aprender o ofício de seus pais. Elas utilizam as malhadeiras que são tecidas com os materiais locais ou com linha de náilon, e nos seus transportes chamados de cascos ou canoas vão até a margem do rio pescar camarão.

Os homens vão para os lagos próximos, como lago da Valéria, lago Grande e para o rio Amazonas, sendo estes considerados por eles como lugares de maior distância ou perigo. Utilizam-se dos meios de transporte como rabetas, batelões ou pequenos barcos. Seus materiais de pesca são tarrafa, malhadeira, arpão, caniço, flecha, etc. na maioria das vezes usam esses utensílios tradicionais feito de modo artesanal ou industrializados. Eles também ao identificarem os cardumes de peixe fazem um “cerco” - um círculo construído com as malhadeiras mais profundas, para que possam aprisionar os peixes- só que essa prática é bastante criticada por que peixes ainda em fase de crescimento acabam sendo pescado e isso prejudica o ciclo natural da vida. Essa prática sofre uma mudança na época da cheia que segundo os moradores os peixes ficam mais escassos e a pesca não tem muito sucesso.

Eles também respeitam a época do defeso, e buscam por peixes que não estejam na lista de protegidos para esse período, entra em cena a pesca do peixe liso, ou mesmo ocorre a caça de animais silvestres como mucura, jacaré, cutia, capivara, macaco e outros animais que ao longo do processo de ocupação da área os moradores vem utilizando como alimento, como relata o morador,

Aqui na nossa comunidade, na Boca, a gente vive da pesca, da caça, tem trabalho da roça, com plantação de milho que fica ali pra cima. Na serra onde é terra preta a gente também cria o gado. Não é muito, mas tem alguns moradores, como eu, que tem algumas reses. Então, eu já tenho toda essa idade, 71 anos, e ainda pesco, porque aqui sempre foi muito farto. As coisas tem mudado um pouco, mas na época da cheia a senhora precisa ver, passam muitos cardumes de peixe por debaixo da nossa casa. Os meus filhos também pescam, mas na época que os peixes vão pra desova a gente respeita, senão vai faltar. Eu sempre ensino isso. Agora eles recebem aquele benefício do defeso, aquele salário. Mas sabe, dona, mesmo assim a gente daqui sempre teve esse cuidado de não pegar peixe miudinho, e por isso lhe digo que

a gente tem muita riqueza ainda aqui. A gente gosta também de uma carne de caça como pato do mato, cutia, paca, até mucura. Mas a gente sempre tem o cuidado pra não acabar, tem que ficar pra nossos filhos, netos e pra ainda quem vai vim pra essa terra (O. C. Morador de São Paulo, maio de 2016, pesquisa de campo Naia Dias).

Outra prática diz respeito ao cultivo da roça, que é realizada na serra, na parte chamada de terra preta de índio, onde o solo é fértil e não alaga podendo plantar produtos de longa duração como macaxeira, mandioca, cará, milho, feijão, manicoera e outros produtos utilizados tanto para a subsistência, quanto para a venda nas comunidades próximas e na cidade de Parintins/AM. Ressalta-se que nos roçados são encontrados diversos artefatos arqueológicos, visto que essa área é catalogada e identificada como sítio arqueológico AM-PT-02.

De acordo com a moradora de São Paulo, Valéria, (R. N. de 46 anos) o roçado ainda é feito de forma como os antigos faziam e lhes ensinaram, passando pela derrubada, queimada, coivara, plantio, decotagem da maniva, coleta da mandioca e produção da farinha, beiju, tucupi tapioca, enfim de produtos derivados da mandioca. Além da mandioca eles plantam o cará, batata doce, maracujá, milho, etc. Em muitas vezes, conforme a tradição de comunidades amazônicas (ALMEIDA, 2012), moradores ao arrancarem as mandiocas das roças reutilizam o local de roçado para o plantio do milho, do feijão e do tomate. Vão reaproveitando o solo para, de alguma forma, protegerem o meio ambiente. Pode-se inferir, partindo-se dessa conjuntura, que populações tradicionais do local tem desenvolvido seus modos de vida com integração à natureza, partindo-se da ideia que seus saberes e fazeres são frutos de conhecimentos milenares passados de geração a geração (DIEGUES, 1994).

Atualmente, após a intervenção do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional na comunidade, moradores passaram a ter mais cuidado ao fazer roçados para não destruírem artefatos arqueológicos presentes no solo. Isso é bem complexo para eles, visto que para muitos esses artefatos não tem importância para suas vidas. Fato que ocorre pela falta de conhecimento da história da região e de reconhecimento da importância que o patrimônio arqueológico tem para a cultura local, o que suscita reflexão acerca da continuidade de ações de educação patrimonial em contexto rural.

Quando comunidades conhecem sua história tendem a valorizar a cultura e proteger patrimônios, sejam eles imateriais ou materiais. A cultura consiste no conjunto integral dos instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais dos vários grupos da sociedade, nas ideias, nas artes, nas crenças, nos costumes humanos, nas materialidades e imaterialidades que são agregadas para formar a vida em sua complexidade (MALINOWSKI, 1997). Logo,

pelo que apresentam e narram, cabe supor que moradores de São Paulo tem sua cultura embasada em seus modos de vida, seus valores, crenças, práticas e costumes segundo constituições tradicionais; e visões de mundo que orientam e dão sentido à existência individual e coletiva. “A cultura é essencialmente semiótica, é interpretativa”, é uma teia de significados, ou seja, é uma tecedura, conforme entendemos tecedura de sentido semelhante ao de Weber, que pondera ser o indivíduo um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu (GEERTZ, 1989, p. 4-5).

Como parte da cultura local, é realizada em fevereiro a festa em homenagem ao santo padroeiro “São Paulo”, que tem duração de uma semana de atividades sociais e religiosas. “A devoção por um santo particular é outra forma de vínculo que une os moradores de um determinado bairro. Em cada afluyente há uma irmandade religiosa dedicada a um santo” (WAGLEY, 1988, p 52). É no contexto de festa de santo que ocorrem diferentes interações sociais entre demais comunidades vizinhas. É o momento de lazer permeado pela fé no santo protetor. Em festas religiosas ocorrem também torneios de futebol, tendo significativas premiações e presença de times diversificados. “Na época da festa, aqui, a gente faz o convite e envia a todas as comunidades, tanto escrito como pelo rádio, é um momento muito bom pra gente do interior.” (R. T. Morador de São Paulo, Valéria, 38 anos).

O futebol também faz parte do modo de vida dos habitantes de São Paulo, independente da faixa etária ou gênero. É realizado na serra, em um campo aberto pelos próprios moradores. As mulheres treinam muitas vezes junto com os homens, e as crianças desde cedo já realizam essa atividade, que é a principal fonte de lazer, não só da comunidade São Paulo, como de outras comunidades tradicionais locais. Tem participação maior de pessoas nos finais de semana, além de sábado e domingo, naturalmente. Há grande envolvimento dos moradores. Em junho, ocorre a festa junina em parceria com a escola São Francisco, sendo um momento de interação com comunidades vizinhas. E em dezembro se tem o costume de brincar de pastorinhas, da qual participam pessoas de todas as faixas etárias, sendo a atividade organizada pelos próprios moradores.

Como parte do *modus vivendis* dessa comunidade, destaca-se a produção artesanal diretamente ligada ao turismo. O intenso movimento de produção antecede à presença dos turistas vindo nos transatlânticos, os quais se fazem presente nos períodos de abril e outubro de cada ano, mudando o cotidiano dos moradores tanto de São Paulo como das comunidades próximas. Nesse momento, moradores se dedicam a recepcionar turistas, expor seus artesanatos e vivenciar um momento de forte aquecimento econômico com inserção de moeda como o dólar.

Assim como na pescaria, o artesanato tem também uma divisão sobre o que cada um produz, por exemplo: existe o artesão que se dedica a confecção de quadros com entalho em madeira, outros que fazem utensílios alimentícios, réplicas de vasilhas de cerâmica, barquinhos, bolsas, brincos, colar, etc. Há uma diversificada produção artesanal.

Por conviverem diariamente com artefatos arqueológicos alguns moradores recolhem e levam para suas casas, dando finalidades diversas. Como por exemplo: serve pra enfeitar a sala da casa, pra guardar alimento ou ainda de brinquedos as crianças. Com o intuito de prosseguir com a prática de produção e vasilhas de barro, as ceramistas da Valéria também fazem diversos objetos ao quais são vendidos de modo mais específico durante a presença dos transatlânticos.

A questão ligada a produção de réplicas das vasilhas encontradas no sítio, também passou a ser uma prática no modo de vida local. Eles utilizam materiais próprios da localidade como o cauixi, o barro. Esse trabalho é realizado pelas mulheres. De modo geral, pode-se analisar que, assim como todas as sociedades locais da Valéria, São Paulo apresenta em seus modos de vida rupturas e permanências que se construíram pela relação natureza e cultura de forma interligada ao longo de seu processo histórico.

CAPÍTULO V

DESAFIOS DOS MORADORES DO SÍTIO SÃO PAULO DE VALÉRIA, PARINTINS: ENTRE A ECONOMIA E O PERTENCIMENTO

Este capítulo busca inferir a partir dos depoimentos dos moradores como se dá a relação deles com o socioambiente a partir do turismo em áreas patrimoniais. São apontadas as representações que eles têm do turismo local, o modo *operandis* que eles encontraram de promover essa atividade no lugar e apresenta-se como proposta de diálogos possíveis na Valéria, o Turismo de Base Comunitária-TBC, o qual possibilita a participação efetiva de todos os habitantes das áreas em que o turismo ocorre, vindo a promover impactos positivos

5.1 Patrimônio Cultural e Representações Sociais do turismo em São Paulo, Valéria/AM



Figura 15. Serra da Valéria. Visão panorâmica na perspectiva de visitantes.
Foto Naia Dias. Pesquisa de campo. Março de 2016

A região da Valéria tem como cartão postal um rico e diversificado paisagismo natural e cultural que lhe confere tamanha beleza. Ao longo do processo histórico, essa paisagem

sempre chamou a atenção de quem navegava pelas águas do rio Amazonas. Nos relatos de Von Martius (1979), acerca de suas viagens pelo Brasil, entre 1817 a 1832, consta o seguinte:

No dia 1º de outubro de 1820, alcançamos Parintins, algumas palhoças ao sopé de uma colina de uns 200 pés de altura, coberta de mata virgem densa, que, de certo modo, pode ser considerado como ponto limítrofe entre as províncias do Pará e do Rio Negro (VON MARTIUS *apud* SAUNIER, 2003, p. 43).

Para Azevedo Filho (2013), o pesquisador alemão estava se referindo à região da Valéria, tendo como uma de suas paisagens naturais a Serra da Valéria, ou de Parintins, como muitos moradores locais a denominam. Importa frisar, nesse contexto, que a Valéria é retratada como espaço natural que atrai diferentes indivíduos ou agrupamentos, seja para contemplar a beleza paisagística do lugar ou para realizar outras atividades, como caça, pesca e mesmo lazer. Além disso, possui dois importantes sítios arqueológicos catalogados e registrados por Hilbert e Hilbert (1979) – como AM-PT-01 Santa Rita e o AM-PT-02 São Paulo.

Por essa razão, a pesquisa tem apontado que a prática da atividade turística na localidade tem se desenvolvido a partir do interesse de visitantes oriundos de diferentes nacionalidades, que almejam conhecer a região descrita nos relatos de importantes pesquisadores da Amazônia, bem como pela busca do conhecimento dos modos de vida das pessoas da localidade.

Como atrativos turísticos locais os moradores apresentam:

A gente tem como atrativo para o turismo muitas coisas, por exemplo: a serra (figura 15), que é muito bonita, que pode ser vista de longe por quem passar pelo rio Amazonas. A visão lá de cima dona, é muito linda! Dá pra ver todo o rio Amazonas, do nascer ao por do sol, o outro lado do rio (...) A serra da Valéria é um lugar de muito encantamento. Nela tem umas estradas que a gente fez para subir tanto a gente que mora aqui como para vocês visitantes e também os turistas. Na própria serra tem o sítio arqueológico, que até a chegada dos arqueólogos aqui a gente nem sabia se era esse tal de arqueológico (risos), mas nele tem muito dessas coisas aí dos índios que moravam aqui também, como as panelas, cacos de vasilhas, umas caretinhas. Ah! isso antigamente os turistas gostavam de ver muito. Hoje até que não mais...É, também tem as árvores, as plantas, os medicamentos, que a gente usa pra se curar, tudo isso eu vejo que tem trazido as pessoas pra virem pra cá. E é assim que durante a presença de navios estrangeiros a gente tem feito (G. S. A. 65 anos. Moradora de São Paulo/Valéria, entrevista realizada em abril de 2016).

Um outro morador, destaca que:

O turismo aqui acontece pelo fato de ter muita água boa pra beber, por causa da beleza do lago, dos peixes, dos pássaros, dos passeios de canoa. O contato com os animais daqui da Valéria, que eu acho que não tem por lá igual aos daqui tem trazido muita gente pra cá pra Boca. Tem também a vitória-régia, que é uma planta da água muito fotografada na época da cheia. Agora que tá seco não aparece muito, mas na

cheia é uma beleza! Então eu vejo que a nossa natureza é muito bonita e isso tem mantido sempre a presença dos turistas. Também tem o artesanato, a festa do santo. Os turistas que vem dos navios eles entram nas nossas casas pra ver como a gente mora, tiram fotografia, e sempre deixam nas nossas casas alguns dólares em papel ou moeda e alguns outros presentes. Mas a gente sente falta de apoio, dona, a gente quer apreender mais a fazer essa atividade do turismo, porque a gente faz sem muita estrutura. (R. S. Entrevista realizada em novembro de 2015).

Tomando como ponto de análise as entrevistas dos moradores e também os registros das observações realizadas em campo, nota-se que há uma imagem positiva do sítio arqueológico São Paulo de Valéria/AM como um todo e no que tange ao conjunto paisagístico que constitui a região da Valéria, seja pela beleza natural, pelo reconhecimento da sua cultura, reforçada pela prática da pesca, pela utilização de saberes tradicionais, artesanato, culinária e outros elementos que constituem representações sobre o turismo nessa localidade amazônica.

Para Jodelet (1993, p. 55), “as representações sociais intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais”. Em São Paulo da Valéria, com a inserção da prática do turismo, houve uma transformação de sua realidade, pois os habitantes dessa comunidade tradicional, que antes viviam apenas de agricultura e pesca de subsistência, foram adquirindo conhecimentos e os adaptaram em seu contexto social.

Há que se destacar que o conjunto de atrativos turísticos locais tem promovido a presença constante de visitantes e turistas na região da Valéria, dado que o turismo na localidade tem crescido bastante na contemporaneidade em função dos meios de comunicação e transporte. “No meio de tantas cifras econômicas, o turismo também se revela como canal mediador para intercâmbio cultural entre diversos povos, diferentes hábitos e regiões” (VIEIRA, 2009, p. 4). Em decorrência da atividade ocorrer em áreas patrimoniais – os sítios arqueológicos – ela requer planejamento adequado, a fim de que o aspecto econômico não se sobreponha a aspectos socioculturais inerentes a comunitários, vindo a prejudicar a memória e a história do lugar. O que poderia vir a se tornar uma imagem negativa da prática turística.

O turismo é uma das atividades que pode vir a ser aliada na proteção de patrimônios culturais, sejam eles materiais ou imateriais, considerando práticas e representações de diferentes grupos sociais, aquilo que os identifica como suas atividades de subsistência, folguedos, religiosidade, artesanato, gastronomia, festas típicas, rituais, folclore, música, espaço de sociabilidade, sítios arqueológicos (FUNARI, 2003; PELEGRINE, 2007; GONÇALVES, 2002).

O crescimento do turismo em áreas arqueológicas está associado ao crescente fenômeno da globalização, demandando da parte das sociedades que recebem a necessidade de se reconhecer como portadora de uma memória social crivada por identidades, visando ressignificar patrimônios. Por sua vez, grupos sociais tendem a demonstrar interesse pelo modo de vida de sociedades tradicionais (LEITE, 2013) e, nesse ínterim, é importante destacar que em falas de entrevistados se percebe que turistas demonstram interesse pela cultura local. Mas como possibilitar o usufruto do patrimônio sem provocar danos ao socioambiente? Será que moradores locais têm atentado para essa situação? Sobre a inquietação, um dos entrevistados respondeu:

Essa questão é bem complicada (...) porque na verdade quando a gente está em atividades aqui na Boca, na época da presença dos navios estrangeiros, a gente quer vender nossos produtos, os artesanatos, as comidas, mostrar nossos animais etc. Queremos tirar um lucro, já que esse é um único momento que tem para conseguir um dinheirinho a mais. E sobre os patrimônios daqui a gente não discute muito. Só mesmo sobre as caretinhas que a gente teve umas orientações do que fazer, com os estudiosos que vieram pra cá. Porque a senhora sabe, se eu não sei o que é uma coisa, se ela tem valor, como que vou zelar? Cuidar? Assim era com esses cacos, eles eram só caretinhas, cacos, coisas que a gente achava no terreiro, nos roçados. E no início do turismo aqui vimos que os turistas tinham interesse e que ainda pagavam por aquilo, a gente passou a colocar nas mesas pra eles verem... é que vender a gente não vende mais não. Porque foi mostrado que os turistas querem ver o que é nosso inteiro e não destruído (G.A.N. Moradora de São Paulo/Valéria, entrevista realizada em abril de 2016).

O interesse econômico parece evidente na fala da moradora, mas ao mesmo tempo também há o reconhecimento da importância do cuidado com o patrimônio. Nas observações em *lócus*, identificou-se que moradores possuem práticas diferenciadas em relação ao sítio arqueológico onde vivem. Uns tem sentimento de pertencimento ao lugar; outros utilizam o espaço somente como meio de obtenção de dinheiro com a prática do turismo; e há aqueles que entendem a importância do evento turístico para melhorar sua fonte de renda, mas que compreendem que também devem preservar o lugar. Mas porquê dessa atitude contraditória? Dados apontam que vários fatores impulsionam a situação, como a falta orientação ou realização de formação continuada a moradores sobre educação patrimonial, ausência de formação sobre que tipo de turismo desenvolver ou como bem implementar práticas que já se efetivaram como atividade do calendário de eventos locais e mesmo falta de ações positivas para a construção de uma prática social.

Interpretando o fenômeno, tem-se uma questão: como o turismo pode vir a contribuir com a manutenção do lugar? Meneses (2007) ressalta a importância de se levar em consideração políticas públicas pensadas para o bem coletivo e em razão da arqueologia local. A perspectiva é repassar características referentes às condições de manutenção de artefatos

arqueológicos presentes, os quais naturalmente são objeto de interesse de turistas. Dialogando com o apontamento, Funari (2003) ressalta que o aproveitamento para o turismo em áreas arqueológicas não deve estar pautado apenas no fator econômico, mas levar em consideração políticas que envolvam a coletividade, permitindo que bens arqueológicos adquiram sentido para comunitários e que isso possa ser uma experiência partilhada em visitas.

A utilização do patrimônio com finalidade turística gera diferentes atividades econômicas, divisas, empregos e serve em parte como estratégia para o desenvolvimento de uma localidade ou região. A valorização do patrimônio arqueológico por meio de projetos que busquem conservação e exposição de forma controlada e adoção de mecanismos de visita monitorada, através do turismo arqueológico, pode auferir recursos que poderão ser revertidos para a sua conservação de forma sustentável e também incentivar a sua proteção (FERNANDEZ, 1999).

Pode-se entender que a representação do turismo construída pelos moradores de São Paulo está contida numa crença tanto individual quanto coletiva acerca da possibilidade de transformação do espaço natural e cultural em lugar turístico, otimizando relações sociais e econômicas. Ao mesmo tempo, estão presentes em conteúdos apresentados nos relatos imagens tanto positivas quanto negativas do turismo na localidade, onde há forte indício de turismo exploratório, pautado em obter lucros imediatos, em detrimento do aproveitamento dos valores e recursos culturais da comunidade como estímulo à reafirmação da identidade cultural, da ressignificação dos patrimônios e viabilizando a possibilidade de melhorar a distribuição de renda a todos os moradores.

5.2 Modus operandi da Comunidade para atender uma “situação de turismo”: organização e realização da atividade turística no sítio arqueológico

O turismo no sítio arqueológico São Paulo da Valéria/AM, de acordo com relatos de moradores mais antigos da comunidade, teve início em meados da década de 1970, quando os primeiros transatlânticos aportaram à região, mantendo-se até a atualidade. Anualmente, diversos navios de cruzeiro europeus ou norte-americanos têm em seu destino turístico a região da Valéria/AM. Mas não só navios de cruzeiros do estrangeiro são os que chegam para participar da atividade turística na localidade. Pessoas de várias regiões do Brasil vem contemplar o socioambiente e os artefatos arqueológicos de Valéria.

O primeiro navio transatlântico ancorou em uma terça-feira 17 de outubro do ano de 1976, às 8h da manhã, o nome dele era *Lind Bland Discoverer*. Um dos barcos, botes menores que vêm nesses navios, foi até ao lago da Valéria Santa Rita onde colocaram uma bandeira do país deles que é a Alemanha. Não falavam a nossa língua por esse motivo não podiam se comunicar, então olhavam as matas, a gente

mesmo, os animais e as caretinhas que nessa época tinha mais do que hoje. Depois foram embora. Em 1977 chegou outro navio fazendo a mesma rota do primeiro. No ano de 1978 as 4h da manhã chegava outro navio. E as 8h desse mesmo dia foram para a serra da Valéria tirar fotos, passear de barquinha e canoas. A língua continuava sendo um problema de comunicação. Já no ano de 1979, chegou outro navio trazendo um intérprete da Língua Portuguesa, e que também era o guia de turismo desses turistas, Ele se chamava Moacir, procurou saber por quem era dirigida a comunidade da Valéria e fez uma reunião com o presidente e comunitários da época que era o senhor Álvaro Soares. Em comum acordo com os comunitários depois dessa reunião ficou certo de que viriam outros navios para ancorar na comunidade. O senhor Moacir falou que a senhor a Ana Maria, da agência do turismo de Belém, ia colocar na rota essa comunidade e que os moradores podiam se organizar para essa atividade para a venda dos artesanatos (...) Desde então nunca mais falhou os navios aqui (CADERNO DE ANOTAÇÕES DE ILZA MENDES, MORADORA DE SÃO PAULO DA VALÉRIA, em 1976)

Como é relatado, a região da Valéria chamou a atenção de agências de turismo do Pará, que ao fazerem a divulgação dos roteiros indicaram possibilidades para além de atividades econômicas, e daí o turismo tornou-se um objeto da representação dos moradores locais, os quais inseriram em seus conhecimentos e vivências sociais uma nova maneira de ver a realidade. A esse respeito, a TRS, segundo Moscovici (1976, p.41), busca estabelecer “as dimensões da realidade social que está associada à produção de uma Representação Social”.

Destacam-se ainda relatos da moradora sobre a diferença linguística, que dificultou e continua dificultando a comunicação entre moradores e turistas. Fato foi, nesse particular, que nos anos posteriores os navios de cruzeiros luxuosos trouxeram um intérprete de uma agência de turismo de Belém para auxiliar e ao mesmo tempo fazer o reconhecimento da área para inseri-la em seus roteiros, sugerindo à comunidade que “os navios ancoravam em São Paulo e os passageiros poderiam saltar e fazer visitas aos moradores, ajudando a comprar os artesanatos que os artesão faziam, ajudando também a igreja e a escola” (RELATOS DO CADERNO DE ANOTAÇÕES DA MORADORA ILZA MENDES, 1976). Mas nem sempre existem intérpretes nos navios contratados para a atividade. A agência fez na reunião um pacote de negociações com os moradores para que viessem a inserir nos pacotes aos cruzeiros internacionais a Valéria como um dos destinos turísticos.

Os moradores entenderam o turismo como uma possibilidade para reinventar sua fonte de renda econômica e aceitaram o acordo. A partir desse momento, passaram a reunir-se para discutir como fazer para atender a essa situação de turismo, a qual foi se modificando no decorrer do processo histórico. Para auxiliar na comunicação passaram a ensinar crianças da localidade a recepcionar os turistas, tendo sempre responsáveis por perto. Organizaram

diferentes espaços de recepção, principalmente para os que aportam em transatlânticos, como o porto para a época da cheia e da vazante.

Na enchente, a recepção ocorre às margens do rio Amazonas, onde é colocado para o evento um trapiche flutuante, tendo em vista facilitar o desembarque e embarque dos turistas. Na seca, ocorre no igarapé da Valéria, bem em frente à comunidade de São Paulo, e o trapiche também é conduzido para esse ambiente. Constroem barracas temporárias e a seu modo vão criando melhorias locais para a atividade. Silva (2000, p. 260) enfatiza que “[...] as estratégias de ocupação, produção e reprodução dos espaços amazônicos configuram uma ruptura clara entre as realidades pretéritas e presentes”.



Figura 16. Recepção dos turistas na cheia



Figura 17. Recepção dos turistas na seca

A realidade das comunidades tradicionais pertencentes à região da Valéria e do entorno se transformam com a presença de turistas de cruzeiros. Todas as atenções voltam-se para o mercado de produtos em dólar, o que anima mais ainda moradores locais. A comunidade de São Paulo, por ser localizada na Boca da Valéria, passou a ser a comunidade polo, onde todas as demais pessoas de comunidades vizinhas se reúnem para receber os turistas estrangeiros. Os moradores ficam informados da chegada dos transatlânticos por meio de um cronograma (anexo 4) enviado pela agência de turismo de Parintins, denominada Tucunaré Turismo, e se organizam para agir nesse sentido. Além disso, contam com informações de comandantes de navios que, ao longo desse processo de visita ao lugar, construíram amizades e mantém contato, como fala a senhora Ilza Mendes,

Nós ficamos informados de quando vão chegar os navios na Valéria de duas maneiras. Uma pelo cronograma que a Tucunaré Turismo vende pra gente. É, ela não dá. Meu filho vai lá e compra, assim também outros moradores(...) mas do dia certo mesmo a gente sabe melhor com o Roseth, o comandante que liga para o Raimundo, que o morador daqui que desde o início sempre fala com os representantes dos navios e depois disso ele reúne os comunitários da Boca e fala assim ficamos tudo acertado da chegada que não falha, com olhe falei (MORADORA LOCAL, ENTREVISTA REALIZADA EM ABRIL DE 2016).

A partir dessas informações, fazem reuniões coordenadas pelas lideranças locais, em que se destaca a Associação de Artesãos de São Paulo da Valéria (Artsampa), a associação dos canoeiros da Valéria para dialogarem e deliberarem ações para a organização de eventos de recepção. Todos os comunitários das demais comunidades pertencentes à região da Valéria são convidados a participar dessas atividades coletivas, nas quais são pensadas diversas ações a serem realizadas em compartilhamento de dados, antes, durante e depois da chegada dos turistas.

Os comunitários fazem a capina desde a margem do rio Amazonas até a entrada dos quintais da comunidade São Paulo, preparam o trapiche para o desembarque dos turistas, organizam barracas para efetuarem vendas de artesanatos, medicamentos naturais, culinárias regionais e réplicas de vasilhas com características indígenas. Também se dá a exposição de animais silvestres, de peças de artefatos arqueológicos locais e, além disso, alguns moradores se caracterizam de índios e ficam recepcionando os turistas por toda a extensão da comunidade.



Figuras 18, 19 e 20. Artesanatos da Valéria exposto no período da presença de turistas vindos nos transatlânticos – dezembro 2015. Fonte: Pesquisa de Campo/Naia Dias/2016

Outras atividades que moradores oportunizam a turistas são passeios de canoa pelo igarapé e lago da Valéria, pesca esportiva, passeios a pé por trilhas, passeio pelo sítio arqueológico, em meio a rios e florestas; Há a oportunidade de se fazer escalada na Serra da Valéria, onde, apesar da dificuldade, do topo se pode contemplar o rio Amazonas, o lago e o igarapé da Valéria.



Figura 21. Moradores Locais levando os turistas para o passeio no lago da Valéria – Foto: Naia Dias pesquisa de campo – janeiro de 2016.

Nas observações realizadas em campo notou-se que turistas oriundos da Europa ou América do Norte demonstram interesse em conhecer o cotidiano, o modo de vida local, em visitar o sítio arqueológico, em comprar artesanatos, realizar passeio na serra, no lago da Valéria, e fotografar fauna e flora locais, sendo estas atividades oferecidas pelos moradores, que se organizam com antecipação para recebê-los. As práticas abarcam ações multivariadas, mas por não disporem de orientações sobre como promover um turismo contínuo acabam por desenvolver essas ações esporádicas.

Dias (2003) chama atenção para os problemas que o turismo sazonal pode trazer para o campo social e sobretudo econômico, tendo em vista que em um determinado momento o lugar tem fluxos de turistas que requerem investimentos e organizações, que demandam gastos, tempo para organizar a infraestrutura e depois a economia sofre um baque, porque já não estará mais tão aquecida. E isso leva prejuízos a moradores locais.

Outra questão também que o autor levanta é sobre a desarticulação das atividades tradicionais locais. Como os moradores das comunidades da Valéria querem de alguma forma angariar dólares, devido terem apenas aquele momento para isso, acabam pensando em fazer atividades que para eles vai trazer logo a injeção de verbas, como por exemplo: i) se caracterizar de índio, marinheiro, ii) mudar os hábitos do cotidiano em detrimento à pesca e caça locais, iii) caracterizar erradamente a agricultura de subsistência, mostrando alegorias sobre como de fato é a realidade do homem de comunidade tradicionais não indígenas.

A preocupação aqui não é com as novas formas de trabalho promovidas pelo turismo, como os canoeiros, as vendedoras de comidas, bolsas e artesanatos, é com a sazonalidade que acaba beneficiando apenas algumas pessoas da comunidade e exclui outras. Acredita-se que com a atividade turística no sítio poderia ser vislumbrada a independência econômica para

diferentes grupos sociais da comunidade. Isso chama atenção para o planejamento da atividade ser estendida continuamente.

Nos relatos do morador de São Paulo, pode-se contemplar que:

A gente faz os artesanatos só mais pra época que os navios vêm prá cá. Depois disso, a gente volta pra fazer as atividades da roça, da pesca, mas a preocupação mesmo com a produção artesanal, é só com os turistas estrangeiros. Tanto que quando chega turistas nacionais, eles vem aqui na nossa casa ver. Quando é pra receber os turistas ai vamos arrumar no terreiro todo da comunidade com a presença de moradores também de outras comunidades (J. G. F., 37 anos, artesão morador de Valéria, janeiro de 2016).

Reforça-se a relevância de um planejamento adequado realizado pelos moradores locais, partindo-se do fato do turismo ser aliado na proteção de recursos tanto naturais como culturais, no desenvolvimento econômico, na melhoria da renda local, caso contrário “poderá acarretar, a médio prazo, no esgotamento de recursos irrecuperáveis, inviabilizando a comercialização e conseqüentemente acarretando o abandono do local por parte da demanda (ROSE, 2002, p. 25). Assim, apesar de haver encontros intercomunitários para se dialogar sobre a atividade turística no patrimônio arqueológico, o enfoque central consiste na venda de atrativos turísticos só para o dia da presença dos navios – turismo sazonal. Com isso, moradores discutem sobre a infraestrutura, o valor de cada atividade e a definição da ocupação do espaço pelos artesãos das comunidades, e mesmo com a realização de reuniões há clara evidência de conflitos entre os moradores da Valéria.

Esses conflitos em geral ocorrem, porque as lideranças da comunidade polo – São Paulo – demarcam o espaço que as demais comunidades devem ocupar durante a presença dos turistas oriundos da Europa ou da América do Norte, os quais movimentam economicamente a região. Com isso, os artesãos das comunidades de Santa Rita, Betel, Bete Semes e Samaria sentem-se prejudicados. Trata-se de uma divisão não igualitária, na visão deles. Dá-se ainda uma cobrança pela organização das barracas para exposição de seus artesanatos. É uma espécie de aluguel. Por sua vez, os moradores da “Boca” (São Paulo da Valéria), ressaltam que esses moradores das demais comunidades da Valéria acabam usufruindo de um espaço que é deles, conforme pode ser percebido na entrevista de uma moradora de São Paulo.

Esse pessoal da Valéria não respeita a gente daqui da Boca, eles não vêm para a limpeza, e quando vêm só trabalham um pouco. Mas quando os navios dos estrangeiros tão aqui trazem os produtos deles e querem ficar logo na frente para pegar os dólares, porque esses turistas trazem muitos dólares, e também perfume, camisa, material escolar e outras coisas que todos os que vem pra cá trazem e deixam pra nós, mas acontece que a gente que trabalha mais acaba tendo prejuízos. (R.O T. Artesã moradora de São Paulo/Valéria pesquisa de campo, janeiro de 2016).

A respeito dessa situação conflituosa, há que se ponderar sobre o modo como os moradores tanto da Boca (São Paulo) quanto das demais comunidades da região da Valéria veem o processo histórico de realização da atividade turística agindo. Ou seja, em que medida ocorre a preocupação apenas com o turismo durante a presença dos turistas vindo nos cruzeiros internacionais e o quanto isso tem gerado uma ação a partir da qual se dá a falta de planejamento contínuo, o que acaba corroborando para a prática de um turismo exploratório, que não traz benefícios a todos os indivíduos e ao socioambiente em que residem. Hall (2001, p. 29) reforça que “[...] o planejamento turístico pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos, e estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade em relação ao turismo a longo prazo”. Logo, o planejamento norteará de modo significativo as ações desenvolvidas no sítio da Valéria.

Outra questão que há muito tempo tem gerado conflitos entre moradores refere-se a artefatos arqueológicos encontrados nos sítios AM-PT-01 e AM-PT-02, e o modo como os moradores utilizam seus patrimônios culturais nas atividades turísticas. Sobre essa questão, moradores ressaltam:

Eu moro aqui desde que nasci, e desde o início das atividades de turismo eu tenho acompanhado. No início, os turistas gostavam ver as caretinhas que tem muito aqui na nossa região. Alguns até pagavam 5, 3 ou até 1 dólar às vezes, mas sempre apreciavam as caretinhas que agente tem em casa ou aqui nos barracões. Nos nossos roçados também tem muito desses cacos. Encontro caretinhas, eu pego e levo pras crianças, pro meus filhos e netos brincarem ou pra ficar na casa. As vezes, lá no roçado, tiramos peças inteiras. Quer dizer, quase inteiras, como um vaso, um pote, essas coisas, digo, vasilhas que os índios ou os moradores antigos faziam para ter em casa. Também dei uns para a escola para zelar. (A. R. B. Artesã, Pesquisa de campo, janeiro de 2016).

Houve um tempo, logo nos anos de 1974 por aí, mais ou menos quando os primeiros navios pararam aqui na Boca, que a gente mostrava a serra, o rio, o lago, mas também a gente mostrava as peças que a gente acha no terreiro, roçado... [onde] tem muito dessas vasilhas de barro e a gente dava ou trocava por algumas coisas. Agora não. Agora a gente nem pega mais as caretinhas e os pedaços de vasilhas de barro de cerâmica lá no terreiro. Ou quando a gente pega é pra guardar. Isso veio mudar depois que vieram uns professores da universidade [UFAM, UEA] e outros estudiosos aqui pra nossa comunidade. Falaram pra gente que deveria ser guardadas essas nossas peças e não deveriam ser retiradas do chão [...] disseram que os turistas querem ver o que de fato existe. E que a gente tem que cuidar de nosso sítio. E eu acho que se há tanto interesse todo ano virem aqui, é porque tem alguma boa, a senhora não acha? (R. C., Professora, pesquisa de campo, março de 2016).

Eu e minha família somos daqui da Boca, mas temos nosso trabalho na colônia da Samaria, aí na época que os navios vem, a gente vem para cá vender ou ganhar uns dólar desses estrangeiros, dos turistas. Eles trazem bastante dinheiro, dólar, e gostam de tirar fotos com os animais, com as crianças, ainda mais se elas estiverem vestidas

de índios. Como sou artesão, vendo as bolsas, colar, brincos e outras coisas (M.J.B, Artesão, entrevista realizada em abril de 2016).

Os relatos dos moradores da região da Valéria indicam até que ponto a atividade turística em áreas patrimoniais pode carecer de um bom planejamento e de ações voltadas à educação patrimonial em contextos rurais, pois, muitas vezes, por falta de orientação devida, muitos habitantes pensam em obter lucro imediato, vindo conseqüentemente a acarretar, no futuro, prejuízos para a memória social do lugar, o que se torna relevante no contexto da preocupação com a comercialização dos patrimônios arqueológicos.

A esse respeito, Shaan (2007), Leite (2011) e Funari (2001) chamam atenção para o modo como o turismo tem sido desenvolvido em áreas patrimoniais. Concordam que é salutar o conhecimento da história local e da valorização da identidade cultural para que o turismo torne-se um aliado ao processo de preservação do patrimônio. Do contrário, a atividade trará sérios prejuízos ao modo de vida dos comunitários.

Por isso que a prática do turismo em áreas patrimoniais requer planejamento e engajamento de toda a comunidade. Mas, antes de tudo, é necessário que os moradores conheçam sua história, a valorizem e utilizem o turismo como uma forma de contribuir com a manutenção e preservação de vestígios/artefatos. E esse planejamento tende a requerer a adaptação da visitação a especificidades locais, a partir, por exemplo, da construção de estruturas para o acesso a sítios, com placas sinalizadoras de áreas frágeis, controle de visitação e informações sobre a história do local (MENESES, 2004; MORAIS, 2012).

Na Valéria, não há organização como proposta pela autora, mas os próprios moradores procuram ao seu modo planejar suas atividades, driblando as dificuldades que enfrentam tanto no aspecto linguístico como na infraestrutura do lugar. Eles reconhecem a importância de receberem formação para melhorar essa atividade que se iniciou de forma simples e hoje tem grande referência para os moradores locais.

Com o intuito de contribuir com a comunidade local, arqueólogos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em parceria com o Projeto Baixo Amazonas (PBA) e a Universidade do Estado do Amazonas, realizaram em 2007 a 2009 diversas atividades na região da Valéria, voltadas à educação patrimonial, ao estudo da arqueologia local e valorização de saberes tradicionais, contando com a participação significativa da comunidade.

Para a gente daqui da “Boca da Valéria”, as atividades feitas pelos estudiosos foram muito bacana. A gente já sabia fazer algumas panelas de barro e vasos. A comadre Maria e eu fazíamos. Com a oficina, a gente foi melhorando. Agora temos as cópias de algumas vasilhas encontradas no nosso sítio, e isso muito ajudou a gente com a venda para os turistas. O artesanato tá no nosso sangue. Mas também não é só isso

que a gente faz. Tem serviço de pesca. Faço a rede, tem os remédios de casca de pau, de folhas, do cipó, essas coisas da gente (R.G./ Artesã e agricultora, pesquisa de campo, setembro de 2015).

Considerando o contexto da Teoria das Representações Sociais, a terminologia “ancoragem” pode ser retomada nesse instante, no sentido de que se trata de um novo conhecimento observado junto à comunitária. Claramente, Rosa Guedes aponta que aprendeu um novo ofício e isso lhe rendeu melhorias, pessoal e coletivamente. A ancoragem é um processo de interação com o novo que leva outros envolvidos a passarem a adotar tais conhecimentos no dia-a-dia. “Nós pensamos através de uma linguagem, nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura” (MOSCOVICI, 1978, p. 35).

É evidente que o turismo em áreas arqueológicas demanda uma série de reflexões, pois ele pode vir a ser um mecanismo de proteção ou destruição do patrimônio cultural. Moradores locais evidenciam que muitas das peças encontradas já foram levadas por diferentes visitantes: tanto porque os moradores doavam ou davam de presente, e em alguns momentos também vendiam. A respeito dessa situação, equipes de arqueólogos, ao realizarem estudos na região da Valéria, através do Projeto Amazônia Central PAC (MAE/USP), em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional e o Projeto Baixo Amazonas concluíram que:

[...] a forma como tal comércio de artefatos arqueológicos se dava não se enquadrava na definição corrente de tráfico, qual seja, “comércio ilegal e clandestino; contrabando. Pelo contrário, o que víamos era um total desconhecimento tanto legal quanto da própria ideia de patrimônio por parte dos supostos “traficantes”. As peças arqueológicas eram oferecidas mais por seu valor estético do que por seu valor arqueológico (LIMA *et al.*, 2013, p. 73).

Murta e Albano (2002) enfatizam que as forças de mercado que movem o turismo tendem a transformar alguns sítios históricos em meros cenários e as comunidades em museus performáticos. Por isso, deve-se ter cuidado com a prática do turismo em áreas patrimoniais, o que demanda uma gestão do patrimônio arqueológico realizada pela comunidade.

No sítio arqueológico da Valéria, nota-se forte presença de cenários apontados por Murta e Albano (2002), sobretudo no período da presença dos navios de cruzeiros. Em que os moradores locais, fazem a apreensão de animais silvestres para serem expostos no sítio durante a presença dos turistas. De alguma forma, os moradores entendem que o exotismo é o que atrai o olhar do estrangeiro sobre o lugar e estes pagam para tirar fotos, ter contatos com

árvores ou animais, enfim, para ficarem próximos de cenários que ainda povoam o imaginário europeu sobre a Amazônia, conforme imagens abaixo fotografadas em campo.



Figuras 22, 23, 24 e 25. Animais expostos durante a presença dos transatlântico na região da Valéria. Fotos: Naia Dias, pesquisa de campo. Janeiro de 2016.

Nesse sentido, acredita-se que moradores buscam atrair e mesmo manter a permanência de turistas na localidade por meio da representação exótica, midiaticizada, a qual é também teatralizada para atender ao mercado do turismo sazonal que ocorre na localidade. Como forma de apontar possíveis caminhos para contribuir com a comunidade, propõe-se em seguida, considerando o embasamento da pesquisa, planejamento para a implementação do TBC na região de Valéria/AM como um seguimento do turismo que tende a promover um diálogo salutar entre turismo e patrimônio cultural.

5.3 Turismo de Base Comunitária (TBC) e o sítio arqueológico São Paulo da Valéria: diálogos possíveis?

Nesse tópico o objetivo consiste em promover uma reflexão acerca da possibilidade da efetivação do TBC no sítio arqueológico da região da Valéria, já que a pesquisa tem apontado que apesar de alguns moradores apresentarem sentimento de pertencimento ao lugar, a questão mercadológica tem se tornado mais evidente, o que tem gerado algumas problemáticas como por exemplo, os descasos com os artefatos encontrados e retirados do

solo, a utilização ilegal de animais silvestres e um turismo sazonal que não tem ajudado econômica, social e culturalmente os moradores de modo coletivo.

O TBC é uma prática do turismo que possibilita a valorização dos recursos específicos de um lugar, tanto naturais como culturais, estabelecendo relações de comunicação e informação com diferentes sujeitos envolvidos nas atividades, sejam eles externos, internos e os visitantes. Promove aos turistas a interação com o modo de vida do lugar, com as famílias residentes e com a cultura local. Além disso, possibilita a comunitários atuarem como protagonistas da atividade, que tende a gerar benefícios socioeconômicos para todos os habitantes da localidade (ARAÚJO e GELBCKE, 2008; COSTA NOVO, 2011; CORIOLANO, 2009).

Por apresentar essas características, pode-se entender que no sítio arqueológico São Paulo da Valéria esse seguimento do turismo pode trazer impactos positivos tanto ao socioambiente quanto para os moradores locais. Os quais em seus relatos indicam que almejam fazer um turismo diferente do que vem ocorrendo, porque no olhar deles, apesar de sempre os cruzeiros internacionais se fazerem presentes, já não há tanta movimentação seja econômica ou sociocultural como ocorria no início.

Aqui, dona, quando começou o turismo na nossa comunidade era muitos dólares que circulavam, os turistas que vinham eram mais mão aberta, por qualquer foto que tiravam com a gente pagavam cinco e às vezes até dez dólares, e deixavam também pra comunidade num cofre que tem na igreja. Agora a gente vê que caiu muito. Não ficam tantos dólares como no início. O meu filho que faz o passeio de canoa ganhava pra mais de duzentos dólares no dia de passeio eles davam sem pena (risos), era uma coisa de muita movimentação. Eu fico pensando e já falei para alguns de meus compadres que temos que também nos preocupar com a nossa forma de atender eles. Será que não precisamos de uma orientação? Quer dizer, já até vieram aqui falar com a gente o pessoal da cidade de Parintins, da secretaria de turismo, uns outros das universidades, mas ainda não conseguimos elaborar um meio pra fazer diferente. Acho que ainda falta achar o caminho certo. O prefeito mandou um curso de inglês, mas não foi suficiente pra gente aprender. Eu na minha humildade, acho que temos que melhorar muita coisa tanto no valor cobrado, na organização, e outras coisa ai que a senhora pode ver. A gente tem conversado, mas as cabeças são muitos diferentes (R.F, morador de São Paulo/Valéria. Entrevista realizada em 2015) .

A visão dos moradores pautada em obter lucros imediatos é fruto do turismo sazonal (DIAS, 2003) que ocorre na comunidade e que também evidencia uma prática predatória, gerando desconforto até mesmo para alguns comunitários. Mas mesmo com todas essas ações negativas apontadas pelo entrevistado, ele demonstra que há um interesse em mudar o modo como oferecem a atividade turística e passar a ter o turismo como alternativa econômica local paralela às demais atividades tradicionais. É nesse contexto que se pretende apresentar o TBC: como uma prática a ser desenvolvida na região da Valéria.

Essa modalidade já vem sendo difundida na Amazônia a qual conta com a contribuição da Central de Turismo Comunitário da Amazônia (CTCA)⁴ no sentido de apoiar o turismo comunitário na região. Com essa parceria várias experiências já têm ocorrido e todas tem apresentado um bom êxito, como é o caso da Pousada Uacari, situada na reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá, município de Tefé; Pousada Aldeia dos Lagos, situada no município de Silves, sendo um dos pioneiros na promoção do TBC; Roteiro Arapiuns, que contempla quatro comunidades ribeirinhas de Santarém situadas à margem do rio Arapiuns; Pousada Aldeia Vintequilos, situada próximo de Parintins, com foco na produção do guaraná, onde o interesse se volta para o modo de vida dos índios da aldeia; Roteiro Tocurin, realizado na zona metropolitana de Manaus; Comunidade Xixuaú, situada no centro sul de Roraima, às margens do rio Juaperi (BURSZTYN, 2014).

É importante destacar que o TBC pode vir a ser implantado na Valéria porque os turistas internacionais que chegam periodicamente demonstram querer participar do cotidiano na comunidade, fato este afirmado porque eles buscam dirigir-se às casas dos moradores, seja de moradia ou de trabalho; aos lugares de pesca, lazer, caça etc. Além disso, há os viajantes nacionais que, como os comunitários, relatam também se fazerem presentes na comunidade e podem configurar-se em um público alvo para vivenciar experiências amazônicas. O TBC requer de “viajantes que queiram relacionar-se de modo autêntico com os lugares e pessoas que os acolhem” (BURSZTYN, 2014, p. 73).

Compreende-se, assim, que a região da Valéria possui uma diversidade de patrimônios culturais materiais e imateriais, e estes podem vir a tornarem-se, de modo responsável, recursos utilizados pelos moradores locais para desenvolverem a prática de turismo. Outro ponto positivo da região para se efetivar o TBC são as Associações Comunitárias, como as de artesãos e canoeiros, que já possuem alguma forma de organização e podem juntas abraçar a iniciativa, vindo conseqüentemente a minimizar conflitos apresentados nos relatos dos moradores. A partir dessas associações podem surgir ideias inovadoras para viabilizar o empreendimento turístico local, rompendo com o papel institucional e estatal do intermediador na venda de translados para roteiros turísticos, garantindo maior autonomia das populações locais, melhoria na infraestrutura, redução nos custos individuais, pois a atividade tem caráter coletivo.

Em São Paulo, de acordo com uma das artesãs membro da Artsampa, “nesse ano a gente recebeu um grupo de professores universitários que vieram apresentar um projeto

⁴ A Central de Turismo Comunitário da Amazônia é um empreendimento de caráter coletivo, implementado e gerenciado em parceria com as iniciativas locais que promovem atividades de turismo comunitário (Busztyn, 2014, p. 72).

chamado Amazônia Indígena Criativa, onde aprendemos a organizar melhor nosso artesanato e também o turismo, até falaram de um turismo comunitário” (R. S. T. Entrevista realizada em maio de 2016). É com parceiros como as Universidades, os Projetos Sociais, as ONGs e outras instituições que as ações do TBC tendem a ser fortalecidas, pois os moradores só irão realizar esse tipo de turismo se conhecerem e compreenderem de fato qual os reais benefícios socioafetivos, econômicos e sociais que poderão obter. Sendo fundamental que haja formação para esse fim.

Por vislumbrar a valorização das manifestações culturais e do modo de vida dos moradores locais, considerando a situação em que são realizadas as atividades de turismo, torna-se positivo o diálogo entre patrimônios culturais e TBC, pois este ainda oferece possibilidades de um turismo em que a economia caminhe com o mercado e não para o mercado (BARTHOLO, 2014), evitando impactos negativos aos comunitários. A partir do TBC moradores do sítio arqueológico São Paulo da Valéria têm a oportunidade de atuar como protagonistas das atividades, sendo que um dos seus desafios consistirá em possibilitar que potenciais turísticos locais sejam utilizados de modo sustentável, a partir do engajamento de todos os sujeitos sociais. “[...] a busca por um mercado consciente, engajado e responsável é um grande desafio” (BUSZTYN, 2014, p. 73).

Entretanto, acredita-se que o TBC na região da Valéria poderá gerar mais ganhos a comunitários, pois atualmente seus rendimentos concentram-se na venda de artesanatos, passeios de canoas e registros fotográficos com animais exóticos e com pessoas trajadas de índio. Por sua vez, com o TBC, serviços ofertados serão realizados a partir de iniciativas familiares e comunitárias destinadas à recepção, alimentação e oferta de atrativos diversos a turistas. Dentre os atrativos, pode-se elencar a utilização de trilha para escalar a serra da Valéria, de contato com o local onde são produzidos artesanatos com sementes, fibras vegetais, e até mesmo de observação do reaproveitamento de madeiras da localidade. O contato com o modo de vida local local, desde a produção agrícola à pesca, poderá ser firmado via observação da culinária local, poder ser também um atrativo de cunho gastronômico e espiritual, ancorado na riquíssima vida cultural imaterial.

Além disso, poderiam ser criadas maneiras seguras e construtivas de disponibilizar o uso dos sítios arqueológicos para o turismo. A discussão que se suscita refere-se a questões operacionais que fomentem boas práticas para a preservação do patrimônio cultural, que pelo TBC podem vir a ser viabilizadas.

A atividade turística redefine os usos do patrimônio, agenciando histórias, memórias e tradições, oportunizando o conhecimento sobre a diversidade das formas de

expressão cultural. O aproveitamento do patrimônio cultural pelo turismo pode ser ampliado a partir da conjugação entre essa atividade e a prática arqueológica, sobretudo nas propostas de interpretação da cultura local. Essa associação torna-se oportuna, uma vez que a Arqueologia centra seu foco de análise na cultura material legada pelos antepassados, contextualizando objetos e artefatos, e inserindo-os na vida contemporânea (CARVALHO, 2010, p. 52).

Como os moradores locais tem esse contato direto com os artefatos arqueológicos locais, sejam em seus roçados ou terreiros, poderiam utilizar essas áreas patrimoniais em locais de apreciação e vivência significativas da cultura local, já que atualmente os moradores fazem réplicas das vasilhas encontradas nos sítios da Valéria. Além disso, com a efetivação de um turismo comunitário torna-se possível oportunizar, por meio das técnicas de educação patrimonial, o conhecimento sobre a diversidade cultural do homem amazônico, em que o turismo estaria atuando como uma prática socioeconômica e educativa para a proteção do socioambiente.

As diferentes experiências realizadas com o TBC, citadas anteriormente, vem indicando novos desafios e demandando soluções que contribuam para a efetivação de seu potencial gerador de um desenvolvimento local sustentável, com exercício da alteridade e reconhecimento da identidade cultural, vindo a obter impactos positivos, tanto para moradores locais quanto para turistas e demais visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, almejou-se compreender relações que moradores de São Paulo de Valéria Amazonas têm com o sítio arqueológico no qual residem, a partir do estudo de turismo e patrimônio cultural. Realizou-se descrição etnográfica apresentando práticas e representações sociais dos moradores locais sobre o local em que vivem e como vislumbram a atividade turística em uma área específica, de patrimônio arqueológico.

Para o resultado da pesquisa no sítio arqueológico foi muito significativa a colaboração dos sujeitos moradores locais que dispuseram de seu tempo em meio a afazeres cotidianos para conceder a entrevista, e, com suas narrativas, foram ajudando a tecer a escrita desse trabalho.

Debruçar-se para pesquisar o contexto sociohistórico, econômico e cultural da Valéria/AM, almejando desvendar o segredo da esfinge (BATISTA, 2007), contida em suas práticas cotidianas, seus saberes e fazeres, sua interação e percepção sobre a realidade, nas mudanças e rupturas vivenciadas pelos moradores ao longo de seu processo histórico, configurou-se como um desafio e uma possibilidade.

Desafio por abarcar um olhar para contextos amazônicos tão singulares e complexos, que abrangem uma sociodiversidade peculiar a qual se tendeu a analisar em sua dimensão sociohistórica. Possibilidade, por tratar-se de um estudo interdisciplinar, em que as diversas ciências dialogam entre si e com os saberes construídos no seio da sociedade, ou seja, um exercício do saber científico com o saber popular, vindo a contribuir com a formação do pensamento social da Amazônia.

Buscou-se contemplar os processos socioculturais e históricos por entender que é fundamental conhecer o local em que a pesquisa se desenvolveu, no sentido de fazer inferências que contemplem a perspectiva que o morador de São Paulo tem sobre a localidade, pois são nesses processos que os sujeitos constroem e reconstroem suas representações

sociais, além de possibilitar ao leitor uma visão panorâmica do local da pesquisa, São Paulo/Valéria/AM.

A pesquisa apontou que a região da Valéria configura-se como uma localidade amazônica com fortes potenciais para o turismo de base comunitária, que podem ser aproveitados pelos moradores como uma fonte de renda alternativa paralelo às suas atividades tradicionais. É fato que vem ocorrendo há pelo menos quatro décadas, a presença de transatlânticos de cruzeiros internacionais na localidade, o que promoveu a construção de uma representação de turismo local construída aos moldes mercadológico, predatório e desordenado (LIMA, et all 2013).

Essa atividade turística que vem acontecendo com maior apelo mercadológico, com vendas esporádicas de produtos naturais e artesanais locais, exposição de animais exóticos e pessoas caracterizadas de índios, uma preocupação apenas para fazer a atividade para os grupos de turistas vindo nos cruzeiros internacionais, tem concorrido para que a atividade não tome proporções maiores ou desenvolva-se de modo a tornar-se um dos mecanismos de emprego e renda permanente na localidade e sobretudo como um meio privilegiado de proteção aos diversificados patrimônios culturais.

Como os moradores já tem construído a imagem de que a Valéria é um local de grande potencial para turismo, faltando-lhes, formação e planejamento para melhor atuarem nessa prática, apresenta-se como contribuição dessa pesquisa a possibilidade da implementação do Turismo de Base Comunitária, pois este contempla um viés sustentável e envolve a comunidade de um modo geral, sendo esta a protagonista de toda a organização.

A pesquisa apontou ainda que o turismo em áreas patrimoniais pode ser um diálogo possível, trazendo benefícios para todos os habitantes de um lugar, mas para isso diversas ações devem ser efetivadas, a começar pelo planejamento, infraestrutura, logística, enfim um conjunto de forças que visem o bem coletivo, evitando os conflitos intercomunitários como foi abordado. O que demanda tempo e força de vontade dos habitantes locais.

Por outro lado, os dados indicaram que já há uma parcela da comunidade preocupada em fomentar uma nova maneira de pensar o turismo local e a forma como utilizam seu patrimônio cultural. Destaca-se a Associação dos Artesãos de São Paulo - ARTSAMPA, os quais apesar da pouca formação nessa área procuram participar de cursos oferecidos na cidade e mesmo os que são promovidos na comunidade por instituições de Ensino Superior como Universidade do Estado do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas e até mesmo o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, os quais tem atuado na localidade possibilitando a esses grupos de moradores uma nova forma de pensar sua realidade.

Sobre a relação que os moradores locais têm com o sítio arqueológico em que residem, a partir do turismo e patrimônio cultural, esta se apresenta ora como mercadológica; ora de pertencimento e por muitas vezes as duas formas andam imbricadas. Isso levou a interpretar conforme afirma Jodelet (2002) que as representações sociais são por um lado, sistemas que registram a relação do sujeito com o mundo e com os outros, orientando e organizando suas condutas e comunicações sociais; e, por outro lado, elas interferem nos processos diversificando a difusão e assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e transformações sociais.

Com isso entende-se que o modo como o turismo foi sendo inserido na comunidade foi modificando tanto o modo de vida como as relações sociais locais. Os moradores foram construindo e (des)construindo diferentes maneiras de compreender sua realidade, em função da conjuntura em que se apresentou essa prática. Isso leva a crer que esses elementos são formadores de uma identidade coletiva e socioterritorial da comunidade, sendo a partir dela que as relações vão se estabelecendo nesse espaço e os indivíduos vão atribuindo significados às coisas e construindo novas representações sociais (MOSCOVICI, 2003, BAUER, 1997, JODELET, 2002).

As TRS possibilitaram uma análise mais consistente dos dados obtidos uma vez que a representação social pode ser entendida como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2002).

A partir da seleção dos depoimentos, foi possível verificar pelo viés das representações sociais, uma imagem tanto positiva como negativa apresentada pelos moradores de São Paulo. De um modo positivo, estes representam o sítio como um lugar que se destaca pelas belezas naturais, a serra, a fauna, a flora, os animais, e mesmo pelo reconhecimento da sua cultura, reforçada pela prática da pesca, da caça e a utilização desse produto na sua alimentação cotidiana. Além disso, a tranquilidade e a receptividade das pessoas que residem no local ganha uma destaque significativo e singular.

Contrapondo-se a essa visão, identificaram-se aspectos negativos presentes em práticas que evidenciam sentimentos de desamparo à comunidade e abandono ao seu lugar de vivência, e ainda um viés de supervalorização da questão econômica – ainda que sazonal. No entanto, apesar dessas contradições, há que se destacar a atitude e a informação que alguns moradores foram construindo ao longo de diversas intervenções de instituições governamentais e não governamentais, o que tendeu a formar lideranças locais que, apesar de

caminharem a passos ainda tímidos, já discutem sobre a importância da história local, da preservação dos patrimônios e da valorização da cultura, sendo fundamental fortalecer essa prática para que a relação dos moradores com o patrimônio onde residem e convivem cotidianamente ganhe dimensões mais positivas.

Ainda norteado pelos pressupostos teóricos das TRS, ao produzir o breve histórico da comunidade e sítio arqueológico São Paulo da Valéria, notou-se que para alguns dos entrevistados o turismo foi ajudando muito a comunidade na construção da igreja, na ajuda de materiais para a escola, e mesmo com a injeção de uma economia mais elevada no período dos transatlânticos. Mas eles reconhecem também os pontos negativos em relação aos patrimônios e a própria cultura local, que ao ser caracterizada só para atender àquele momento da presença dos transatlânticos e mesmo o turismo exploratório acaba provocando diminuição da quantidade de turistas..

Cabe pontuar ainda a questão relacionada aos artefatos arqueológicos que por muito tempo foram utilizados como *souvenir*, e que depois da atuação de arqueólogos do Iphan, de professores e alunos das Universidade Estadual e Federal do Amazonas, a través da realização de oficinas de educação patrimonial, os moradores foram modificando sua forma de utilizá-los no momento da presença de turistas, sejam estrangeiros ou não. O turismo nas áreas patrimoniais da Valéria foi entendido nessa análise como uma maneira de pensar a Amazônia dentro de um contexto de complexidade, e não de forma romantizada, como a indústria do turismo vem apresentando. Ponderou-se que a prática tende a ser uma experiência social saudável, se bem planejada e com o engajamento de todos os indivíduos, coletivamente, ou do contrário será análoga ao calcanhar de Aquiles, vindo a trazer sérias consequências para os habitantes das localidades que o praticam.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean Claude. *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF, 1994.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e Territorialidades específicas na Amazônia: entre a proteção e o protecionismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan/Abr, 2012.
- AMAZONAS (Estado). Empresa estadual de Turismo do Amazonas. Síntese de indicadores do turismo do Amazonas, Manaus, 2009. Disponível em <http://visitamazonas.am.gov.br/adm/imgeditor/file/20090511114810síntese_indicadores_2003_2008.pdf>. Acesso em 23 de setembro de 2015.
- ARRUDA, Ângela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127-147, nov. de 2002.
- ARAÚJO, Guilherme P. de; GELBCKE, Daniela Lima . Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. *Revista Turismo Visão e Ação- Eletrônica*, v. 10, n, 3, p. 357-378, set/dez, 2008.
- AZEVEDO FILHO, João D'Anúzio Menezes de. A produção e a percepção do turismo em Parintins. Tese doutorado- São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.
- BAUER, Martin. A popularização da Ciência como Imunização Cultural: Função de resistência das representações sociais. In GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 31-59). Petrópolis: Vozes, 1995.
- BARRETTO, Margarita. *Cultura e turismo: discussões contemporâneas*. Campinas/SP: Papyrus, 2007.
- BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- BARTHOLO, Roberto. Sobre o lugar do turismo de Base Comunitária. IN: NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa; CRUZ, Jocilene Gomes da. (Orgs.) *Turismo Comunitário: reflexões no contexto amazônico*. Manaus: EDUA, 2014.
- BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia*. 2.^a Ed. Manaus: Editora Valer, EDUA e INPA, 2007.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia - Formação Social e Cultural*. 3 ed. Manaus: Valer, 2009.
- BERGER, Peter ; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo – diretrizes, Metas e Programas, 2003-2007*. Brasília, abril de 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional de Arte, jul. 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Estratégia de gestão do inventário da oferta turística. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Segmentação do turismo: Marcos conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Ambiência*. 2. ed. Brasília, DF, 2006.

BRITO, F. E. M. Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina. Salvador: Edufba, 2005.

BURSZTYN, Ivan. Comercialização no turismo de Base comunitária: inovar é preciso! In: NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa; CRUZ, Jocilene Gomes (Orgs.). *Turismo Comunitário: reflexões no contexto amazônico*. Manaus: Edua, 2014.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLLO, Roberto; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, D.; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. O espaço da cultura: guia cultural do Estado de São Paulo. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 2001, p. 55-65.

CERQUA, Dom Arcângelo. *Clarões de fé no Médio Amazonas*. 2.ed. Manaus: Prograf, 2009.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Unesp, 2001, p.128-142.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes. O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza. São Paulo: Annablume, 2006.

COSTA, Hideraldo. *Cultura, trabalho e luta social na Amzônia: discurso dos viajantes- século 19*. Manaus: Valer/FAPEAM, 2013.

COSTA, Neymar Pereira; CARVALHO, Mary Tânia dos Santos. *Percepção e uso do conceito de meio ambiente histórico: estudo de caso no sitio arqueológico Santa Rita da Valéria, Parintins-AM*. Parintins: UEA, 2014.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul, Florianópolis*, v. 20, n. 40, p. 27-43, jul./dez, 2005.

CRUZ, Rita de Cassia. *Política de turismo e território*. 2ed. São Paulo: Context, 2001.

CRUZ, Jocilene Gomes da; NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa; SILVA, Chris Lopes da. In: NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa; CRUZ, Jocilene Gomes (Orgs.). Turismo Comunitário: reflexões no contexto amazônico. Manaus: Edua, 2014.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEBLASIS, Paulo; KNEIP, Andreas; SCHEEL-YBERT, Rita; GIANNIN, Paulo César. SAMBAQUIS E PAISAGEM: Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. ARQUEOLOGIA SUL-AMERICANA 3,1, p. 29-61, janeiro 2007.

DIAS, Reinaldo. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Jandira Josefa Neto Ferreira. PRONAPA - Uma História da Arqueologia Brasileira Contada por quem a viveu – Entrevistado - Prof.º Dr. Ondemar Dias em Janeiro de 2014, publicado pelo Instituto Brasileiro de Arqueologia-IAB, maio de 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Hucitec.1994.

DOISE, Willem. Representações Sociais: definição de um conceito. In: W. Doise; Palmonari, A. O estudo das representações sociais. Paris, Delachaux e Niestlé, pp. 81-94, 2001.

DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. Pensadores: São Paulo: abril, 1978.

DUARTE CANDIDO, Manuelina Maria. Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento. 2.ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

EMBRATUR, Inventário da oferta turística. Rio de Janeiro, 1978.

EVANS, C. Review of “The Upper Amazon”. American Anthropologist, 1971.

FARR, Robert. Las representaciones sociales. Em S. Moscovici (Org.), Psicologia social Vol. 2, pp. 495-506. Barcelona: Paidós, 1991.

FARR, Robert. Representações sociais: A teoria e sua história. In Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (Orgs.), Textos em representações sociais (pp. 31-59). Petrópolis: Vozes, 1995.

FERRAZ, Joandre Antonio. regime jurídico do turismo. Campinas: Papyrus, 2000.

FIGUEIREDO, Sílvia Lima. Turismo e arqueologia na Amazônia-Brasil: aspectos de preservação e planejamento. II seminário da associação Brasileira de Pesquisa e Pós – Graduação em Turismo- ANPTUR,UAM 2007.

FONSECA, Antonio Picanço (Eco) turismo e territorialidade: a (in) sustentabilidade na Boca da Valéria / Parintins – AM / Antonio Picanço Fonseca. - Manaus: UFAM, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo (org.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 41, 2001, pg. 23-32.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHA, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. Comunicação apresentada na mesa redonda “Patrimônios emergentes e novos desafios: do genérico ao intangível”, 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Caxambu, 23 de out. 2002.

GRUMBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília:DF IPHAN,2007.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em Representações Sociais*. 2.ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia história*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006, p. 261-273.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempo de globalização. *Revista eletrônica de Ciências Sociais aplicadas e outras coisas*. 15 de agosto de 2007, nº 2, vol 4, ISSN 1981-3732.

HALL, Michael C. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

HECKENBERGER, M.; NEVES E. & PETERSEN, J. De onde vem os modelos? A arqueologia da origem Tupi e Guarani, *Revista de Antropologia*, 41 (1), Universidade de São Paulo, 1998.

HECKENBERGER, M., PETERSEN, J. & NEVES, E. Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil, *Latin American Antiquity*, 10(4):353-376, 1999.

HECKENBERGER, Michael. *Ecologia e Poder: a base simbólica da economia política na Amazônia*. In: *Amazônia Além dos 500 anos*. FORLINE, Louis Carlos; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (orgs.). Belém – Pará – Brasil, 2006.

HILBERT, Peter; HILBERT, Klaus. Resultados preliminares de pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas, Baixo Amazonas.(1975) Traduzido por SIMÕES, Mário. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*1980.,

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Museu Imperial/ IPHAN/MinC, 1999.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. Textos em Representações Sociais. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: UFPR, 2000, p.15.

JODELET, Denise. Les representations. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

LACERDA, Marcos, PEREIRA, Cícero, CAMINO, Leoncio. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000100018](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000100018&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 abril, 2016. doi: 10.1590/S0102-79722002000100018.

LAGE, Beatriz H. Gelas; MILONE, Paulo César. Economia do turismo. Campinas: Papirus, 1991.

LATHRAP, Donald. The Upper Amazon. Thames and Hudson, London. 1970.

_____. Review of Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas, by P. Hilbert. *American Antiquity* 35(4): 499-501, 1970.

LEITE, Edson. Turismo cultural e patrimônio imaterial no Brasil. São Paulo: INTERCOM, 2011.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é patrimônio histórico*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEONY, Ângela. Circuito do Diamante: uma abordagem do ecoturismo na Bahia. in. RODRIGUES, Adyr A. B. org. Turismo e Ambiente Reflexões e Propostas. São Paulo: Hucitec, 1996.

LIMA, Helena Pinto; MORAES, Bruno Marcos; PARENTE, Maria Tereza Vieira. Tráfico de material arqueológico, turismo e comunidades ribeirinhas: experiências de uma arqueologia participativa em Parintins, Amazonas. *Revista de Arqueologia Pública*, nº. 8, Dez 2013. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP.

LIMA, Helena Pinto; MORAES, Bruno Moraes. Arqueologia e Comunidades Tradicionais na Amazônia. *Ciência e Cultura*, v. 2, p. 39-42. São Paulo: Hucitec, 2013.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 45, v.16. mai.-ago 2002.

MACHADO, Juliana Salles. Arqueologia e História nas construções de continuidade na Amazônia. *Bol. Museu Pará Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.4, n. 1, p. 57-70, jan-abr, 2009.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, D.; BURSZTYN, Ivan (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw C. Argonautas do Pacífico Ocidental. Tradução Anton P. Carr. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. "Como se deve escrever a história do Brasil". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 6 (24), jan. 1845, pp. 389-411.

MARTINS, José Cleuton de Oliveira. Turismo: entre o consumo, resgate psíquico e choques culturais, um objeto de estudo em construção. 57ª Reunião da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência e Tecnologia, 2008.

MARTINS, Juliana Xavier Fernandes. A Importância dos Princípios Constitucionais Ambientais na Efetivação da Proteção do Meio Ambiente. ANAP Revista Científica, 2008.

MEGGERS, Betty Jane; EVANS, Clifford. , An Experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest of South America. In: Essays in Pre-Columbian Art and Archaeology, Samuel Lothrop, ed. Cambridge, Mass: Harvard University Press, p. 372-388, 1961.

MEGGERS, Betty. J. Amazônia: a ilusão de um paraíso: Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1987.

MEGGERS, Betty. J. Environmental Limitation on the Development of Culture. American Anthropologist, 1954.

MEGGERS, Betty. J. Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise. Aldine, Chicago. 1971.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. In: LIMA, Tania Andrade. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n33, 2007.

MILLER, Eurico T. Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte: resultados preliminares. Brasília: Eletronorte, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. IN: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. Textos em Representações Sociais. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOLINA, Sérgio. Planejamento do Turismo: um enfoque para a América Latina. São Paulo: EDUSC, 2001.

MORATTO, Michael J.; KELLY, Roger E. Arqueologia significativa. Rio de Janeiro, 1978.

MORAIS, Isabela Andrade de Lima. Refletindo sobre a turistificação do patrimônio e dos espaços museais. IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em

Turismo 30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo, 2012.

MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF, 1976.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. *Des représentations collectives aux représentations sociales*. In JODELET, D. *Les représentations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.) *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*: Revista do programa de estudos de Pós graduação em História do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

NEVES, Eduardo Góes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NEVES, Eduardo Góes. *Archaeological Cultures and Past Identities in Precolonial Central Amazon*. A. Hornborg & J. Hill (Org.). *Ethnicity in Ancient Amazonia: Reconstructing Past Identity from Archaeology, Linguistics and Ethnohistory*. Boulder. University of Colorado Press: 31-56, 2011.

NEVES, Eduardo Góes. *Sob os Tempos do Equinócio: Oito Mil Anos de História na Amazônia Central (6.500 BC - 1500 DC)*. Tese de Livre Docência. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, 2013.

NIMUENDAJU, Curt. *Excursões pela Amazônia*. São Paulo: Revista Antropologia. vol. 44 n.º 2, 2001.

PAIM, Elison Antonio. *Lembrando, eu existo*. In: OLIVEIRA, Margarida (Coord.) *História do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

PARDI, Maria Lúcia Franco. *A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo*. In: LIMA, Tania Andrade. *Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n33, Brasília, 2007.

PELEGRINI, Sandra. *O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, p. 87, 2007.

PEREIRA, Thiago. *História e arqueologia no Brasil: do século XIX ao XX*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

PESCE, C.: *Oleaginosas da Amazônia*, Oficinas Gráficas da Revista Veterinária, Belém/PA, 1941.

PINTO, Renan Freitas. *Amazônia- Viagens das ideias*. 3ed. Manaus: Valer, 2012.

REGO, Nelson. Geração de ambiências: três conceitos articuladores. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 46-53, jan./abr. 2010.

RODRIGUES, Adyr (org). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

RODRIGUES, Renan Albuquerque; FEARNSSIDE, Philip Martin. Índios Waimiri-Atroari impactados por tutela privada na Amazônia Central. Belém: Novos Cadernos NAEA, v. 17 n. 1, PP. 47-73, ISSN 1516-6481, jun 2014.

ROOSEVELT, Anna. Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajó Island, Brazil. San Diego academic Press, 1991.

ROSE, Alexandre Turatti de. Turismo: Planejamento e marketing. São Paulo: Manole, 2002.

SÁ, Celso de. A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro. Ed: URJ, 1998.

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura Rev. Bras. Hist. vol.22 no.44 São Paulo 2002.

SAUNIER, Tonzinho. Memórias dos acontecimentos históricos. Manaus: Valer, 2003.

SHAAN, Denise Pahl. Múltiplas vozes, memórias e histórias: Por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. In: LIMA, Tania Andrade. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n33, Brasília, 2007.

SILVA, Edda Meirelles da. Ecos da Saudade. Manaus: Edições do Autor, 2008.

SILVA, Carlos Augusto da. A dinâmica do uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos: o caso da comunidade Cai N'água, Maniquiri-AM / Manaus: UFAM, 2010.

SILVA, Adriana Gomes da; SOUZA, Amecy Gonçalves Bentes de; FONSECA, Antônio Picanço. Sítios arqueológicos e patrimônios culturais da serra da Valéria: um estudo etno-histórico da identidade local. 61ª Reunião Anual da SBPC, UFAM, Manaus, 2009.

SILVA, Marilene Correa da. Metamorfoses da Amazônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2000.

SIMÕES, Márcio; ARAÚJO-COSTA, Fernanda. Áreas da Amazônia Legal brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos. In: Publicações avulsas do museu paraense Emílio Goeldi n° 30, Belém/Pará, 1978.

VALA, José. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. Em L. Camino (Org.), O conhecimento do outro e a construção da realidade social: Uma análise da percepção e da cognição social (pp. 121-159). João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

VIANNA, Letícia. Patrimônio Imaterial: novas leis para preservar o quê? In: SILVA, Rene Marc da Costa. Cultura Popular e Educação. Brasília: UniCeub, 2008.

WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica. São Paulo: Companhia Editora Nacional.1988.

APÊNDICES



Poder executivo
Ministério da educação
Universidade federal do Amazonas
Instituto de ciências humanas e letras
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia



Título do Projeto de pesquisa: SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO PAULO, VALÉRIA/AM:
turismo e patrimônio cultural.

Pesquisadora Responsável: Naia Maria Guerreiro Dias

Orientador: Prof^o. Dr. Renan Albuquerque Rodrigues

ROTEIRO DE ENTREVISTAS A SEREM REALIZADAS COM OS MORADORES DE SÃO PAULO DA VALÉRIA/AM

Prezado Morador (a),

Estou realizando uma pesquisa que deverá culminar com a produção de uma dissertação de Mestrado, a ser defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas –UFAM, tendo como lugar da Pesquisa o Sítio Arqueológico São Paulo da Valéria, que tem por objetivo investigar a relação dos moradores São Paulo da Valéria/AM com o sítio arqueológico no qual residem, bem como descrever suas percepções e práticas cotidianas ante ao referido patrimônio cultural, registrando que pontos autoridades e lideranças locais têm manifestado crenças e atitudes positivas de preservação do patrimônio local.

Para o alcance desse objetivo necessito de sua colaboração. A entrevista para coleta de dados são de caráter essencialmente da pesquisa, para a qual serão usados Registro Fotográfico e Fonográfico. Comprometo-me a manter em sigilo sua identidade.

Entrevistado (a) _____

Local _____

Data da entrevista: _____

I Parte: Caracterização dos moradores

a) Idade: _____

b) Sexo: ()M ()F

c) Profissão: _____

d) Nível de Escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio completo ()

Ensino Superior ()

II Parte: sobre as práticas, percepções e a relação com o Sítio Arqueológico

- 1- Há quanto tempo o (a) senhor(a) reside no sítio arqueológico São Paulo da Valéria?
- 2- O (A) senhor (a) poderia contar quando a comunidade foi fundada e como ela vem se modificando ao longo de sua existência?
- 3- O (A) senhor(a) considera o sítio arqueológico como seu patrimônio? E como o(a) senhor(a) se relaciona em seu dia a dia com o patrimônio cultural em que vive?
- 4- Que tipo de atividades socioeconômicas e culturais são desenvolvidas na comunidade?
- 5- Quando vocês encontram os artefatos arqueológicos o que fazem com eles? Tem um lugar para armazenar – caso os retirem do solo? Existe algum comunitário que se interesse em zelar por essas peças?
- 6- Como você define sua relação com o sítio arqueológico em que vive?
- 7- A partir de quando o turismo passou a ser uma atividade local? E como vocês se organizam para a realização dessa atividade?
- 8- Existem trabalhos/projetos desenvolvidos pelos comunitários voltados para a preservação do patrimônio cultural e orientação da atividade turística? Se afirmativo, quais são? Quem organiza?



Poder executivo
Ministério da educação
Universidade federal do Amazonas
Instituto de ciências humanas e letras
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia



Título do Projeto de pesquisa: SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO PAULO, VALÉRIA/AM:
turismo e patrimônio cultural.

Pesquisadora Responsável: Naia Maria Guerreiro Dias

Orientador: Prof^o. Dr. Renan Albuquerque Rodrigues

ROTEIRO DE ENTREVISTAS A SEREM REALIZADAS COM OS PROFESSORES DE SÃO PAULO DA VALÉRIA/AM

Prezado (a),

Estou realizando uma pesquisa que deverá culminar com a produção de uma dissertação de Mestrado, a ser defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas –UFAM, tendo como lugar da Pesquisa o Sítio Arqueológico São Paulo da Valéria, que tem por objetivo investigar a relação dos moradores São Paulo da Valéria/AM com o sítio arqueológico no qual residem, bem como descrever suas percepções e práticas cotidianas ante ao referido patrimônio cultural, registrando que ponto autoridades e lideranças locais têm manifestado crenças e atitudes positivas de preservação do patrimônio local.

Para o alcance desse objetivo necessito de sua colaboração. A entrevista para coleta de dados são de caráter essencialmente da pesquisa, para a qual serão usados Registro Fotográfico e Fonográfico. Comprometo-me a manter em sigilo sua identidade.

Entrevistado (a) _____

Local _____

Data da entrevista: _____

I Parte: Caracterização do Professor(a)

a) Idade: _____

b) Sexo: ()M ()F

c) Nível de escolaridade: Magistério() / Ensino Médio() /Ensino Superior-
Graduação() / Especialização ()

d) Tempo de atuação no Magistério:

e) Vínculo Empregatício: () temporário / () efetivo

II Parte: Sobre a percepção e relação com o Sítio Arqueológico

- 9- Há quanto tempo o(a) senhor (a) é professor (a) no sítio arqueológico São Paulo da Valéria?
- 10- O (a) senhor(a) contempla em seu conteúdo programático a história local ou atividades voltadas a educação patrimonial? Se afirmativo, comente sobre como são desenvolvidas.
- 11- A escola tem projetos didáticos que articulem os saberes locais com os saberes da proposta curricular? Por exemplo, os artesãos da Valéria são convidados para realizarem oficinas na escola?
- 12- Em suas aulas o (a) senhor(a) utiliza os artefatos arqueológicos como subsídio para a Educação Patrimonial?
- 13- Como o (a) senhor (a) define sua relação com esse patrimônio cultural em que reside e atua como professora da educação básica?
- 14- Qual sua percepção sobre as práticas cotidianas dos moradores locais em relação ao sítio arqueológico e ao turismo realizado na localidade? De que forma a escola participa?
- 15- Como você tem contribuído para ajudar na conservação dos artefatos encontrados no sítio arqueológico?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Moradores da Comunidade São Paulo da Valéria/AM**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada “SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO PAULO, VALÉRIA/AM: turismo e patrimônio cultural”, sob a responsabilidade da pesquisadora NAIÁ MARIA GUERREIRO DIAS, mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA, a qual pretende investigar a relação dos moradores São Paulo da Valéria/AM com o sítio arqueológico no qual residem, bem como descrever suas percepções e práticas cotidianas ante ao referido patrimônio cultural, registrando que ponto autoridades e lideranças locais têm manifestado crenças e atitudes positivas de preservação do local. Os dados coletados são de caráter essencialmente da pesquisa com o uso de Registro Fotográfico e Fonográfico. Os riscos decorrentes de sua participação estão em torno dos possíveis constrangimentos acerca de algumas questões relacionadas a prática do turismo no local, sobre as quais os senhores não queiram se manifestar. Caso isso ocorra os senhores tem toda liberdade para continuar ou não com a entrevista. No entanto, afirmo serão tomadas todas as providências cabíveis para que isso não aconteça sem provocar nenhum ônus e constrangimentos aos participantes, as entrevistas serão realizadas individualmente e de forma reservada. As informações obtidas ficarão armazenadas no banco de dados de acesso restrito ao pesquisa. Reitero que as entrevistas serão gravadas e transcritas pelo pesquisador.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para a construção da história local, promoção da educação patrimonial em contexto rural, possibilidades de novas práticas turísticas em relação ao ambiente em que residem e dele utilizam para suas atividades econômicas, no caso – o turismo.

Se depois de consentir em sua participação e o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável no endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3.000 - Campus Universitário, Bairro Coroadó I, Manaus/AM, telefone (092) 3305-4579/ (092) 99232-8266, e-mail: naia_@hotmail.com. Ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso,

eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

.....

Assinatura do Participante

.....

Assinatura do Pesquisador Responsável

Parintins, de de



Impressão dactiloscópica
Caso não saiba assinar



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA**



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Professores da Comunidade São Paulo da Valéria/AM**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada “SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO PAULO, VALÉRIA/AM: turismo e patrimônio cultural”, sob a responsabilidade da pesquisadora NAIA MARIA GUERREIRO DIAS, mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA, a qual pretende investigar a relação dos moradores São Paulo da Valéria/AM com o sítio arqueológico no qual residem, bem como descrever suas percepções e práticas cotidianas ante ao referido patrimônio cultural, registrando que ponto autoridades e lideranças locais têm manifestado crenças e atitudes positivas de preservação do patrimônio local.

Os dados coletados são de caráter essencialmente da pesquisa com o uso de Registro Fotográfico e Fonográfico. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa poderão ser de possíveis constrangimentos, desconforto ou incômodo, os quais poderão emergir das suas respostas no momento da aplicação do instrumento de pesquisa, nesse caso a entrevista. Caso isso ocorra os senhores tem toda liberdade para me falar de suas preocupações e dúvidas e decidir se desejam continuar ou não com a entrevista. No entanto, afirmo que serão tomadas todas as providências cabíveis para que isso não aconteça sem provocar nenhum ônus e constrangimentos aos participantes. As entrevistas serão realizadas individualmente e de forma reservada. As informações obtidas ficarão armazenadas no banco de dados de acesso restrito ao pesquisa. Reitero que as entrevistas serão gravadas e transcritas pelo pesquisador. Se você aceitar participar, estará contribuindo para o estudo acerca da relação que os moradores da Valéria tem com o seu patrimônio cultural, elucidando as práticas de educação patrimonial desenvolvidas em contexto rural bem como ajudando a registrar dados sobre a história local.

O (a) senhor (a) pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável no endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3.000 - Campus Universitário, Bairro Coroado I, Manaus/AM, telefone (092) 3305-4579/ (092) 99232-8266, e-mail: naia_@hotmail.com. Ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Infomação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando

quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

.....

Assinatura do Participante

.....

Assinatura do Pesquisador Responsável

Parintins, de de



Impressão dactiloscópica
Caso não saiba assinar

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
COMUNIDADE SÃO PAULO REGIÃO DA VALÉRIA/AM

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que forem necessários que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "PATRIMÔNIO CULTURAL SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO PAULO DA VALÉRIA/AM: lugar de memória e representações sociais", sob a responsabilidade da pesquisadora Naia Maria Guerreiro Dias mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociedade Cultura na Amazônia-PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, o qual terá o apoio desta Comunidade, representada pelo presidente, Sr. José da Silva Barbosa. O projeto de pesquisa está sob orientação do professor Dr. Renan Albuquerque Rodrigues

Comunidade São Paulo da Valéria, 02 de outubro de 2015.

José da Silva Barbosa

JOSÉ DA SILVA BARBOSA
Presidente da Comunidade São Paulo/Valéria-AM
CPF: 206.896.592-53



ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PATRIMÔNIO CULTURAL SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO PAULO DA VALÉRIA/BAIXO AMAZONAS: lugar de memória e representações sociais

Pesquisador: Naia Maria Guerreiro Dias

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50533115.3.0000.5020

Instituição Proponente: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.418.684

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa se propõe em realizar um estudo interdisciplinar acerca da relação que os moradores do sítio arqueológico São Paulo da Valéria/AM mantêm com o socioambiente em que residem. Destaca-se nessa proposta, o fundamental papel da educação patrimonial, no sentido de proporcionar ações voltadas para a preservação do patrimônio, da memória local, regional e nacional. Ademais, a proposta apresenta-se como uma possibilidade de dialogar sobre os modos de existência e inter-relações dos sujeitos sócio-históricos da Amazônia em tempos de globalização. Contribuindo ainda, com os debates e pesquisas sobre a construção do pensamento social da Amazônia.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar em que medida moradores residentes da Serra da Valéria, área rural de Parintins/AM, mantêm relações com o mais importante sítio arqueológico do Baixo Amazonas, localizado em uma comunidade da referida Serra e denominado de Sítio Arqueológico São Paulo da Valéria/AM.

Objetivo Secundário:

1-Descrever percepções de moradores locais acerca do sítio arqueológico São Paulo da Valéria/AM.2-

Identificar práticas cotidianas dos moradores locais ante o referido patrimônio

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br

CAPITULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

REFERÊNCIA